



Vá no seu tempo e vá até o final:

mulheres negras cotistas
no marco dos 60 anos da UnB

Dione Oliveira Moura
Deborah Silva Santos
(Organizadoras)

EDITORA
UnB 60



Universidade de Brasília

Reitora : Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor : Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora : Germana Henriques Pereira

Conselho editorial : Germana Henriques Pereira (Presidente)
: Ana Flávia Magalhães Pinto
: Andrey Rosenthal Schlee
: César Lignelli
: Fernando César Lima Leite
: Gabriela Neves Delgado
: Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
: Liliane de Almeida Maia
: Mônica Celeida Rabelo Nogueira
: Roberto Brandão Cavalcanti
: Sely Maria de Souza Costa

Vá no seu tempo e vá até o final:

mulheres negras cotistas
no marco dos 60 anos da UnB

Dione Oliveira Moura
Deborah Silva Santos
(Organizadoras)

EDITORA
UnB 60 

Equipe editorial

Coordenação de produção editorial : Marília Carolina de Moraes Florindo

Revisão : Denise Pimenta de Oliveira
: Emily Dias de Matos

Projeto gráfico : Cláudia Dias

Foto de capa : Inês Ulhôa / Editora UnB

Ilustrações : Petchó Silveira

Fotos de ilustrações : Carlos Borges

© 2022 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A - 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70910-900
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta
publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por
qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília
Camila Moreira Mendes Barcelos – CRB 1/2193

V111 Vá no seu tempo e vá até o final : mulheres negras
cotistas no marco dos 60 anos da UnB / Dione
Oliveira Moura, Deborah Silva Santos
(organizadoras). – Brasília : Editora
Universidade de Brasília, 2022.
168 p. ; 27 cm.

ISBN 978-65-5846-127-2 (impresso).
ISBN 978-65-5846-121-0 (e-book).

1. Mulheres negras. 2. Universidades e
faculdades - Ingresso. 3. Programas de ação
afirmativa na educação. 4. Universidade de
Brasília - História. I. Moura, Dione Oliveira
(org.). II. Santos, Deborah Silva (org.).

CDU 378.014 (09)



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Sumário

Apresentação

“Quando as mulheres negras se movem...” 9

Dione Oliveira Moura
Deborah Silva Santos

Parte 1

Nossos passos vêm de longe

Jornalista, professora, pesquisadora negra americana e relatora do projeto da política de ações afirmativas da UnB: a vivência de uma epistemologia afrocentrada 17

Dione Oliveira Moura

Ações afirmativas para estudantes cotistas na UnB 23

Deborah Silva Santos

Vinte anos do EnegreSer:

aprender e fazer História com o movimento negro 29

Aida Feitosa

Parte 2

Nós, mulheres negras americanas, na construção da história da UnB

O papel histórico da primeira turma de cotas raciais na UnB 37

Aline Pereira da Costa

Alegria da experiência como cotista negra 43

Andressa Marques da Silva

E agora sou eu que vivo esta história! 47

Anna Caroline Costa Silva

Uma revoada em curso 49

Camila Cecilina do Nascimento Martins

Cotas para negros despertam a consciência para os problemas sociais relacionados a raça e cor 53

Dalila Noletto Torres

“Isso é por eu ser uma mulher preta?” 59

Deborah Carolina Silva Duarte

É desta terra fértil que nasce e floresce muito do que sou e do que faço 63

Elen Cristina Ramos dos Santos

Na UnB, aprendemos a nos posicionar politicamente para as lutas sociais 69

Flora Egécia

Nossas vidas importam 73

Hallana Moreira Ramalho Costa

O sistema de cotas para negros é, sim, um direito 79

Iara de Jesus dos Santos

A primeira da família a ingressar no ensino superior 85

Juciele Fonseca

Explorar tudo o que a UnB pode oferecer 87

Julian Esttefane da Silva Reis

O papel das professoras negras e antirracistas para a inclusão das cotistas negras 91

Kátia Silene Souza de Brito

Transcender como negra a cada dia 97

Keila Meireles dos Santos

A importância do sistema de cotas para negros na minha trajetória 101

Letícia Bispo

Ocupar um espaço que pertence ao povo negro 107

Maria Antônia Perdigão

Sou uma mulher negra, fui criada por mulheres negras e me inspiro nessas mulheres 115

Mariana Paiva Soares

O empoderamento a partir do ingresso na Universidade como cotista racial 119

Michele Duarte da Silva

Nós, negros e negras, somos capazes e merecemos estar na UnB 127

Vitória Carolina Silva Duarte

O empoderamento para contribuir com a comunidade quilombola e a região 131

Maria Lúcia Martins Gudinho

Parte 3

Celebrar as vitórias e avançar

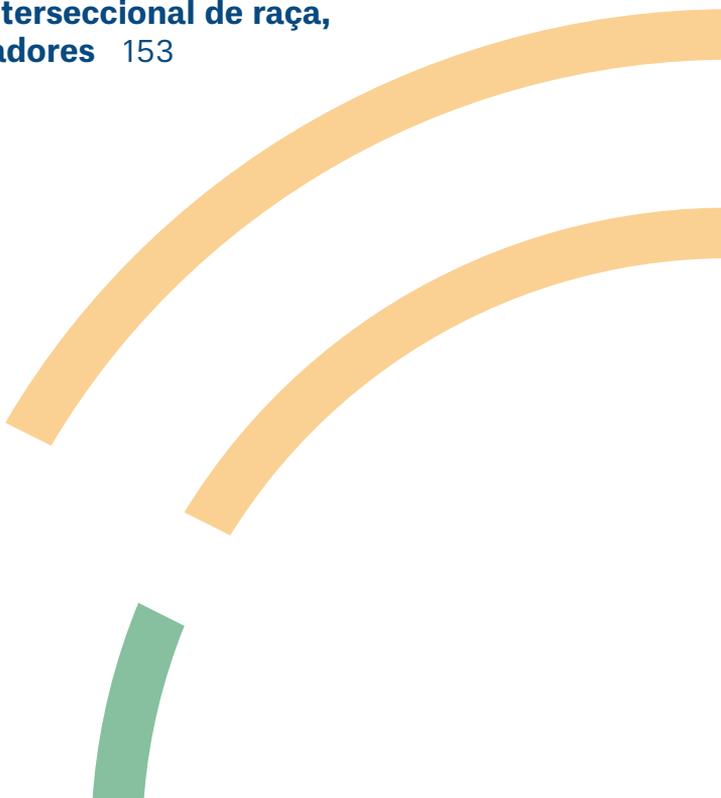
À guisa de conclusão: 60 anos da UnB, 19 anos da política de ações afirmativas na UnB 143

Dione Oliveira Moura
Deborah Silva Santos

Posfácio – Uma abordagem interseccional de raça, gênero, classe e outros marcadores 153

Renísia Cristina Garcia Filice

Sobre as autoras 161





“Quando as mulheres negras se movem...”

Dione Oliveira Moura
Deborah Silva Santos

“Quando as mulheres negras se movem, toda a estrutura política e social se movimenta na sociedade.”
(Angela Davis, 2018)

A educação sempre foi entendida pela população negra brasileira, organizada ou não, como possibilidade de enfrentamento ao racismo, de promoção da igualdade racial e superação das desigualdades econômicas, políticas e sociais. A adoção das políticas públicas de promoção da igualdade racial no Brasil data da última década do século passado, quando, a partir da inflexão dos movimentos negros brasileiros, o problema das desigualdades raciais passou a ser reconhecido como um dos problemas nacionais brasileiros.

Essa constatação deve-se à realização de pesquisas e à publicação, no período, de vários diagnósticos que traduziram quantitativa e qualitativamente as disparidades entre as condições de vida dos grupos negros e brancos que integram a população brasileira. Esses estudos apresentaram graus de expectativa de vida, mortalidade infantil, mobilidade social e acesso a mercado de trabalho, moradia e educação muito diferenciados entre brancos e negros, sendo esses últimos sobrerrepresentados nas classes econômicas de menor renda.

O governo brasileiro, que até então promovia o país como um lugar de democracia racial, impedindo que a extrema desigualdade entre negros e brancos fosse evidenciada como mais um dos problemas sociais do país, admitiu no ano de 1996¹ que as políticas públicas universalistas, adotadas desde o fim da escravidão, foram promotoras e

¹ No ano de 1996, o Departamento dos Direitos Humanos da Secretaria dos Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça realizou, na Universidade de Brasília o Seminário Internacional “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos”, com o intuito de discutir a discriminação racial no Brasil. No discurso de abertura desse seminário, o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, comprometeu-se a implementar políticas de reparação das injustiças cometidas contra os negros brasileiros e conclamou os participantes a encontrarem soluções criativas para esse problema, admitindo de modo inequívoco a existência de discriminação racial no Brasil (Souza, 1997).

mantenedoras de privilégios ao grupo racial branco. Reconhece assim o racismo e a discriminação racial da sociedade brasileira em relação à parcela negra da população.

Ainda é um desafio dar visibilidade aos trabalhos profissionais, às memórias, às invenções e práticas culturais e religiosas, aos patrimônios e à produção de conhecimento das mulheres negras, pois isso significa romper os olhares elitistas e eurocêntricos que têm a língua privilegiando o masculino; as lógicas androcêntricas na descrição das ocupações e instituídas nos relatos e na homogeneização das vivências femininas. Em suma, significa superar a designação das experiências masculinas como representativas da humanidade, sem distinção das diferenças de gênero; superar a questão racial como marcadora da diferença entre os homens e pautar o reconhecimento da diversidade das vivências de mulheres para além da representação da mulher branca como única.

Mesmo sendo agregadoras de todas as formas de dominação e estarem em situação de desvantagem social, as mulheres negras não têm se portado como vítimas e têm criado condições e rumos para suas vidas, conseqüentemente se tornando agentes e modelos sociais. Exemplo disso é a presença e atuação dessas mulheres no movimento social negro contemporâneo desde o final dos anos 1970 e na década de 1980, criando coletivos e associações políticas próprias e entendendo sua especificidade na luta antirracista e antissexista, identificada como o feminismo negro, lidando ainda com a acusação indevida de dividirem o movimento negro e feminista.

Foi durante a Conferência das Mulheres em Beijing (Pequim) em 1995 que se concretizou, nos contextos nacionais, a construção do que significa a mulher negra como categoria teórica e existencial. Outro momento de consolidação da luta das mulheres e de empoderamento teve seu ápice em 2001 na III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada na cidade de Durban na África do Sul – mais conhecida como a Conferência de Durban –, quando a articulação feminina das mulheres negras da África e da Diáspora Africana elegeram Edna Roland uma feminista negra brasileira como Secretária Geral do evento.

Atualmente, como define Grada Kilomba (2019), as mulheres negras são o

outro do outro não são somente oprimidas por homens – *brancos e negros* – e por formas institucionalizadas de sexismos, mas também pelo racismo – tanto de mulheres *brancas* quanto de homens *brancos* –, além das formas institucionalizadas de racismo (Kilomba, 2019, p. 103).

A autora sintetiza assim as teorias das ativistas negras brasileiras, como Lélia Gonzalez, Beatriz do Nascimento, Sueli Carneiro e Edna Roland, dentre outras, que pontuaram as questões das mulheres negras na tripla exploração de raça, gênero e classe, o que teóricas afro-estadunidenses como Kimberle Crenshaw, Angela Davis e Patrícia Hill-Collins, dentre outras pensadoras, denominaram como interseccionalidade.

Após a realização da Conferência de Durban, e com a atuação relevante da Comissão de Durban e do movimento negro, pode-se dizer que o governo brasileiro passou a adotar ações de enfrentamento ao racismo. A Declaração de Durban se constitui como um marco na luta antirracista

brasileira ao unir o movimento negro nacional e a comunidade internacional na pressão para a implantação das ações afirmativas,² identificadas como a política pública capaz de combater o racismo e promover a igualdade racial e a valorização da história e cultura afro-brasileira.

O Movimento Negro Brasileiro, como define Nilma Lino Gomes (2017), sempre foi educador, ou seja, teve como uma das bandeiras principais a educação e a educação das relações raciais. Nesse sentido, uma das primeiras ações afirmativas implementadas teve como alvo a educação superior, por meio da instituição das cotas étnico-raciais, ou seja, da implantação do sistema de reserva de vagas para o acesso às universidades com recorte étnico-racial.

A Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira universidade pública federal a adotar o sistema, aprovado em 6 de junho de 2003, sem o recorte econômico. Na mesma oportunidade, criou também o vestibular específico para a população indígena em parceria com Fundação Nacional do Índio (Funai).

A presença de homens e mulheres negras na UnB propiciou a alteração visual no corpo discente, um “enegrecimento”, e, nos estudos e pesquisas, surgiram novos temas e problemas tendo como objeto a população negra. Vale ressaltar que as mulheres negras, ao se inserirem no sistema de cotas, buscaram dar voz e visibilidade à sua realidade, entrecruzando as categorias de raça e gênero. Assim, nas áreas de Ciências Humanas e Sociais propiciaram o rompimento dos ditames de viés colonialista, racista e sexista presentes na história brasileira e, como sobreviventes dos processos de desumanização, assumiram o “poder da memória” e seu lugar político e social combatendo a ausência das pessoas negras (Chagas, 2002).

Esse breve panorama das questões antirracistas, feministas negras e relativas às ações afirmativas na educação superior serve para situarmos o tema desta publicação, que reúne os relatos de trajetórias de 21 jovens mulheres amefricanas que ingressaram pelo sistema de cotas raciais na graduação e na pós-graduação da Universidade de Brasília, relatos registrados na parte II deste livro. São memórias e sensações que, plasmadas na vida cotidiana, revelam as artes de vivência e sobrevivência, mesclando-as com as formas de sustentar e orientar o corpo de mulher negra e de se fazer presente sob a opressão do racismo. Nós, organizadoras da obra, consideramos este um marco fundamental nos 60 anos da UnB.

Nossa intenção é dar visibilidade à existência dessas mulheres amefricanas e suas lutas para conquistar um diploma de ensino superior (várias delas se diplomaram também na pós-graduação – especialização, mestrado e doutorado), reconhecendo a importância histórica das cotas raciais nas trajetórias aqui relatadas.

No catálogo da exposição *Ocupação*, do artista negro amazonense Petchó Silveira, cujas ilustrações são reproduzidas em nosso livro, o curador Thiago Lima de Souza destaca que Petchó “traz em sua obra a carga emocional de sua história, de sua existência, transportando para telas personagens, mensagens e memórias de tudo aquilo que o cerca”. Foi por tal

² “Ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, tomadas pelo Estado e/ou pela iniciativa privada, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e a marginalização, por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros” (GTI/População Negra, 1996, p. 10).

sensibilidade e pela sócio-historicidade representada pelas mulheres retratadas em suas obras que Petchó recebeu – e aceitou – o convite para compor o repertório artístico de nosso livro.

Nós, as duas organizadoras da obra, professoras negras amefricanas, parceiras em projetos históricos pela promoção da igualdade racial na UnB, Dione Moura e Deborah Santos, agradecemos imensamente às nossas autoras, mulheres negras carregadas de amefricanidade – categoria político-cultural cunhada por Lélia Gonzalez (1988). Nossa gratidão a nossas autoras amefricanas, vocês que apoiam, participam e participaram como ingressantes na UnB por meio da política de cotas raciais e que aceitaram falar, em nossa coletânea, sobre suas vivências, pesquisas e aprendizagens plenas de amefricanidade.

Também deixamos aqui, nestes relatos, nossos parabéns à comunidade acadêmica da UnB – no marco de seus 60 anos, celebrados neste ano de 2022 – por buscar, a cada dia mais, incluir gerações de mulheres negras amefricanas brasileiras via políticas de ação afirmativa. Eis aqui um registro dessa bela história.

Referências

CHAGAS, Mário Souza. Memória e Poder: dois movimentos. *Cadernos de Sociomuseologia* [eletrônica], v. 19, n. 19, p. 35-67, 2002.

DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2018.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador*. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GTI/População Negra. Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra. *Relatório Final*. Brasília, Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Direitos Humanos, 1996.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação – episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

SOUZA, Jessé (org.). Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL, Brasília, 1997. *Anais [...]* Brasília, Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Direitos Humanos, 1997.





A large, thick yellow 'X' shape is drawn across the page, intersecting in the center. The background is white. On the left side, there is a vertical strip of brown, textured material, possibly cardboard or paper, which is partially obscured by the yellow 'X'.

Parte 1

Nossos passos vêm de longe



Jornalista, professora, pesquisadora negra amefricana e relatora do projeto da política de ações afirmativas da UnB: a vivência de uma epistemologia afrocentrada

Dione Oliveira Moura

Nunca foi fácil. Ser mulher, ser negra amefricana, ser docente negra no Brasil. Como jornalista, se olho nas estatísticas – e preciso fazê-lo como cientista –, salta aos olhos que, no jornalismo brasileiro, têm se mantido os níveis de desigualdade salarial (as mulheres jornalistas não negras têm maior salário que as jornalistas negras; os jornalistas não negros têm melhor salário que os jornalistas negros e, por fim, os jornalistas negros têm melhor salário que as jornalistas negras), como apontam relatórios de âmbito nacional. E assim trago relatos de minha vivência sócio-histórica como jornalista, professora, pesquisadora negra e relatora do projeto da política de ações afirmativas da UnB.

Meus estudos sobre a trajetória e o perfil de jornalistas negras brasileiras, os quais realizo por meio de projetos de pesquisa em equipes integradas, trazem resultados para o que designo como o “triplo telhado de vidro” (barreiras verticais) que cerceia a carreira das jornalistas negras brasileiras. Nos trabalhos de campo também tenho identificado outro tipo de cerceamento, que chamo de “paredes de vidro” (barreiras horizontais).

Além disso, tenho pesquisado o papel de Lélia Gonzalez como referência para nós jornalistas negras (Moura; Santos, 2020; Moura; Almeida, 2020), em estudos preconizados

pela trilha que iniciei no mestrado nos anos 1990 (Moura, 1991). O projeto principal que desenvolvo atualmente pretende impactar a compreensão pública sobre o papel das comunicadoras mulheres, notadamente as comunicadoras mulheres negras, e também tem sido resultado do meu desempenho como orientadora de trabalhos finais de curso, iniciação científica, mestrado e doutorado, nos quais tenho formado mulheres negras e não negras por meio de orientação em projetos de pesquisa na temática “comunicação/igualdade racial”. Além disso, esses trabalhos dialogam com outros estudos, que trago a seguir e que materializam minha vivência a partir de uma epistemologia afrocentrada.

No início dos anos 1990, precisamente em 1991, defendi minha dissertação de mestrado – *Memória e identidade em filmes de cineastas negros brasileiros* (Moura, 1991). Há exatos 30 anos, pois, em relação ao momento em que escrevo este capítulo e organizo este livro, adentrei no campo de pesquisa que enlaça identidade racial, comunicação e memória – construindo-me desde uma subjetivação amefricana, uma epistemologia afrocentrada, ao tempo que parto de uma experiência sócio-histórica afrocentrada, que me antecede, mas que eu poderia, eventualmente, não reconhecer.

Felizmente reconheço a afrocentralidade do meu percurso epistemológico, ao ponto que iniciei meus trabalhos com as obras de cineastas negros brasileiros e prossigo perpassando os estudos sobre a questão racial na cobertura midiática. Dou destaque a trabalhos orientados, todos relacionados aos meus projetos de pesquisa, como as dissertações que orientei, das autoras Mello (2009) e Rosa (2011); a tese que orientei, de Quirino (2017); e a tese que oriento, de Juliana Nunes, em desenvolvimento, sobre comunicação quilombola. A temática quilombola também está presente na graduação, no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que orientei, da dupla Flávia Maia Pimentel Vieira e Janine Moraes Rocha (2009), assim como na Pós-Graduação (Nunes, 2013).

O mesmo tenho feito nos TCCs, como na pesquisa que orientei acerca de um (infeliz e injusto) genocídio de jovens negros (Costa, 2020). Na pesquisa que orientei, de Rebeca Silva (2020), fomos diretamente ao ponto da empregabilidade das mulheres negras. Também a pauta das mulheres negras ressurge no *webdocumentário* que orientei, de autoria de Emily Azarias (2016). Ainda na graduação, orientei os trabalhos de Carmen Cira Lustosa Costa (2004), sobre Machado de Assis cronista e a abolição, e de Aida Feitosa (2003), que investigou a cobertura da questão racial no jornal *Correio Braziliense*, especificamente as relações temáticas entre textos opinativos e informativos. Com outra dupla de estudantes, Aline Paiva Santos e Zany da Cruz Silva (2003), orientei o Projeto Experimental em Jornalismo sobre os negros no telejornalismo brasileiro, seguido por vários outros nas duas décadas seguintes, a exemplo de Santos (2021). Em 2022, mais dois TCCs se desdobraram a partir do meu projeto de pesquisa sobre jornalistas negras (Amorim, 2022; Rodrigues, 2022).

Também tenho desenvolvido, como desdobramento do pós-doutorado, ao estudar jornalistas negras brasileiras (Moura; Costa, 2018; Moura, 2019; Moura; Almeida, 2020), o projeto “Cartas para o Amanhã, inspirações em Lélia Gonzalez” (Moura; Santos, 2020), o qual desdobra-se em ações de iniciação científica e de extensão já desenvolvidas e também em desenvolvimento.

Os trabalhos citados são apenas alguns de tantos outros estudos de graduação, iniciação científica, mestrado e doutorado, com os quais muito tenho/temos aprendido nos grupos de pesquisa e que conduzi e tenho conduzido nesse constructo de uma epistemologia afrocentrada, a qual só pode fazer-se compreensível desde a perspectiva que percebe as peculiaridades dos processos comunicacionais marcados pela pauta da desigualdade racial e pela necessidade da igualdade racial.

Ao relatar minha carreira, recorro ao suporte conceitual de *linhas de força*, como proposto por Foucault (Deleuze, 2005), as quais se estabelecem no saber, poder e nos processos de subjetivação. Não seria diferente nos processos de subjetivação de uma carreira universitária, proponho. Foucault, segundo afirma Deleuze (2005, p. 124) “não faz uma história das instituições, mas das condições nas quais elas integram relações diferenciais de forças, no horizonte de um campo social”. E, uma vez que a construção de minha carreira docente está inserida em uma universidade pública – a Universidade de Brasília –, observo sim que a forma como a UnB integrou e tem integrado tais “relações diferenciais de forças” faz parte de como tenho materializado minha atividade intelectual.

Essa carreira, pelas relações diferenciais de forças com as quais a UnB interage e interagiu, ganha contornos específicos nos horizontes do campo social (sempre em mutação) dos 60 anos da Universidade e de meus 26 anos de atuação na carreira docente. Ao retornar pelo caminho traçado em todos esses anos e visualizar as linhas de força que interagiram com minha carreira acadêmica para elaborar o presente memorial, tive que revisar o sentido nato de cada decisão de carreira, sentido esse que deu partida a alguma trajetória específica. Destaco, neste capítulo, duas dimensões: a dimensão das ações afirmativas para inclusão étnico-racial; e a dimensão da pauta de igualdade de gênero.

Em síntese, no meio do trajeto dessa carreira de três décadas como pesquisadora – desde o mestrado em 1991 até o ano de 2022 –, houve um evento muito importante em minha trajetória profissional e como intelectual negra: em 6 de junho de 2003, por votação do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da UnB (Cepe), tornei-me relatora do projeto de ações afirmativas que deu uma guinada na história da educação brasileira.

Na tarde daquele dia, o Cepe da UnB aprovou o sistema de cotas para negros e o ingresso de indígenas por meio do Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial da UnB, processo que completa 20 anos em 2023 – de mãos dadas com a construção da história da Universidade de Brasília –, no qual também tenho constituído minha subjetivação a partir de uma epistemologia afrocentrada.

Referências

- AMORIM, Maria Antonia Meneses Marquez de. *As vozes por trás do triplo teto de vidro: mulheres negras no telejornalismo do DF*. Monografia (Curso de Graduação em Jornalismo) – Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Brasília, 2022.
- AZARIAS, Emily Almeida. *Kurialuka*: webdocumentário sobre o autocuidado entre mulheres negras. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- COSTA, Carmen Cira Lustosa da. *Machado de Assis Cronista e a Abolição dos Escravos*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2004.
- COSTA, Hallana Moreira Ramalho da. *Caso George Floyd: uma análise do enquadramento das notícias de casos de racismo e injúria racial na imprensa brasileira*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Universidade de Brasília, 2020.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- FEITOSA, Aida Rodrigues. *Análise de conteúdo da cobertura da questão racial no jornal Correio Braziliense: relações temáticas entre textos opinativos e informativos*. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Comunicação) – Universidade de Brasília, 2003.
- MELLO, Rachel Pereira de. *O Mesmo e o Outro, as relações raciais no Brasil no discurso do jornal O Globo*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, 2009.
- MOURA, Dione Oliveira. *Memória e identidade em filmes de cineastas negros brasileiros*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 1991.
- MOURA, Dione O.; COSTA, H. M. R. Mulheres jornalistas e o “teto de vidro raça/gênero/classe” a tensionar a carreira das jornalistas negras brasileiras. In: AGUIAR, Leonel; SILVA, Marcos Paulo da; MARTINEZ, Mônica (org.). *Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo*. 1. ed. São Paulo: Life, 2018. p. 193-207.
- MOURA, Dione O. Excluídas dentre as excluídas: as jornalistas negras perante o “teto de vidro gênero/raça/classe” no processo de feminização do jornalismo no Brasil. In: BELISÁRIO, Kátia; MOURA, Dione O.; GUAZINA, Liziane S. (org.). *Gênero em pauta: desconstruindo violências, construindo novos caminhos*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019. p. 139-151.
- MOURA, Dione Oliveira; ALMEIDA, Tânia Mara C. de. Ancestralidade, Interseccionalidade, Feminismo Afrolatinoamericano e Outras Memórias sobre Lélia Gonzalez. *Arquivos do CMD*, v. 8, p. 27-45, 2020.
- MOURA, Dione Oliveira; SANTOS, Elen Cristina Ramos dos. O encontro da Vigilância Comemorativa com a epistemologia negra e o feminismo negro: um dos lugares-memória de Lélia Gonzalez. In: MOREIRA, Marcos; SANTOS, Ivair Augusto dos (org.). *As estruturas dissimuladas do racismo: história, memórias e resistências*. 1. ed. Porto Alegre: Nova Práxis, 2020. v. 1, p. 167-189.

NUNES, Juliana César. *Comunicação quilombola – cenários de mobilização, visibilidade e empoderamento*. 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

QUIRINO, Kelly Tatiane Martins. *Enquadramentos e advocacy sobre o genocídio de jovens negros: análise da cobertura da Folha de S.Paulo*. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

ROSA, Isabel Cristina Clavelin da. *Racismo em pauta: a pluralidade confrontada no noticiário da Folha de S.Paulo na primeira década de 2000*. 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

RODRIGUES, Juan Caballero. *Imprensa Negra Contemporânea: o portal Notícia Preta e seus meios de financiamento no ambiente digital*. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Brasília, 2022.

SANTOS, Aline Paiva; SILVA, Zany da Cruz. *Onde estão os negros no telejornalismo brasileiro? Enfoque nos telejornais da Rede Globo de Televisão*. 2003. Monografia (Graduação em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

SANTOS, Iara de Jesus dos. *Ir à luta e garantir nossos direitos*. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

SILVA, Rebeca Borges. *Conexões Negras: diagnóstico da demanda de jovens mulheres negras do Distrito Federal pela criação de uma plataforma digital sobre mercado de trabalho, capacitação e empreendedorismo*. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

VIEIRA, Flávia Maia Pimentel; ROCHA, Janine Moraes. *Alcântara: da terra de preto à utopia espacial*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

123



Ações afirmativas para estudantes cotistas na UnB

Deborah Silva Santos

Minha jornada na Universidade de Brasília começa pelas mãos da companheira e coorganizadora desta coletânea, professora Dione Moura, em abril de 2007, quando sou convidada a coordenar o Núcleo de Promoção da Igualdade Racial no Decanato de Extensão da UnB¹ (NPIR/DEX/UnB), criado como uma das respostas da reitoria ao caso de violência racial e de xenofobia ocorrido na Casa do Estudante Universitário (CEU) dias antes.

Na verdade, minha relação com a UnB começou anos antes, em 2004, quando, como consultora da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) na Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC), acompanhei a implantação dos sistemas de reserva de vagas para negros e negras no ingresso ao ensino superior brasileiro. A Universidade de Brasília, por ser a primeira instituição federal a implementá-lo, chamava a atenção, especialmente, por adotar o critério de raça independentemente da condição socioeconômica do candidato. Ou seja, a instituição não vinculou as cotas étnico-raciais à condição econômica dos estudantes.

Assim, ao chegar na UnB, eu já tinha conhecimento do seu ambiente étnico-racial, dos grupos do Movimento Negro discentes e docentes, bem como das ações afirmativas adotadas pela gestão superior a partir da implementação das cotas raciais, como a criação da Assessoria de Apoio ao Cotista (Adac) e do Centro de Convivência Negra (CCN), a oferta da disciplina “Pensamento negro contemporâneo” e a adesão ao Programa de bolsas de pesquisas Brasil Afroatidade.²

¹ O NPIR foi criado como resposta ao incidente ocorrido na Casa do Estudante da Universidade, a saber: na noite do dia 28 de março de 2007, na Casa do Estudante, foram esvaziados os extintores de incêndio e incendiadas as portas de quatro apartamentos onde residiam estudantes africanos, que dormiam no momento. Depois dessa ocasião, reconhecida como uma ação de racismo e xenofobia, a instituição passou por um período de tensão e conflitos com a parcela negra da comunidade universitária.

² O Programa Afroatidade da UnB, instituído em 2008, faz parte da política de permanência da Universidade e fornece 50 bolsas de estudos para pesquisa a estudantes negros e negras de baixa renda. Foi sucessor do Brasil Afroatidade: Programa Integrado de Ações Afirmativas para Negros (2004 a 2008), elaborado e financiado pelo Programa Nacional DST/AIDS do Ministério da Saúde – PNDST/AIDS/MS; a Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça – SEDH/MJ; a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação – Sesu/MEC; e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – Seppir/PR.

Esse conhecimento se mostrou de grande importância para o gerenciamento de tensões e conflitos entre estudantes, professores, militância interna e externa antirracista e militância de direitos humanos e a reitoria da Universidade, presentes na formação do Grupo de Trabalho contra a Discriminação Racial da UnB,³ que tinha como objetivo elaborar ações de promoção da igualdade racial para a instituição e era presidido pelo recém-criado NPIR, cuja coordenação passou a ser de minha responsabilidade.

A resposta apresentada pelo GT foi a elaboração do Programa de Combate ao Racismo e à Xenofobia (PCRX), que trazia um conjunto de instrumentos, medidas e ações para identificar, avaliar e enfrentar a vigência do racismo e da xenofobia na Universidade. Um esforço para integrar e ratificar o valor dos três pilares que sustentam o saber acadêmico – ensino, pesquisa e extensão –, esse programa político-acadêmico buscava apresentar, estimular e desenvolver saídas criativas e inovadoras para os obstáculos na busca pela igualdade racial, naturalizados pela própria dinâmica do racismo, presente não apenas na Universidade, mas na sociedade brasileira como um todo (PCRX, 2008).

O PCRX buscava envolver todas as áreas da instituição com a comunidade universitária. Lançado em 28 de março de 2008, infelizmente apenas parte dele saiu do papel, por conta de mudanças na gestão superior da Universidade. No entanto, o NPIR, a partir do Decanato de Extensão, passou a executar várias ações propostas no Programa, também porque, concomitantemente, nas alternâncias da direção superior, assumi a Assessoria de Diversidade e Apoio ao Cotista, que era ligada diretamente ao Gabinete da Reitoria.

Assim, passei a coordenar ações de promoção da igualdade racial, o apoio aos estudantes cotistas no Centro de Convivência Negra, o Programa Afroatitude e a Assessoria à Reitoria nas questões relativas ao racismo e à discriminação racial. Naquele período, a UnB sofreu violentos ataques quanto ao seu sistema de cotas e à utilização da comissão de heteroidentificação durante o processo de vestibular para evitar fraudes nas declarações étnico-raciais, que, por desconhecimento, foi taxada de “tribunal racial”.

Essas atividades só foram desenvolvidas de forma exitosa pois contei com a ajuda de uma equipe competente formada por servidores, estagiários técnicos e estagiários graduandos⁴ e com a assessoria de professores e professoras afro-brasileiros e antirracistas. Assim, de 2008 a 2010 foram realizadas atividades diversas, como acolhimento aos estudantes ingressantes pelo sistema de cotas; pesquisa sobre o perfil dos estudantes ingressos e egressos pelas cotas; e um blog e um jornal eletrônico de informações acadêmicas e atividades culturais da UnB e do DF. Com a ajuda de estudantes cotistas e estudantes do Programa Afroatitude, foram realizados os projetos Cotistas na Universidade, Cotistas nas

³ Criado em 2008, como complemento às respostas da reitoria para o incidente na CEU, o GT foi formado com o objetivo de formular ações para o enfrentamento ao racismo e a promoção da igualdade racial na UnB. Compunham o Grupo de Trabalho docentes e discentes negros e negras da comunidade universitária; e entidades do Movimento Negro e dos direitos humanos da Universidade e do Distrito Federal.

⁴ Equipe formada por Débora Morais, Ana Paula Meira, Fabiana Paiva, Fabiana Soares, Paulo Victor Pacheco, Dalila Torres, Hayanna Silva, Kendy Neres, Wesley Granjero, Francisco Amado, Filipe Nascimento, Gardênia Lima, Olavo Souza, entre outros/as.

Escolas, Quinta sem Preconceito, Saúde e Prevenção nas Escolas e África nas Escolas, com estudantes africanos. Promovemos os cursos de extensão Cinema negro: a função educativa do cinema e a identidade e Introdução à Linguística Africana e a disciplina Pensamento Negro Contemporâneo,⁵ Negro em Questão e Direitos Humanos e Cidadania, esses últimos nos polos de extensão da UnB nas Regiões Administrativa do Gama e de Ceilândia. Promovemos duas edições da Semana Acadêmica da temática étnico-racial e a Semana da África, com a colaboração dos alunos africanos oriundos do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG).

Em prol da diversidade, o CCN acolheu as demandas dos outros grupos marginalizados na Universidade, como os estudantes indígenas.⁶ Em um trabalho colaborativo com a Associação dos Acadêmicos Indígenas no Distrito Federal (AAIDF), realizamos o Seminário Povos Indígenas: Reserva de Terras e Reserva de Vagas no Ensino Superior, em 2008. Promovemos ainda reuniões entre a AAIDF e os gestores da UnB, o Gabinete da Reitora e o Centro de Planejamento Oscar Niemeyer da UnB (Ceplan) para a elaboração do projeto e posterior construção do Centro de Convivência Multicultural dos Povos Indígenas no Campus Darcy Ribeiro, hoje denominado de Maloca. Também acolhemos as reuniões do grupo de estudantes LGBTQIA+ pertencentes ao Coletivo Klaus-Diversidades.

Contudo, as principais ações foram as articulações com os Decanatos de Assuntos Comunitários, de Graduação e de Pesquisa e Pós-Graduação para a melhoria das condições estruturais e institucionais de permanência dos estudantes negros e negras e indígenas. Essas ações culminaram em articulação conjunta com a reitoria e a procuradoria da Universidade na convocação de parceiros, militantes e organizações antirracistas para as audiências públicas no Supremo Tribunal Federal (STF), convocadas pelo ministro Ricardo Lewandowski, relator da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 186, impetrada pelo Partido Democrata (DEM), que questionava a adoção do sistema e os critérios raciais instituídos na Universidade de Brasília para a admissão de alunos pelo sistema de reserva de vagas para negros e negras.

No segundo semestre de 2010, após passar em concurso para professora efetiva no curso de Museologia da UnB, solicitei encerrar minha atuação no cargo de assessora. Terminou assim um período de acompanhamento da luta pela democratização do acesso ao ensino superior e dos processos de implantação das cotas nas Instituições de Ensino Superior públicas brasileiras. Dois anos depois, em 2012, foi aprovada a Lei nº 12.711, que obrigou as universidades públicas de todo o país a adotar o sistema de cotas para negros no seu ingresso. Vanguardista na implantação do sistema nas Instituições Federais, a UnB foi pioneira na implantação das comissões de heteroidentificação, impedindo fraudes e criando ações de acompanhamento e apoio aos

⁵ A Disciplina “Pensamento Negro Contemporâneo” foi criada como disciplina livre do DEX, em 2004, para apresentar a produção de conhecimento de intelectuais e acadêmicos de origem africana, possibilitando aos estudantes cotistas e não cotistas estudar as desigualdades étnico-raciais. A criação do projeto de extensão com o nome da disciplina possibilitou que a comunidade externa pudesse participar das aulas.

⁶ Desde o ano de 2004 a UnB conta com um exame vestibular específico para os indígenas; a seleção é feita em parceria com a Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

ingressantes cotistas. No entanto, foi superada por outras universidades, que criaram, na gestão superior, decanatos, vice-reitorias ou outras instâncias de atendimento e acolhimento e de acompanhamento da política institucional de ações afirmativas, colaborando no complexo apoio aos/às estudantes cotistas no decorrer do curso, que são afetados/as pelo racismo estrutural e estruturante presente na sociedade brasileira e que reverbera no ambiente acadêmico.

O trabalho realizado foi feito com poucos recursos financeiros e humanos e, portanto, foram insuficientes no atendimento aos estudantes negros e negras cotistas que entraram na Universidade naqueles anos e que necessitavam de apoio acadêmico, financeiro, psicológico ou um acolhimento mais atento à adaptação ao ensino superior, além de um olhar para o recorte de gênero, um atendimento específico às estudantes negras e aos negros e negras LGBTQIA+.

Em 2016, iniciei meu doutoramento na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal, tendo defendido a tese no ano de 2021 (Santos, 2021). No ano de comemoração dos 60 anos da UnB, 12 anos após deixar a Assessoria de Diversidade e Apoio aos Cotistas, fui convidada pela atual reitora, Márcia Abrahão Moura, a assumir um novo desafio: o de responder pelo cargo de Secretária de Direitos Humanos da UnB. Um grande desafio, mas também a possibilidade de contribuir com a elaboração e implementação das políticas institucionais de direitos humanos, no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, e de envolvimento da comunidade universitária na construção e promoção de um ambiente menos discriminatório, em busca da superação das desigualdades e da convivência solidária, pacífica e ética.

Os relatos apresentados neste livro trazem a trajetória e experiências de discentes e ex-discentes negras da UnB, que entraram pelo sistema de cotas para negros/as na graduação e na pós-graduação. Invisibilizadas na generalização da raça, por conta do androcentrismo, e de gênero, por conta da homogeneização das mulheres, as mulheres negras apresentam especificidades nas suas existências ao interseccionar raça, gênero e classe. E como diz o refrão do samba-enredo da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira do carnaval de 2019 – “chegou a vez de ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês”, que como mulheres negras, nos seus relatos, descortinam uma corrente de afeto familiar, de luta e opção na escolha pela educação como forma de adquirir cidadania e o bem viver.

Entrar no ensino superior em uma universidade pública como a UnB era um sonho, que se tornou realidade e que possibilitaria uma vida melhor, com condições de romper o ciclo vicioso de trabalhos subalternos, de pobreza e exclusão. Essas professoras, pedagogas, bibliotecárias, cineastas, cientistas políticas, museólogas, comunicólogas, engenheiras, jornalistas, biotécnicas, publicitárias, bacharelas, mestras e doutoras negras que passaram a fazer história, no primeiro momento como estudantes de enegrecer com seus corpos o *campus* universitário e trazer um outro olhar, novos temas e problemas para a produção do conhecimento acadêmico. E no segundo momento, como pioneiras enegrecendo e feminizando o mercado de trabalho e enfrentando o racismo estrutural e estruturante que nega as mulheres negras trabalhos para além dos trabalhos de servidão.

Referências

SANTOS, Deborah Silva. *Museologia e Africanidades: Experiências Museológicas de Mulheres Negras em Museus Afro-Brasileiros*. Tese (Doutorado em Museologia) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, Portugal, 2021.



Vinte anos do EnegreSer: aprender e fazer História com o movimento negro

Aida Feitosa

Estou viva. Especialmente em setembro de 2021, quando redijo este capítulo e começamos a pensar em sair de uma pandemia que parou o mundo. E, para uma mulher negra vinda do sertão urbano de Goiás, o mundo nunca foi exatamente acolhedor, apesar de muito dinâmico e atrativo. Nos meus processos de autoconhecimento, quando penso onde estou e pra onde vou, lembro que, pra ser o que sou hoje, o fato de ter criado, nomeado e participado do coletivo EnegreSer foi estritamente definidor dos rumos que minha vida tomou daí em diante. Os aprendizados do movimento negro me deram alicerces éticos que têm me guiado durante esses 20 anos que se passaram desde a criação do coletivo em setembro de 2001. Esse tempo, misturado no baú das minhas memórias, mesmo se sabendo passado, se faz muito presente quando lembrado, dada a intensidade e o potencial transformador daquele momento, que hoje é histórico.

Em tradições africanas de origem banto, o tempo é conhecido como a divindade Ktembo, que ensina a circularidade do movimento e a paciência para transitar. Se estou aqui contando essa história hoje, foi a dança com Ktembo que me deu força e ritmo para entender que devemos/precisamos contar nossas histórias. Só nos resta contar nossas histórias. Se não contarmos ninguém conta. A rota do esquecimento pode nos aprisionar num mundo sem passado, futuro e até mesmo presente. Este capítulo contribui com a memória e o legado presentes do EnegreSer, que continua frutificando em mestrados, doutorados, docências, serviços públicos e ativismos, no aqui e agora das tessituras de um mundo que se quer menos injusto.

Em setembro de 2001, no alvorecer do século XXI, nascia o coletivo de estudantes negros da Universidade de Brasília, ao mesmo tempo em que o mundo era marcado pelos atentados às Torres Gêmeas em Nova York e pela realização em Durban, África do Sul, da III Conferência Mundial da ONU contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e violências correlatas. Nesse diálogo da Universidade com o mundo nos encontramos como estudantes negros e, de modo coletivo, construímos uma voz ativa de questionamento e proposição. De forma simultânea, nos educávamos, numa pedagogia de corpo e alma, com a realidade que vivíamos e queríamos transformar. E transformamos. Em 6 de junho

de 2003, o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da UnB (Cepe) aprovou reserva de vagas ou cotas para o ingresso de pessoas negras nos processos seletivos da instituição, tornando-se a primeira universidade federal a implementar essa política afirmativa.

O coletivo surgiu depois de um episódio de racismo de que fomos vítimas, cometido por seguranças de uma festa em um congresso de Antropologia que acontecia no *campus* da UnB. A partir daí, resolvemos nos reunir para mobilizar o debate sobre as desigualdades raciais no Brasil, o que desembocou na implementação de políticas de ações afirmativas. Sim, éramos jovens audaciosos. Nossos movimentos eram guiados pela ideia de trazer mais pessoas e conhecimentos negros para a universidade, uma vez que estávamos nela e que ainda eram comuns práticas racistas cotidianas e também porque compreendíamos o papel formador e definidor das universidades na organização das instituições de nossa sociedade. O espírito do coletivo era como uma chama que ora aquecia, ora incendiava as mentes e os corações de todos que transitavam pela Universidade.

Foi em um dos inúmeros encontros preparatórios para a criação do grupo que o nome EnegreSer me veio à mente. Sim, já chegou assim com “S” e foi prontamente acolhido pelo coletivo. Nomear é parir, dar vida, fazer nascer. Trazer em destaque a palavra “Ser” era nossa forma de dizer que nosso trabalho de tornar a Universidade mais negra seria feito a partir de nós, como sujeitos de nossa história e não no lugar de objeto de estudos, onde muitas vezes as ciências nos colocavam. Estávamos descobrindo a ideia de sujeito e humanidade da filosofia ocidental e como os processos de escravidão agiram para qualificar os africanos como não humanos. Com as nossas leituras e críticas, escrevemos cartas, organizamos seminários, *workshops*, performances, uma variedade de atividades que trouxeram sensibilidade racial para o *campus*.

Se Machado de Assis criou a literatura brasileira com a ironia fina, o EnegreSer fez acontecer de fato as ações afirmativas no Brasil com seu deboche irônico. Pode soar arrogante tal comparação, mas a negritude que nos atravessa carrega mais de três séculos de múltiplas técnicas de sobrevivência ao regime de escravidão. Dizer uma coisa querendo dizer outra ou a deliberada exposição do ridículo são técnicas que os negros brasileiros tornaram versáteis ao longo do tempo. E o deboche irônico do EnegreSer também conseguia ser sério e dialogar com as organizações institucionais da Capital Federal. Mas o tom cotidiano dos seus componentes foi um esforço de manutenção da saúde mental, ainda que de forma inconsciente na época, diante da constante e intensa oposição ao debate racial e às políticas para o combate ao racismo que enfrentamos.

Todo esse processo foi um grande aprendizado em diversos aspectos. Em nossas trocas com os estudantes, os professores, a reitoria e também com nossas próprias famílias fomos desvendando as infinitas teias que constituem o racismo brasileiro e sua operação em nossas subjetividades, desde a nossa infância e passando pela adolescência, e fomos compreendendo como nesse momento da juventude poderíamos voltar a estabelecer nossa autoestima interrompida e perseguir um futuro mais pleno. O movimento negro foi realmente um espaço educador, que nos deu régua e compasso para nos defendermos das armadilhas que

o racismo vai colocando no caminho das pessoas negras. Nesse intento tivemos a oportunidade de aprender com ativistas mais velhos que nos acompanharam dentro e fora de sala de aula e com quem fortalecemos o nosso quilombo cotidiano. Nelson Inocêncio, Edson Cardoso, Sueli Carneiro, Luiza Bairos e Dione Moura foram e são pessoas imprescindíveis em nossa formação e, sem eles, o EnegreSer com certeza não teria existido.

Se hoje consegui me tornar analista ambiental concursada do Ministério do Meio Ambiente, mestra em Comunicação pela UnB e doutoranda em Comunicação e Cultura na Universidade do Rio de Janeiro foi graças à minha graduação na UnB. E se consegui concluir minha graduação foi graças às trocas, às ações e aos movimentos gerados com a criação do EnegreSer. Meus avós paternos e maternos e grande parte dos meus tios e das minhas tias não foram alfabetizados na língua portuguesa. Meu pai e minha mãe, ao migrarem do interior de Goiás e do Pará para Goiânia, nos anos 1970, deram um salto e concluíram o ensino superior em Engenharia e Contabilidade, respectivamente. Durante meus anos de formação, a educação escolar sempre foi valorizada e incentivada como uma grande prioridade. Em 2016, concluí meu mestrado (Feitosa, 2016). Em 2023, quando concluir o doutorado, serei a primeira pessoa com esse título em toda a família ampliada, tanto do lado de minha mãe como do lado de meu pai.

Num conhecido *slogan* do movimento negro, dizemos que “nossos passos vêm de longe”, e hoje sinto que a criação do EnegreSer honrou esse passado ancestral e continua nos impulsionando para os próximos passos que continuarão nas próximas gerações. Em um primeiro momento, a oposição às cotas na UnB foi intensa; contudo, depois do nosso trabalho e da aprovação das cotas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) da UnB e por outras universidades, seguiram-se a lei federal que estabeleceu cotas raciais nas universidades federais e instituições federais de ensino técnico de nível médio, em 2012, e a que dispôs sobre a reserva de vagas para cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, em 2014. Posteriormente, em âmbito nacional, foram implementados outros programas de reserva de vagas para estudantes trans, migrantes, dentre outros grupos sub-representados.

Nesse contexto, o pioneirismo da UnB virou motivo de orgulho e inúmeras comemorações. E agora, ao celebrarmos os 60 anos da Universidade de Brasília, vemos que o EnegreSer faz parte dessa história de maneira indelével. Se hoje a capital federal tem uma universidade pública com mais diversidade e pluralidade, isso é resultado das ações que os estudantes negros organizados se prontificaram a realizar, correndo todos os riscos e desgastes. É com alegria que olhamos para trás e vemos o caminho que percorremos para que os estudantes negros de 2021 estejam em maior número na Universidade, com consciência racial e fortalecidos para, criando outros coletivos, continuar a enfrentar os desafios que ainda atingem a experiência negra no mundo.

Referências

FEITOSA, Aida Rodrigues. *Poética da rua: estética do meio ambiente urbano em imagens de cineastas negros*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília. Brasília, 2016.





Parte 2

Nós, mulheres negras americanas, na construção da história da UnB



O papel histórico da primeira turma de cotas raciais na UnB

Aline Pereira da Costa

A escolaridade e as origens da minha família

Não é muito clichê assumir e reconhecer que, quando nascemos ou mesmo quando somos concebidos, já estamos fazendo história e sendo história. Esse novo ser também já está sendo constituído como membro de um grupo de determinada cor, classe e raízes sociopolíticas e culturais. Assim como nossos traços genéticos são resultados de várias combinações de genes dos nossos genitores, que também trazem em si combinações de seus próprios pais, e assim sucessivamente, me sinto e me ponho como resultado das minhas raízes e das raízes dos meus ancestrais. Em cada experiência aqui descrita pude resgatar um pouco da minha história e, neste memorial, abordar quatro aspectos principais que são responsáveis pela formação dos meus valores e pelos processos que envolvem minha vida atualmente.

Meus pais nasceram em Brasília, na década de 1960, e por isso vivenciaram todas as dificuldades dos filhos de migrantes nordestinos no início da construção da capital do Brasil. Minha mãe, filha de uma piauiense (de Gilbués-PI) com um baiano (de Formosa do Rio Preto-BA) que vieram para Brasília na mesma perspectiva e trajetória que tantos outros nordestinos. A história deles também passa pelo estado de Goiás, até chegarem à vila onde residiam os candangos que ajudaram na construção de Brasília. Assim como todos os outros, eles também foram “convidados” a se mudar para o Centro de Erradicação de Invasões (atualmente Ceilândia), periferia de Brasília. Infelizmente não cheguei a conhecê-los, mas a história de dor e suor deles influenciou diretamente a minha história. Minha avó morreu quando minha mãe tinha apenas sete anos, o que levou meu avô ao alcoolismo. Isso fez com que sua família passasse por situações extremas de dificuldades financeiras e sociais. Essas situações fizeram da minha mãe uma grande guerreira, resiliente, de espírito contestador e solidário, que não se cala diante de injustiças. Essa característica e esses valores foram transmitidos a todas nós, suas filhas.

Coincidentemente, as configurações histórica e geográfica dos meus avós paternos são praticamente as mesmas. Ambos baianos de Morro do Chapéu-BA e Formosa do Rio Preto-BA,

se casaram em Gilbués-PI e migraram para Ceres-GO, uma cidade na qual havia muitas plantações de café. Em 1959, meus avós paternos vieram para a inauguração de Brasília a fim de trabalhar e morar aqui. Diferentemente dos meus avós maternos, eles conseguiram, mesmo com dificuldades, fazer com que seus oito filhos se “encaminhassem” na vida. Ambos, atualmente falecidos, foram responsáveis por inculcar ou transmitir vínculos e costumes familiares que eu também carrego até hoje. Como continuidade desse legado de resistência, no ano de 1985, na cidade de Sobradinho-DF, nascia mais uma menina no Hospital de Sobradinho no Distrito Federal, capital do Brasil, apesar de a minha família residir em Ceilândia-DF, pois minha mãe tinha medo de ter filhos no hospital da cidade pela situação precária dele.

Minha escolarização, do ensino básico ao ensino médio

Ao longo desses 35 anos de história, passei por algumas cidades satélites: Ceilândia, de 1985 a 1989; Sobradinho-I, de 1989 a 1992; Planaltina (Jardim Roriz), de 1992 a 1993; e Sobradinho-II, de 1993 até os dias de hoje. Nessa terceira é onde se inicia a minha trajetória escolar, aos seis anos, em Planaltina-DF, em uma escola pública que tinha “patamares” de escola particular. Toda a estrutura da escola, com jardins, prédios e piscina, remonta a um ambiente bem agradável, distinto do que se via na maioria das escolas públicas dos arredores. Por essas condições, o público da escola era bem diferente, com crianças de nível social um pouco elevado, se comparado ao restante das escolas públicas. Não cheguei a cursar todo o ano letivo lá, mas me lembro da sensação de desconforto que sentia naquele lugar, apesar de gostar da ideia de estudar. Minha irmã mais nova nasceu nesse período, e me lembro do dia em que fiquei sabendo pela professora na sala de aula. Parece ter sido o único dia em que fui protagonista de algo naquele espaço.

No ano seguinte, nos mudamos de cidade e, conseqüentemente, de escola. Passei então a estudar no Caic de Sobradinho-II, DF, que era exatamente o oposto da escola anterior. Muita criança, barulho e confusão, porém, era exatamente em frente à minha casa. Nesse lugar estudei da primeira à quarta série. Esse espaço e os outros que se seguiram me permitiram vivências muito comunitárias de ensino. Nesse período meus pais se separaram e minha mãe passou a trabalhar fora. Iniciei o ensino fundamental e fui transferida de escola. A quinta série pareceu um momento sombrio, pois as mudanças na vida me levaram a um provável quadro depressivo. Enquanto eu fazia a quinta série em uma escola emprestada ao governo, o Centro de Ensino Fundamental Bezerra de Meneses, desenvolvi um quadro de isolamento e tristeza. Minha mãe tomou uma medida que mudaria – para melhor – a minha vida. Certo dia ela me entregou uma carta cheia de conselhos e orientações, dos quais eu não me recordo mais. Ao final, a autora se apresentava como psicóloga da UnB e, muito provavelmente, era filha de uma das patroas de minha mãe. A admiração pelas palavras dessa psicóloga da UnB dirigidas para mim ainda quando eu era uma pré-adolescente me fez colocar como uma meta de vida estudar nessa Universidade.

Com isso em mente, fiz a sexta série e, posteriormente, a sétima e a oitava séries no Centro de Ensino Fundamental 07, que ficava a duas ruas da minha casa. Ao final do último ano do fundamental, um dos professores falou dos processos de matrícula no Ensino Médio 01 de Sobradinho, local até então referência para aqueles que gostariam de ingressar na UnB. A grande questão é que ficava em outra parte da cidade; teríamos que pegar ônibus para chegar até lá e poucas famílias dispunham de recursos para tanto. Além disso, os livros costumavam ser bastante caros, mesmo os de segunda mão. Ainda assim fomos eu e outra amiga, que me segue até hoje e com quem também divido o título de mestra, contrariando todas as estatísticas.

Tenho a satisfação de dizer que não somente essa amiga, mas boa parte dos amigos se formaram no ensino fundamental e médio. Pessoas que dividiram dores, alegrias, desafios e perspectivas e que me acompanharam nas dificuldades de cursar um pré-vestibular gratuito que ocorria no período noturno, ao final do terceiro ano, o que tornaria todo o processo educacional extremamente desgastante. Ao final do terceiro ano não consegui realizar a inscrição do vestibular por falta de recursos. Contudo, persisti na minha meta de entrar na universidade e, no semestre seguinte, com a mesma amiga do ensino fundamental, ingressei no curso pré-vestibular organizado pelo Centro Cultural de Brasília, na L2 Norte, chamado Pré-Loyola,¹ que impactou grandiosamente a minha trajetória social, política, afetiva e, por que não, espiritual. Foi outra experiência magnífica que me formou social e politicamente e que me permitiu realizar o grande sonho de ingressar na universidade pública.

Finalmente, lá estava eu, Aline, na UnB

No segundo semestre de 2004, a UnB inauguraria o primeiro vestibular com ações afirmativas de reserva de 20% de vagas para candidatos autodeclarados negros. Ingressar no curso de Pedagogia da Universidade de Brasília pelo vestibular, por meio do sistema de cotas, foi um fator que interferiu total e positivamente em toda a minha trajetória acadêmica. Minha escolha pelo curso de Pedagogia estava ligada ao desejo de ser orientadora educacional e poder fazer, para outras crianças e jovens, aquilo que foi feito por mim, mesmo que a distância, por meio daquela carta. Eu observava que a maioria das pessoas passa muito tempo de sua vida no espaço escolar e que essa experiência acaba influenciando totalmente nossos valores ao longo da vida. Havia também uma análise de que seria um curso mais fácil de entrar, por conta da nota de corte e do baixo custo para cursá-lo.

Como minhas irmãs mais velhas cursaram o Magistério, eu não cheguei a sofrer preconceito por parte de minha família em relação à escolha da profissão, diferentemente de muitas colegas, que relataram ter enfrentado essa resistência em suas casas. Muito pelo contrário, a satisfação da família com a conquista se aliava ao fato de que minhas irmãs mais velhas haviam cursado o Magistério. Uma, pelo fascínio pelo ensino-aprendizagem, a outra, atraída

¹ Curso preparatório gratuito oferecido a estudantes de baixa renda do Distrito Federal pela instituição coordenada por padres jesuítas da Arquidiocese de Brasília. O curso foi ofertado de 2003 a 2011 e atendeu uma grande gama de pessoas que ingressaram, principalmente, na Universidade de Brasília.

pela formação em período integral e pela bolsa que era fornecida aos estudantes. Aos 18 anos, me via impactada pela realidade de estar contrariando as estatísticas sociais e familiares, principalmente por ter vindo de uma realidade de mulheres que se casaram e se tornaram mães na adolescência, abandonando os estudos antes ou durante o ensino médio. O racismo nunca me deixou ignorar que eu era uma mulher negra, mas ingressar na universidade pelo sistema de cotas para negros inauguraria outro momento no debate racial no país e impactaria diretamente a minha realidade como estudante universitária. Esse momento e essa experiência transformariam minha identidade e perspectiva de vida, pois fazer parte da primeira turma de cotas da UnB me trouxe um pertencimento racial bastante distinto: agora eu não era apenas negra, mas tinha uma história e fazia parte de um povo, o povo negro.

A consciência racial que adquiri foi fruto direto das experiências e trocas de saberes ocorridas dentro do Centro de Convivência Negra (CCN) da UnB, espaço que sediou o Programa Brasil Afroatitude.² Os bolsistas do programa recebiam um recurso de 240 reais e, em contrapartida, deveriam desenvolver atividades de pesquisa e/ou extensão na Universidade. Porém, nem tudo foram flores. Após perceber que o curso de Pedagogia não tinha mais uma habilitação que me permitiria ser Orientadora Educacional, me distanciei da área de educação. Utilizei-me da prerrogativa de que cada graduando deveria montar seu próprio currículo, transcendendo as barreiras e institutos e percorri todos os departamentos que me despertavam interesse. Ciência Política, Antropologia, História e Psicologia foram as áreas que mais me causaram interesse e onde tive oportunidade de desenvolver conhecimentos diversos que impactam, ainda hoje, na minha atuação profissional. Mesmo diante de todas as dificuldades e do choque de percepções e visões de mundo, encontrei nessa oportunidade uma das grandes vantagens de estudar em uma universidade pública, e até o momento, gratuita e de qualidade.

Desde que entrei na UnB tive a compreensão de estar em um lugar que tinha muito a oferecer à sociedade e, na condição de estudante de classe popular, tinha quase a obrigação de devolver à sociedade o conhecimento ao qual estava tendo acesso. Por participar do grupo Afroatitude desde o primeiro semestre de 2005, tive acesso a várias oportunidades de pesquisa e extensão e, por meio delas, pude viver experiências que fizeram toda a diferença no meu processo de formação de identidade coletiva e individual. Dentre elas, posso destacar o Projeto Jovem e Ação – parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal e a UnB –, que me permitiu atuar, em 2006, como orientadora de jovens em conflito com a lei, o que deu um novo sentido a minha formação acadêmica. Esse projeto abriu minha mente para a atuação na Política de Assistência

² Programa integrado de ações afirmativas para universitários negros, ao qual fui vinculada como bolsista e ativista durante quase todo o período em que estive na universidade entre os anos de 2004 e 2008. O programa era voltado a estudantes negros, preferencialmente cotistas e de baixa renda, cujo financiamento e proposta haviam surgido no Ministério da Saúde, mas que após alguns anos fora assumido pela própria Universidade. Santos (2015) afirma que seus “resultados a curto prazo foram capazes de tornar o ambiente universitário menos difícil para seu ínfimo número de bolsistas, cinquenta em cada uma das universidades participantes” (Santos, 2015, p. 115).

Social. Outra experiência marcante certamente foi a iniciação científica por meio do Grupo de Pesquisa Gerações e Juventude (Geraju), com a pesquisa “Trajetória Familiar e Escolar de Estudantes Mulheres Cotistas”, orientada pela pesquisadora doutora Wivian Weller, que me propiciou inserção em um lugar privilegiado dentro e fora da academia: lugar e condição de pesquisadora negra.

Ao final da minha graduação, meu entendimento das relações étnico-raciais e das perspectivas de exclusão do povo negro no Brasil já havia se ampliado, e surgiu a angústia de perceber que, mesmo dentre os perfis sociais que compõem a população negra, existiam grupos ainda mais vulneráveis e marginalizados e que mereciam ainda mais atenção da sociedade, da academia e do Estado. Passei então a observar, me interessar e querer compreender o universo das pessoas em situação de rua ou privadas de liberdade, que, além de não usufruírem dos direitos básicos, vivenciam um processo de desumanização estrutural e institucional. Dessas circunstâncias e convicções nasceu minha atuação profissional e militante no campo dos direitos humanos. Ao final da graduação, optei por prestar concursos em áreas relacionadas ao serviço social e ao sistema socioeducativo, tendo sido aprovada em duas ou três seleções.

Minha carreira com o diploma da UnB

Em maio de 2010, ingressei na carreira pública de assistência social, no cargo de educadora social, para atuar com abordagem social junto à população de rua no Distrito Federal. Um imenso desafio, recheado de grandes aprendizados. Nos anos que se seguiram, desenvolvi minha atuação profissional juntamente com a acadêmica. Me tornei especialista em adolescência e juventude pela Universidade Católica de Brasília, com um Trabalho de Conclusão de Curso sobre o extermínio da juventude negra, um estudo totalmente relacionado com minha práxis militante, a partir do meu envolvimento na rearticulação da Pastoral da Juventude de Brasília em 2011 e 2012 e, em seguida, de minha participação no Fórum de Juventude Negra do Distrito Federal até o ano de 2015 e também no Movimento Negro Unificado (MNU) até os dias atuais.

Impulsionada pelos processos de militância, passei a buscar programas e linhas de pesquisa na área, tendo encontrado, em 2015, no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais no Rio de Janeiro, uma possibilidade interessante de estudo e pesquisa. Entretanto, me ausentar de Brasília era algo ainda difícil de cogitar, pelas relações familiares e por minha situação profissional.

Somente em 2017 me vi em condições de dar continuidade ao tão sonhado percurso na pós-graduação. Concluí meu mestrado em 2019 (Costa, 2019); quando o iniciei, pareceu, como sempre, ser o momento exato. Experimentei uma orientação coletiva com outros cinco pesquisadores e pesquisadoras de áreas diversas. Pude conhecer melhor a mim e aos meus irmãos. Me tornei melhor. Uma pesquisadora melhor. Uma profissional melhor. Sou grata ao universo por essa experiência.

Estar ainda, nos dias de hoje, ligada ao movimento social negro e carregando os desafios de ser uma mulher negra pesquisadora e servidora pública, que trabalha e atua em prol da emancipação dos seus, me faz retomar os primeiros passos da minha formação, quando era uma adolescente cheia de esperança e expectativas. Me sinto vitoriosa. Uma vitória coletiva. Da minha família. Da universidade pública. Das políticas de ações afirmativas. Do movimento negro. Dos meus ancestrais.

Referências

COSTA, Aline Pereira. *Onde começa a exclusão?* Trajetória sócio-racial de jovens negros em cumprimento de medida socioeducativa no Distrito Federal. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-raciais) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2019.

Alegria da experiência como cotista negra

Andressa Marques da Silva

As origens em uma família negra e pobre

Sou filha de filhos criados unicamente pela força materna. Meus pais enfrentaram as dificuldades políticas e econômicas presentes nas vidas de negros e pobres que cresceram em meio à ditadura civil-militar. O acesso à escolarização era um luxo àquela altura e foi essa a realidade vivida pela minha mãe, Maria Aparecida Marques, e meu pai, Huanderson Marques da Silva. Eles nasceram em Brasília, em 1965, no entanto, ainda recém-nascidos regressaram com minhas avós aos estados originários delas, Goiás, no caso de minha avó materna, e Paraíba, no caso de minha avó paterna. Anos depois, voltaram a Brasília e se conheceram, à época da abertura política. Em 1986, eu, Andressa Marques da Silva, a primogênita do casal, nasci e fui felizmente envolvida em seus sonhos de edificar um mundo melhor para a família por meio da educação.

O silêncio das bibliotecas

Cursei toda a educação básica na rede pública de ensino do Distrito Federal e, logo na alfabetização, passei por dificuldades. Na segunda série, não conseguia acompanhar a turma, e isso quase me levou para a série anterior. Antes dessa medida drástica, a professora decidiu que eu frequentaria o reforço escolar por um mês e, caso obtivesse êxito, permaneceria naquela série. Foi o que aconteceu. Logo aprendi a ler e adquiri gosto pela leitura literária, o que se tornou um hábito. Durante a minha vida escolar, frequentei assiduamente as bibliotecas comunitárias de Taguatinga e avalio que aprender a me concentrar, gostar do silêncio e ter apreço pelos livros foi importante em minha preparação para o vestibular. A UnB era algo que eu almejava, mas parecia muito distante da minha realidade de estudante preta da escola pública, tanto que fiz um curso técnico pensando em conseguir um emprego para pagar minha faculdade. No entanto, o término do meu ensino médio coincidiu com a implementação das cotas raciais e isso me estimulou a disputar uma vaga na sonhada UnB.

Cursinho Comunitário, EnegreSer e, finalmente, eu, Andressa, na UnB

Em 2003, quando eu cursava o terceiro ano, meu professor de Filosofia promoveu um debate sobre cotas raciais após minha sugestão. Naquela ocasião, estudei e fui a parte defensora do tema. Aquele momento me fortaleceu sobremaneira e pude compreender meus direitos e me inscrever para o primeiro vestibular da UnB com cotas raciais muito ciente do que estava por trás daquela grande oportunidade. Quando fui me inscrever para o vestibular em 2004, o que ainda era feito presencialmente, conversei com um jovem casal que ali estava divulgando as cotas raciais aos candidatos. Eles eram do EnegreSer, grupo que lutou para que as cotas fossem implementadas e que depois se tornou parte da minha história na graduação. Fiz três vestibulares antes de ser aprovada, passando três semestres como aluna de um cursinho comunitário. A minha primeira opção era Jornalismo, pois sempre gostei de escrever, mas no terceiro vestibular mudei para Letras, pois o fato de eu começar a trabalhar já estava no horizonte da minha família e eu sabia que isso atrapalharia meu ingresso na UnB. Após minha aprovação, logo me identifiquei muito com o curso escolhido e realizei pesquisas de iniciação científica na área, graças ao grupo de pesquisa Afroatitude, iniciativa voltada a estudantes cotistas da UnB. Àquela altura, ser cotista ainda era algo que gerava burburinhos e desconforto para nós na sala de aula, tanto alunos quanto professores duvidavam da nossa capacidade de acompanhar o curso. Participar dos eventos e debates promovidos pelo EnegreSer, pelo Afroatitude e pelo Centro de Convivência Negra (CCN) foi muito importante para a construção da minha autopercepção acerca do meu papel como estudante ingressante pelas cotas raciais. Hoje vejo que minha graduação me exigiu conhecimentos além daqueles que adquiri no currículo do meu curso, pois havia uma provocação cotidiana e surgiu assim a necessidade de saber me defender nos debates, o que moldou toda a minha formação. Dessa forma, entre 2005, ano do meu ingresso, e 2009, término do curso, vivi anos que transformaram para sempre minha experiência de mulher negra neste mundo, aprendizado que levei também para a vida profissional.

Assim que me graduei em Letras, passei a procurar emprego nas escolas privadas de Brasília e tive muita dificuldade em ser contratada em alguma delas, apesar de ter um bom currículo, com cursos e boas notas. Ali percebi que eu precisaria de um mestrado, não apenas por gostar de fazer pesquisa, mas porque o mercado privado não estava me acolhendo como eu supunha que aconteceria.

Então, em 2011, fui aprovada no mestrado em Literatura em quarto lugar, o que me garantiu uma bolsa de estudos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal da Educação Superior (Capes). Tão logo defendi minha dissertação (Silva, 2013), na qual pesquisei sobre a representação da afetividade das personagens femininas negras na literatura contemporânea, em 2013, fui aprovada no concurso da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF) em quinto lugar. Esse momento foi uma coroação da minha trajetória e de um preparo que durou anos!

Considero que estudar e me esforçar para decidir o que fazer e como agir foi algo que construí a partir da experiência na Universidade, pois meus pais não conheciam aquele ambiente e não sabiam me orientar muito em relação a isso. A aprovação bem colocada em uma carreira que me trouxe estabilidade financeira foi uma grande realização para mim e para meus pais.

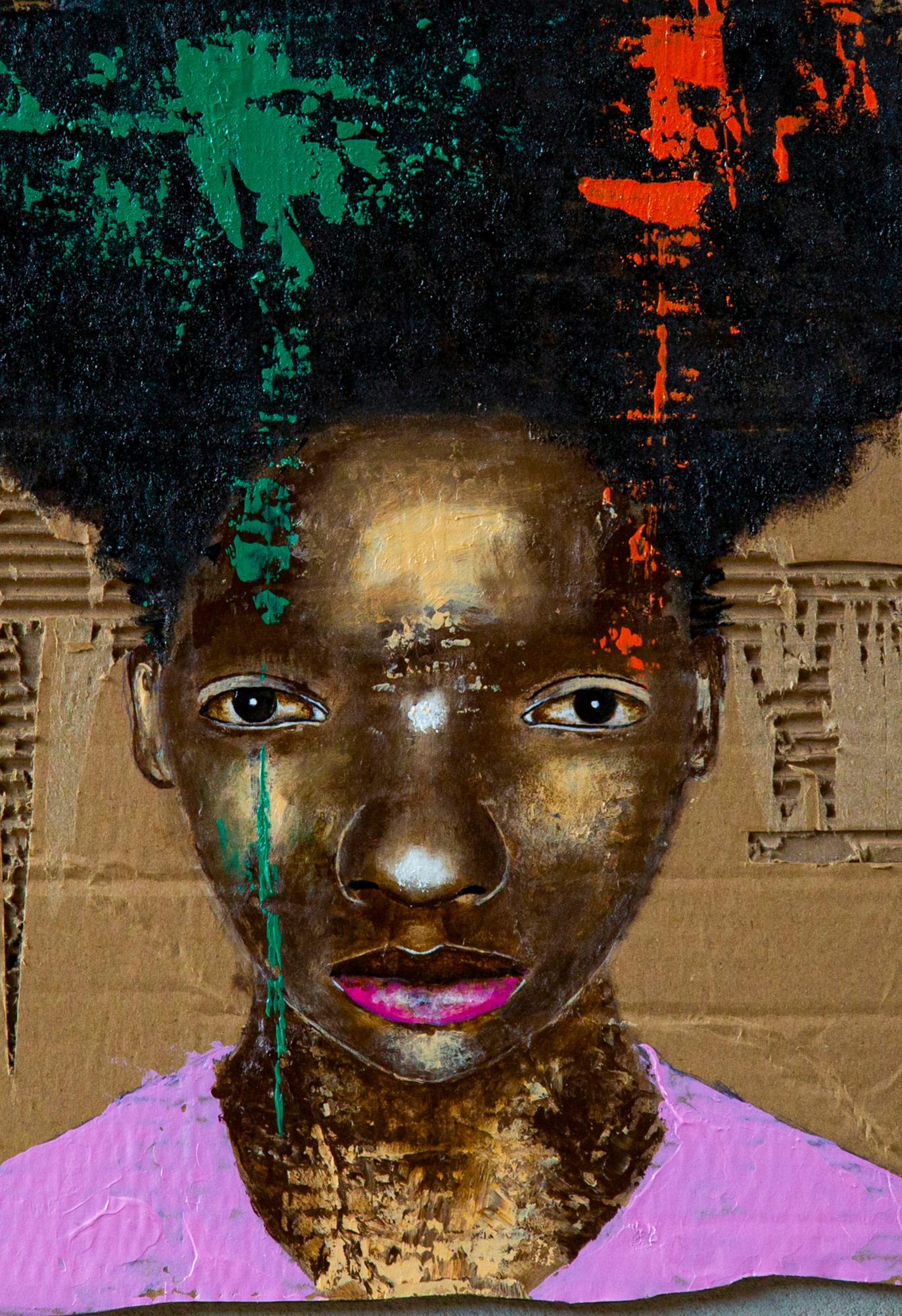
Após três anos em sala de aula, em 2016, ingressei no doutorado em Literatura, dessa vez pesquisando o ensino de literatura e a compreensão de como as obras das autoras negras estão à mercê dele e como elas o reformulam, pois trazem novas contribuições à subjetividade que adquirimos ao conhecermos nossa herança cultural quando estudantes. Em 2021, concluí meu doutorado (Silva, 2021).

Como se vê, minha carreira foi afetada pela minha experiência como estudante cotista e isso me alegra muito, pois acredito que outra trajetória não teria sido tão significativa para mim. Hoje atuo na SEDF elaborando documentos norteadores e acompanhando as políticas públicas da instituição voltadas para estudantes negros e negras e, também, participo de um projeto de formação de leitores a partir da experiência literária, especialmente com autoras negras.

Referências

SILVA, Andressa Marques da. *Por uma promessa de vida mais viva: relações afetivas de mulheres negras no rap e no romance brasileiro contemporâneo*. 2013. 129 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SILVA, Andressa Marques da. *Autoras de seus dias: escritoras negras e o ensino de Literatura*. 2021. 297 f. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.



E agora sou eu que vivo esta história!

Anna Caroline Costa Silva

A escolaridade e as origens da minha família

Cresci com meus pais fazendo o impossível por mim e, como tiveram uma infância humilde, queriam que eu tivesse uma infância melhor. Ambos são da Bahia e eu acabei me tornando a primeira pessoa da família a ter contato com o ensino superior, pois eles cursaram até o ensino médio. Minha tia é analfabeta e moradora da Bahia. Meus pais, negros, tiveram muita dificuldade para se manter aqui em Brasília, mas isso nunca impediu que me dessem uma boa educação e me apoiassem nos meus sonhos, o que me fez chegar onde estou. Moro em Brazlândia, que é uma cidade muito longe do centro de Brasília, meus pais não têm carro e sempre batalharam muito para que eu conseguisse ter os meus estudos em dia e fosse cada vez mais longe.

Minha escolarização, do ensino básico ao ensino médio

Sempre estudei em escola pública, do jardim até o ensino médio, e sempre contei com muitos professores incríveis, que me fizeram ser quem eu sou hoje, com muito esforço e dedicação. Meus primeiros anos foram difíceis, foi duro me adaptar àquele ambiente novo, mas consegui driblar isso e me esforçar cada vez mais, com meus pais me apoiando e os professores me incentivando e reconhecendo que eu era uma boa aluna.

No ensino médio tive um pouco mais de dificuldade de me enturmar, pois a maioria das pessoas já se conhecia e eu não conhecia ninguém (vinha de uma escola diferente do que a maioria dos alunos). Contudo, consegui contornar isso e “dei de cara” com o PAS (Programa de Avaliação Seriada – UnB). Fiquei assustada, pois não sabia sobre esse processo seletivo tanto quanto sabia sobre o Enem. Lembro que na minha escola 90% dos estudantes não iriam fazer a prova do PAS e, por conta disso, os professores resolveram que quem fizesse a prova ganharia um ponto na média, o que fez com que aumentasse a quantidade de pessoas inscritas. E foi assim até o terceiro ano, quando eu finalmente fiquei desesperada, pois era a última etapa do PAS. Foi quando eu conheci as cotas e, estudando um pouco mais, descobri que poderia me autodeclarar (com a ajuda da escola) e tentar

entrar por cotas, com toda aquela pressão de estudos, escola, curso de idiomas e o sonho de estudar na UnB. Minhas amigas e eu conversávamos e fazíamos planos para estudar na universidade, mas era um sonho distante. Aquela leve esperança deixava o nosso coração quentinho, porém era impossível imaginar a realidade de estudar ali. O ensino fundamental e o médio foram repletos de horas e mais horas, noites acordada estudando muito.

Finalmente, lá estava eu, Anna Caroline, na UnB

Eu não tive toda a comemoração que deveria, ninguém acreditava que eu conseguiria passar na UnB, pois isso era improvável. O resultado do PAS sairia numa quinta-feira e eu teria minha última aula de inglês nesse dia. Saí para fazer uma oração. Ao chegar em casa, somente coloquei meu primeiro nome no computador, pois tinha medo do resultado – eu acompanhava os resultados desde janeiro e nunca encontrava meu nome, então comecei a ter uma certa ansiedade –, e aí apareceu o meu nome completo e o curso que tinha escolhido, com base nas matérias que já tinha visto, e foi um misto de emoções. Lembro que abracei minha mãe e nós duas começamos a chorar de felicidade e emoção. Foi como se tirassem o peso do mundo das minhas costas e eu finalmente pudesse alçar voo. No entanto, a vida não é fácil, pois moro a 52 minutos da Universidade de Brasília e acordo às quatro horas da manhã de segunda a sexta. É uma rotina complicada, mas meus pais e eu valorizamos muito esse esforço, porque meu grande sonho era frequentar a UnB.

Hoje valorizo demais tanto a Universidade quanto a Faculdade de Comunicação, pois são lugares com pessoas excelentes, que me proporcionaram uma experiência que nunca imaginei que pudesse ter, com conhecimentos acessíveis, apesar das lutas e quedas. E eu sempre vou me emocionar com esse momento, em saber que eu, uma mulher negra, com pais negros, consegui chegar onde estou e reconhecer isso; em ver do que sou capaz, me orgulhar do meu esforço tanto de estudar quanto de me levantar de madrugada para pegar o ônibus e conseguir frequentar o lugar com que sempre sonhei, a partir do qual hoje produzo conhecimento (Silva; Marra; Lopes, 2022), e que só via pela televisão. Agora sou eu quem está vivendo essa história.

Referências

SILVA, Anna Caroline; MARRA, Milena; LOPES, Mariana Ferreira. CPACs: Um mapeamento por meio de estudos de caso. *In: EXPOCOM CENTRO-OESTE, INTERCOM, 2022. Anais [...]*

Uma revoada em curso

Camila Cecilina do Nascimento Martins

Quem a gente é? Quando se é pequenininha, não se sabe ainda, só se é. E o que você avalia ao seu redor e sente e vai com o tempo “matutando” é a alma da infância. Dá gosto de lembrar (ainda que pouco) que me eu perguntava sobre tudo, sobre o que era o ser, quem eram todas aquelas pessoas ao meu redor; dentro de casa algumas tinham nome, fora da caixinha era um mundo de curiosidades. Perceber as cores do mundo e das pessoas foi uma experiência de choque sobre a diversidade que essa sociedade guarda.

As vozes na escola já me diziam que eu tinha muito que aprender e que as pessoas tinham muitas opiniões. Cedo minha mãe dizia que eu precisava aprender a ler para mergulhar nesse mundo que são os livros e que uma educação de qualidade me tornaria alguém melhor. Minha mãe, afro-indígena, de família negra, me ensinou a ler desde cedo em casa, e já cheguei na escolinha com alguma noção de leitura. Minha avó, também afro-indígena, foi professora por anos a fio de toda a vizinhança e boa parte das crianças de Timon, Maranhão, cidade onde me criei. Nasci em Teresina, Piauí, bem ali do lado, me tornando uma mulher entre rios.

Essas mulheres fizeram questão de me colocar em uma escola particular, sabendo da precariedade das escolas públicas da cidade, pensando em me abrir mais possibilidades, inclusive para além dali. Foi outro aprendizado perceber as cores das crianças na escola que, para mim, que sempre gostei de muitas cores, foi uma memória feliz. Me lembrava de pensar, com uns sete anos de idade, que as crianças mais branquinhas eram as consideradas “ricas”, mais bonitas que as outras coleguinhas, principalmente pensando nas meninas.

Na adolescência, segui no mesmo caminho, já estudando em Teresina em uma escola tradicional da cidade, também particular. Nesse novo voo ficou mais clara a diferença de tratamento entre as pessoas, considerando de onde elas vinham, a que família pertenciam, que cor tinham (isso de forma bem mais sutil). Fiz amizades para a vida e aprendi também que a diferença nem sempre era aceita. A escola nos formava para passar no vestibular e trilhar as carreiras mais “promissoras” – hoje avalio que isso dizia respeito ao *status* social e às possibilidades financeiras.

Também aprendi nesse tempo que a concorrência era enorme e que eu queria ter uma vida confortável para mim e minha família, bem como deixá-la orgulhosa. Aprendi ainda a mascarar meu jeito de ser que às vezes era considerado muito “popular”, afinal eu vinha de Timon, “aquele fim de mundo”, “aquele lugar perigoso”. Meu fenótipo também não estava bem encaixado no padrão de beleza. Foi um processo doloroso de autonegação, que gerou problemas psicológicos que enfrento até hoje. A necessidade de se encaixar, de parecer mais do que ser custa muito para a formação humana da gente.

Essa foi uma caminhada de sete anos durante a adolescência, que já é uma fase conturbada, que me ensinou também um pouco de quem eu era de verdade e de como enfrentamos castrações muitas vezes por conta de nossas características físicas e sociais que fogem ao padrão hegemônico.

Já nessa época a culpa por não me encaixar era grande, ao mesmo tempo em que a indignação para mudar esse sentimento crescia. O debate sobre raça e sobre cotas era insuficiente, raso, pouco abordado na escola e causava discussões nas rodas de amigos. As opiniões eram contrárias, na maioria das vezes, sob a alegação de que as cotas para negros eram ofensivas, atestavam a incapacidade dos negros de alcançar vagas nos espaços de forma equânime, como se esse sistema passasse a permitir o acesso dessas pessoas exclusivamente por conta de sua cor, o que não é verdade.

O questionamento permanecia na minha mente: a partir de qual avaliação se cria uma política pública por conta de diferença de raça? Que conceito de raça é esse? Porque estender essa política no tempo? Na época as formulações não estavam tão fechadinhas assim, eram mais inquietações.

Na entrada na universidade pública no Piauí, a Universidade Federal do Piauí (UFPI), para cursar Direito – um curso ainda bastante conservador, embranquecido e produtor de profissionais nada ou pouco envolvidos com o debate de raça –, tive contato mais profundo com essa discussão em um grupo de pesquisa e extensão chamado Direitos Humanos e Cidadania (DIHUCI), ainda ativo na Universidade, bem como no projeto Cajuína – Centro de Assessoria Jurídica Popular de Teresina, uma assessoria jurídica universitária.

Ambas as iniciativas debatiam não só raça, mas outras opressões impregnadas na sociedade, como o machismo e a LGBTfobia, bem como refletiam sobre como funciona a própria sociedade e o sistema econômico, suas raízes, o papel da justiça social, na esperança de formar juristas mais críticos, comprometidos com as causas e lutas populares. A universidade pública para mim, com seu movimento estudantil e essas sementes de luta aqui contadas, foi fundamental para me formar como pessoa, profissional e mulher afro-indígena.

Foi ainda durante a graduação que conheci os primeiros movimentos populares do campo organizados, como o Movimento dos Pequenos Agricultores, o Movimento pela Soberania Popular na Mineração e o Movimento Sem Terra, que foram verdadeiros berços de aprendizado sobre a história e as resistências protagonizadas pelos movimentos sociais. Trabalhei desde esse tempo com comunidades rurais, tradicionais e quilombolas, evoluindo e ocupando hoje a função de advogada popular.

Desde 2012, começo da graduação na UnB, até a primeira pós-graduação em Direitos Humanos (Martins, 2018), logo após a formatura, tenho trabalhado com comunidades no meio rural, aprendendo a escutar, a estudar, a produzir, inserida nessa troca com esses atores coletivos da sociedade, ao lado dos movimentos sociais. No ano de 2018 finalizei minha especialização em Direitos Humanos e Democracia, ainda em Teresina-PI, em mais um salto no debate sobre opressões e na formação jurídico-social-humanista.

Os voos se tornaram mais ousados no mesmo ano, quando aceitei uma proposta de trabalho em Mariana-MG, local do rompimento de uma barragem da Vale do Rio Doce em 2015,

onde atestei mais uma vez que o martelo da destruição que vem do Estado, aliado ao sistema econômico capitalista, é mais forte sobre a população pobre e negra, cujo acesso à justiça e à reparação é sempre muito aquém do devido por direito. A formação sobre raça e colonialidade já no começo da graduação, se estendendo na pós, foi fundamental para a execução do trabalho de aferição de danos desse crime socioambiental terrível na bacia do Rio Doce, em Minas Gerais.

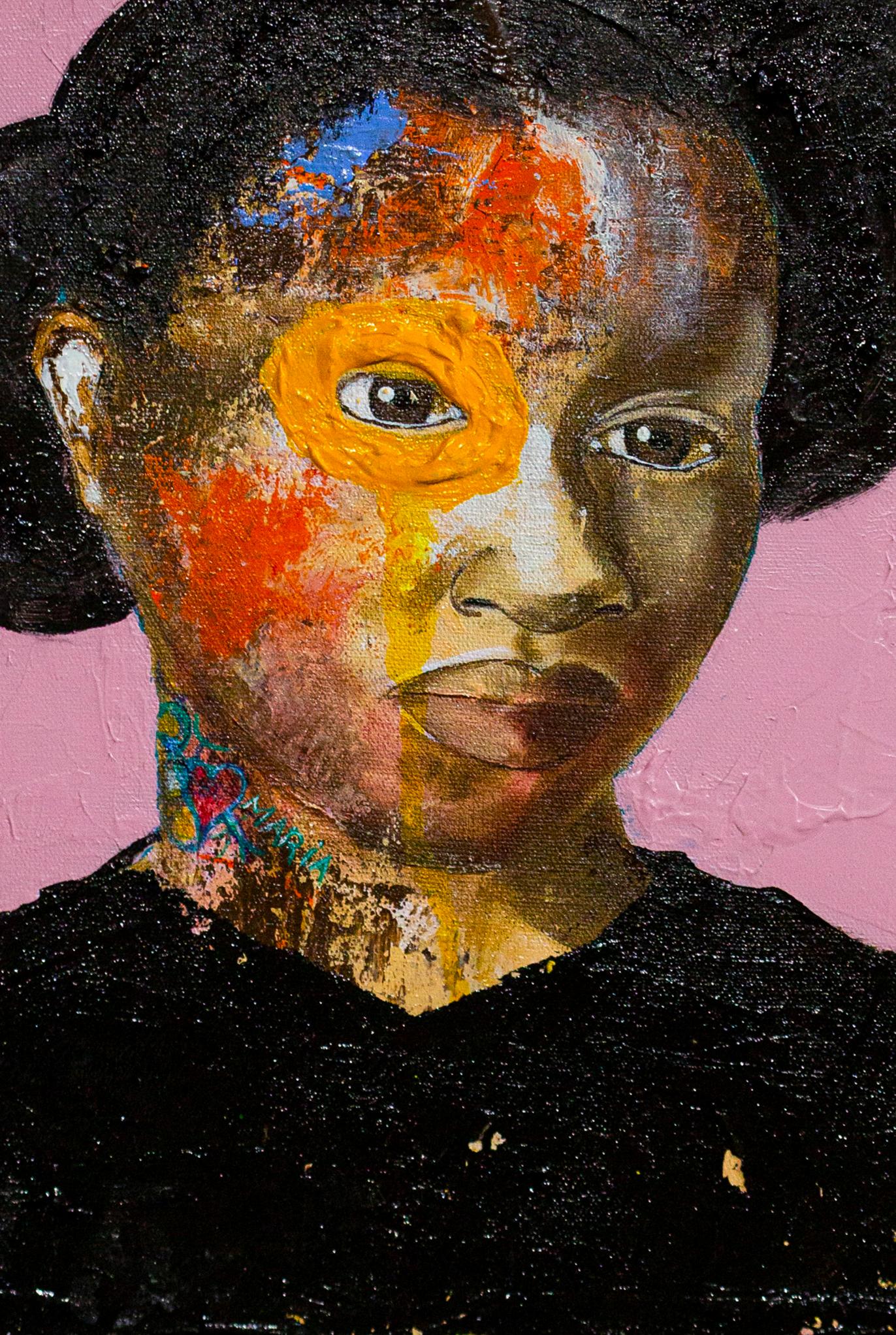
Seguindo para outros voos, no ano de 2020 fui a Brasília para atuar em uma ONG de Direitos Humanos que trabalha com o método da assessoria jurídica popular. Foram dois anos de mais aprendizado com novas comunidades em Minas Gerais, as apanhadoras de flores sempre-vivas, comunidades tradicionais que resistem há mais de 300 anos na Serra do Espinhaço em sua porção sul. Comunidades negras/quilombolas que contribuíram para a conservação de todo aquele ecossistema Cerrado e suas espécies, vivendo com sua cultura, sua história e sua continuidade.

Ao mesmo tempo, ingressei no mestrado na UnB intencionando debater essas formas de luta das comunidades tradicionais e movimentos sociais na defesa de seus direitos e territórios. Foi a primeira vez que decidi concorrer como cotista, após enfrentar incertezas e culpa por me beneficiar dessa política, pensando que pessoas mais retintas é que deveriam ocupar esse espaço. Tem sido uma longa reflexão, que me leva a dizer que percebi meu lugar de afro-indígena, não branca, afroreferenciada, sendo a primeira mulher de minha família a fazer um mestrado.

Não é privilégio, é reparação. Minha mãe pode me ver na pós-graduação antes dos 30 anos, agora concursada, com visão e caminhada crítica na vida, retornando em orgulho e estrutura para minha família os esforços, com unhas e dentes, de minhas ancestrais para que eu pudesse brilhar anos depois. Nos passos para adiante espero aprender cada vez mais com o povo negro, com as mulheres negras, no campo, na cidade, na universidade, no trabalho, nessa estrada, que, espero, seja longa e de fortalecimento das lutas afrocentradas.

Referências

MARTINS, Camila Cecilina do Nascimento. *Curso de Promotoras Legais Populares (PLPs): educação popular em gênero e direitos humanos para mulheres atingidas por mineração em São Raimundo Nonato-PI*. Monografia (Especialização em Direitos Humanos e Democracia) – Faculdade Adelar Rosado, Teresina, 2018.



Cotas para negros despertam a consciência para os problemas sociais relacionados a raça e cor

Dalila Noleto Torres

A infância no Maranhão e a vinda para Brasília

Sou nascida em Imperatriz, no Maranhão. Sou filha de mãe solo, que engravidou com 16 anos. Como não tinha registro do pai biológico, acabei sendo adotada pelos meus avós maternos e por eles criada, mesmo tendo minha mãe em casa durante minha infância. Ela estudava e trabalhava e por isso sempre fiquei aos cuidados de minha avó, que também foi mãe adolescente. Minha mãe terminou o ensino médio integrado a um curso técnico e hoje é artesã. Meu avô, que era caminhoneiro, e minha avó, que trabalhava em casa, não tinham o ensino fundamental completo. Quando eu tinha oito anos, meu avô foi assassinado e o caminhão foi roubado. Nós o encontramos três dias depois do ocorrido, enterrado na beira de uma estrada de chão. Foi um trauma enorme para toda a família, visto que o caso tomou repercussão e éramos ameaçados constantemente. Foi assim que, quando tive idade para cursar o ensino médio, minha mãe/avó decidiu vir para Brasília para que eu tivesse a chance de estudar na UnB como minha tia, que tinha acabado de se formar em Pedagogia e havia passado no concurso da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Assim, minha tia se tornou a chefe da família, visto que minha mãe/avó não tinha mais saúde para costurar. Nesse tempo minha mãe havia se casado novamente e já não morava conosco, então eu e meu irmão viemos para Brasília com minha mãe/avó. Dois tios meus já moravam aqui.

Em termos raciais, sempre fui a única negra, pois a família de minha mãe é de origem italiana, com mistura com caboclos, e se reconhece como branca. Inclusive já ouvi diversos relatos de comportamentos racistas e preconceituosos de membros da família. Minha bisavó disse à minha mãe que ela não era mais sua neta pois namorava com um negro, meu pai, por exemplo. Nesse sentido, nunca tive problemas com minha autoidentificação como pessoa

negra, mesmo tendo tido consciência de que minha pele seria clara demais para algumas pessoas, anos depois. Mesmo assim, minha mãe/avó conta que eu, quando bem pequena, pedia para tomar banho pois estava suja, pela cor da minha pele. Só deixei de ser a única negra da família quando um tio/avô adotou uma menina negra e depois, quando eu ia fazer 15 anos, minha irmã caçula nasceu, também negra. Nunca tive muito contato com meu pai biológico ou minha família do lado paterno. Hoje isso vem mudando.

Quando iniciei minha vida escolar

Iniciei minha vida escolar em uma escola particular e, a partir da alfabetização, estudei na Escola do Serviço Social da Indústria (Sesi), com bolsa de estudos até a sétima série e, na oitava série, em escola particular com bolsa esportiva. Em Brasília, fiz o ensino médio em uma escola pública em Taguatinga. Meu sonho era estudar na UnB como minha tia, mesmo só indo ao Plano Piloto para comprar passe escolar e não tendo ideia nem de onde a Universidade ficava! Assim, no meio do primeiro ano do ensino médio, revezava o tempo de escola com um preparatório para o PAS. Tive uma boa pontuação e por isso consegui estágio no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) no segundo ano. Foi meu primeiro emprego. Segui trabalhando, até ter que abandonar o emprego para fazer o preparatório novamente, e segui assim até finalizar o ensino médio. Não passei no Programa de Ação Seriada, mas depois de dois vestibulares consegui entrar na UnB.

Meus problemas na escola derivaram do fato de eu ser nordestina, do Maranhão. Tinha que ouvir diversas coisas, como que eu passava fome e estava acostumada a carregar balde na cabeça, por exemplo. Eu nunca senti nada em relação a minha identificação racial, mesmo porque sempre fui ótima estudante e muitos desses que caçoavam de mim passaram a me respeitar por precisarem de minha ajuda. Além disso, não tinha consciência das implicações de cor/raça na minha vida, isso só viria na Universidade.

Finalmente, eu, Dalila, na UnB

Quando era estudante de ensino médio, sempre me identifiquei com a área de Exatas, e a única disciplina das Ciências Humanas de que gostava era Língua Portuguesa. Assim, fiz o primeiro vestibular por meio do PAS para Biologia. No terceiro ano tive aula de Geopolítica e de Filosofia Política e me identifiquei com os problemas e perspectivas abordados em sala. Foi então que acabei mudando de opção de curso e fiz vestibular para Ciência Política. Soube do sistema de cotas para negros no cursinho e sempre tive o apoio da minha família, pois, já que sou negra, poderia sim ingressar na Universidade pelo sistema, mesmo que na época não entendesse bem o que isso significava. Sou da primeira turma ingressa pelo sistema de cotas para negros na UnB, do segundo semestre de 2004.

Como nunca fui boa em Humanas, na Universidade os desafios foram muitos, a começar por me sentir perdida, como se não acompanhasse meus colegas, por nunca saber o suficiente. Minhas primeiras notas nas disciplinas do curso foram médias. No primeiro ano

pensei diversas vezes em abandonar o curso, considerando ainda as dificuldades relativas à falta de dinheiro para livros, cópias e demais custos. Ganhei mais força ao entrar para o Programa Brasil Afroatitude, quando recebi bolsa para fazer pesquisa, ao mesmo tempo em que tínhamos encontros para discutir a temática racial e nossos problemas. Foi ali que fiz minhas principais amizades, que vêm até os dias atuais, com diferentes gerações de estudantes de vários departamentos. No meu curso nunca conseguia acompanhar o pessoal em bares, festas ou encontros casuais por falta de dinheiro e por não ter carro próprio. São nesses ambientes que a amizade do pessoal do mesmo curso é fortalecida. Não fiz muitos amigos em meu departamento. Bom, somente no terceiro semestre passei a me identificar com o curso e a gostar dele, e até hoje continuo atuando em minha área de formação sem arrependimentos.

Busquei experimentar as diversas faces de atuação profissional nesse campo, juntamente com as atividades de pesquisa. Assim, fiz estágio em gestão e em assessoria parlamentar. No entanto, minha paixão sempre foi a pesquisa, apesar de não ter em mente ser professora. Ter entrado pelo sistema de cotas para negros e ter o companheirismo de colegas em situações semelhantes à minha certamente contribuiu para minha permanência na universidade. Para além do dinheiro e apoio, se destacava a formação interdisciplinar e humanística, mesmo com as dificuldades inerentes de não haver disciplinas focadas na questão racial ou mesmo professores negros à época. Também ajudou muito o fato de eu ter despertado minha consciência para os problemas sociais, os significados e o peso que raça e cor podem ter na vida de uma pessoa. Por exemplo, ao concorrer a uma vaga de estágio, tive que escutar que eu não tinha perfil para ela, depois de menos de cinco minutos de entrevista. Em todos os estágios que fiz, passei por seleção com provas. Nessas situações, ficamos sem reação, mesmo entendendo os porquês de terem acontecido. Finalmente, com um pouco de atraso, concluí meu curso de Ciência Política no segundo semestre de 2008, com formatura realizada em 2009.

Minhas escolhas acadêmicas e profissionais

Ter ingressado na UnB pelo sistema de cotas influenciou minhas escolhas acadêmicas e profissionais, tendo em vista tudo o que aprendi e a visão de mundo que construí. Após formada, meu primeiro emprego foi na UnB, como estagiária técnica, uma espécie de trainee, atuando diretamente com os estudantes cotistas, em pesquisa sobre esses alunos e acerca das políticas institucionais de apoio a eles. Ao mesmo tempo, alimentei o sonho de ser diplomata e saí desse trabalho para me dedicar ao estudo para o Concurso de Admissão, visto que fui aprovada na seleção de bolsistas do Programa de Ação Afirmativa do Ministério das Relações Exteriores (MRE), em 2009, e assim pude priorizar estudar no ano seguinte. Nesse meio tempo, apareceu a oportunidade de aplicar para bolsa também afirmativa para negros e indígenas da Fundação Ford para estudo de pós-graduação no Brasil e no exterior. Também passei no último ano do programa e, para me dedicar, tive que abandonar o sonho da diplomacia por um tempo. Assim, fui fazer o mestrado em Estudos Latino-Americanos na Universidade do Texas, em Austin (EUA), onde pesquisei o processo político das ações afirmativas nas universidades do Brasil, finalizando o trabalho em 2012 (Torres, 2012).

Voltando ao Brasil, fui convidada a trabalhar com gestão de projetos e orçamento no Governo do Distrito Federal (GDF), atuando na área de promoção da igualdade racial. Mesmo com mudanças de governo, fui convidada a ficar. Portanto, minha principal atuação profissional e acadêmica esteve ligada ao entendimento e à promoção da igualdade racial no DF e no Brasil. Em 2015, ingressei no programa de doutorado em Estudos Comparados sobre as Américas na UnB e busquei expandir essa perspectiva acerca da abordagem do racismo por partidos políticos advindos de grupos revolucionários em Cuba e na Nicarágua. Com a entrada de Bolsonaro no poder, quis sair do Brasil para tentar outros caminhos de atuação acadêmica e de pesquisa e consegui bolsa para doutorado em Antropologia Sociocultural na Florida International University (FIU), mesmo sem ter terminado o programa anterior, para não desperdiçar a oportunidade. Contudo, infelizmente, passei por diversos processos de adoecimento, fato que abalou minha carreira de maneira profunda. Não consegui terminar o doutorado na UnB dentro do prazo e resolvi abandonar o da FIU. Com o início da pandemia, voltei para casa e até o momento estou sem trabalhar e sem vínculo com nenhum Programa, mas cuidando de minha saúde para retomar meus projetos e sonhos de ser doutora e diplomata.

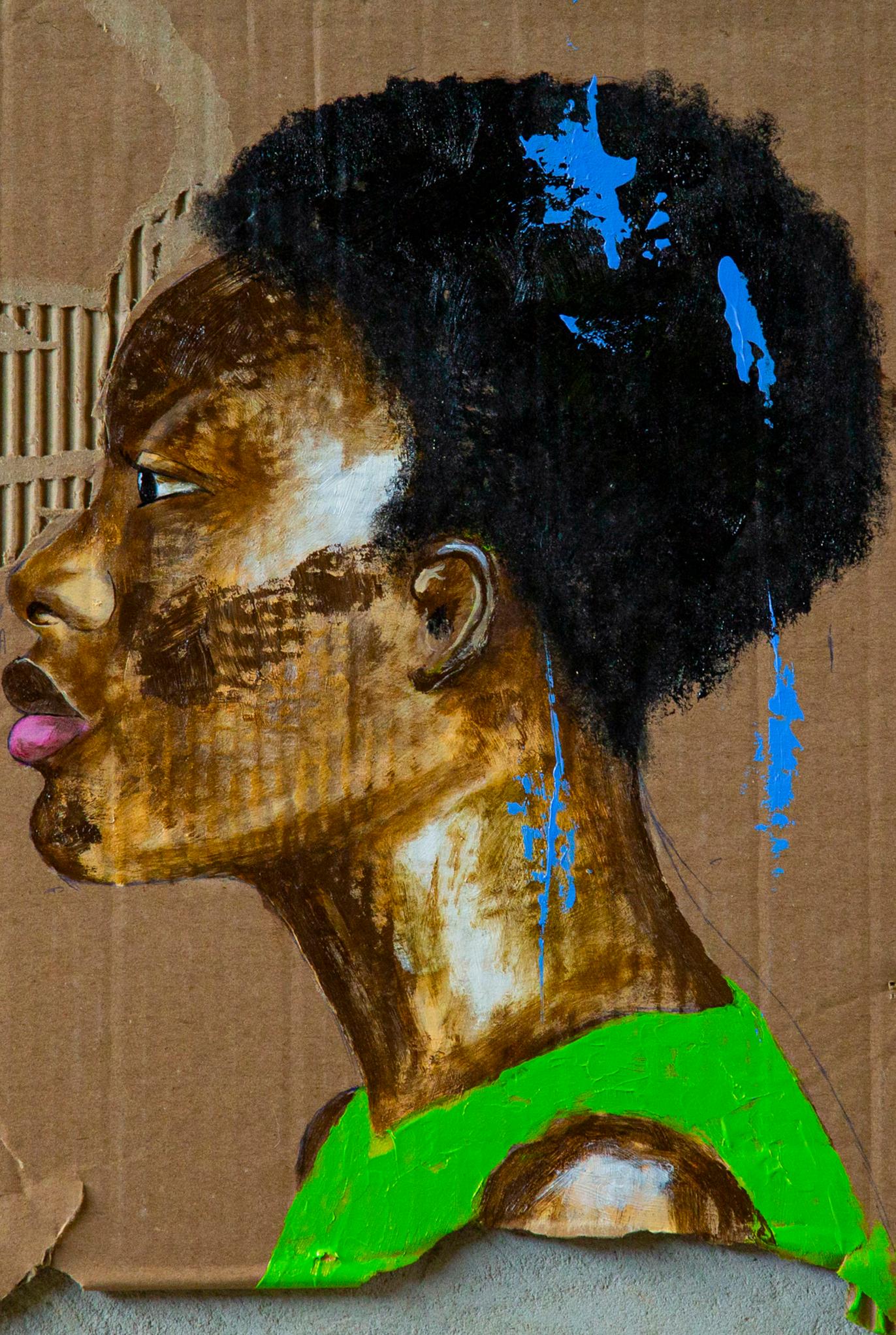
O impacto positivo da minha trajetória

Apesar de meus fracassos recentes, hoje vejo que eu, como ser humano, precisava olhar mais para mim e menos para o estresse e a correria que construir uma carreira de sucesso envolve. Com o tempo, vi que o impacto positivo de minha trajetória é a certeza de que, mesmo com toda dificuldade e barreiras, é possível alcançar oportunidades sem deixar de ser quem se é. Mesmo que minha situação atual não seja a ideal, esse fato não apaga meu histórico de vitórias importantes. Se não fossem as ações afirmativas e a oportunidade de ter estudado na UnB, eu nunca sequer sonharia ter vivido algumas experiências, como a vida em outros países e a convivência com outros povos, que, mesmo diferentes, compartilham muito do que é ser brasileiro e negro. Tive a oportunidade de abrir minha cabeça e despertar minha consciência para além do individualismo e da ascensão financeira, entendendo o mundo como um palco para atuar e fomentar mudanças. Além disso, devo muito a meus professores, muitos deles não mais entre nós, que me apoiaram em meus sonhos e não deixaram de afirmar que eu era suficiente e que poderia chegar onde quisesse.

É este exemplo que busco deixar para meus amigos, colegas, estudantes e quem quer que seja: que independentemente de onde você veio, o que importa é quem você é e para onde você vai. E que vai chegar lá sem abandonar sua ética de vida, sem esquecer suas origens; que vai sempre olhar para o futuro com esperança de vitória, apesar de toda a dificuldade que possa aparecer. Me orgulho muito de hoje minha irmã estar cursando Ciências Sociais na Universidade Estadual do Maranhão (Uema), ser feminista e antirracista e de minha prima adolescente ver em mim que estudar pode nos levar para outros patamares.

Referências

TORRES, Dalila Noletto. *Affirmative Action in Brazil: Affirmation or Denial?* Dissertação (Mestrado em Latin American Studies) – The University of Texas at Austin, UT, Au, 2012.



“Isso é por eu ser uma mulher preta?”

Deborah Carolina Silva Duarte

Com 40 reais no bolso e uma nova cidade

Eu sou a terceira filha de um casal birracial, sendo meu pai – Paulo Roberto – um homem branco e de família de classe média, nascido no Rio de Janeiro, e minha mãe – Lucimara Aparecida – uma mulher preta e de família pobre, nascida em São Paulo. Aos 20 anos meu pai se mudou para São Paulo, onde arrumou um emprego como segurança de shopping, e conheceu minha mãe, que morava na mesma rua que ele. Minha mãe, por sua vez, já trabalhava desde seus 11 anos de idade como *office girl*, chegando a se tornar a primeira analista preta da empresa. Ela não pôde fazer ensino médio regularmente, por conta do trabalho, e então fez um supletivo e um curso técnico em Contabilidade. Posteriormente, se formou em Direito pela Faculdade de Direito São Bernardo do Campo, sendo a primeira da família a se graduar no ensino superior.

Em 1994, os dois vieram para Brasília com apenas 40 reais no bolso. Chegando aqui, os dois conseguiram vagas de emprego no Hospital Universitário de Brasília (HUB), ela como técnica administrativa e ele como auxiliar de limpeza. Sempre que podiam, os dois almoçavam em um restaurante da UnB – local no qual Lucimara, minha mãe, às vezes almoçava comigo e minhas duas irmãs mais velhas, após todas nós entrarmos na UnB por meio das políticas de cotas raciais. Vitória entrou em Engenharia Química e Natália em Comunicação Organizacional.

Anos mais tarde, meu pai entrou na Polícia Militar e minha mãe se tornou oficial de justiça pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). Algum tempo depois, os dois se separaram e, posteriormente, meu pai se formou em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Ele veio a falecer em serviço, quando eu tinha 10 anos de idade.

Escola, segunda casa

Devido à ascensão econômica da minha mãe por meio da educação, ela sempre priorizou isso em nossas vidas. Por conta da priorização da educação, nunca foi necessário me

preocupar com tarefas domésticas ou contas da casa. Morávamos, na minha casa, minhas duas irmãs, minha bisavó, minha avó, minha mãe, o afilhado de minha mãe e eu.

Estudei na mesma escola do jardim de infância até o ensino médio; portanto, minha escola foi para mim como uma segunda casa, onde conhecia todos os funcionários: professores, funcionárias da limpeza, secretárias, diretores, porteiros, funcionários da cantina. Por mais que a escola fosse majoritariamente branca, seu dono era preto, e sempre existiram pessoas pretas na sala de aula além de mim.

As lembranças que tenho sobre racismo envolvem ser sexualizada desde cedo, apesar de nunca ter sequer beijado alguém na escola, enquanto minhas amigas brancas não sofriam isso. Dentre essas recordações também estão os comentários de uma coordenadora pedagógica que sempre ia à minha sala e gostava de falar na frente de todos que gostaria de ter meu tom de pele, pois ficava queimada com o sol, e que tinha inveja de mim, mesmo eu tendo apenas 11 anos.

Experiências de desconforto escolar e o preparo para a UnB

No primeiro ano do ensino médio eu estudava à tarde, em uma turma de 13 alunos. Tudo era muito bom e tranquilo, porém, no segundo ano, tive que me mudar para o turno da manhã e fiquei em uma turma na qual não me adaptei, pois as pessoas eram mais ricas, arrogantes e mesquinhas. Isso tornou a escola pela primeira vez um ambiente desconfortável e eu cheguei a emagrecer muito em virtude disso. No terceiro ano mudei de turma e consegui me adaptar melhor, fazendo amigos que me acompanham até hoje; e fiz parte da comissão de formatura.

Minha jornada para o vestibular foi extremamente tranquila, pois minha escola tinha um programa com algumas aulas integrais focadas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Assim, não tive que me esforçar muito mais que isso para ser aprovada. Porém, sofria grande pressão de todas as partes, de amigos, família, escola e namorado, pois minhas irmãs e uma prima por parte de mãe já estavam na UnB, e também um primo por parte de mãe havia ingressado na Universidade de São Paulo (USP) recentemente. Vale ressaltar que o lado materno é o lado preto da minha família.

Tenho noção de que minha jornada escolar é diferente da trajetória da maioria das pessoas pretas e acredito que ela me influenciou a não ter síndrome de impostora quando entrei na faculdade, pois esse sempre pareceu o caminho natural a seguir, já que fui estimulada desde cedo a ingressar na UnB.

Finalmente, eu, Deborah Carolina, na UnB

Na UnB, pela primeira vez estava em um lugar completamente desconhecido e, por ser uma pessoa muito tímida, não consegui fazer muitos amigos no primeiro ano. No entanto, ao entrar na Empresa Júnior (EJ) Genesys Biotecnologia, consegui socializar melhor, chegando a assumir o cargo de diretora e vice-presidente. Algumas vezes senti que as pessoas me tratavam como se eu fosse agressiva e ríspida quando estava expondo minhas ideias

e opiniões e eu sempre me perguntei: “isso é por eu ser uma mulher preta?”. Mas, apesar disso, as pessoas me respeitavam bastante e me tratavam como especialista em determinados assuntos, já que fui responsável por implementar mudanças estruturais na EJ.

Não cheguei a participar do Programa de Iniciação Científica (ProIC), pois sempre estive focada em participar da Empresa Júnior Genesys Biotecnologia, mas pude participar de um projeto de extensão, o Mais Cultura, voltado à divulgação científica para alunos de ensino fundamental, promovido pelo Departamento de Zoologia e de Botânica da UnB, que infelizmente teve sua execução impactada pela pandemia de covid-19. Outro evento impactado pela pandemia foi a Semana de Integração de Biotecnologia, de cuja comissão organizadora fiz parte. Integrei ainda o Laboratório de Fisiologia Vegetal, trabalhando com cultura de tecidos vegetais, ou seja, plantando no meio de cultura em um ambiente estéril, em vez de plantar em vasos de plantas. Também participei de uma pesquisa importante sobre produção de álcool em gel no contexto da pandemia Covid-19 (Carmo *et al.*, 2020). Quase me graduando em Biotecnologia, consegui fazer meu estágio final no Instituto de Criminalística da Polícia Civil do Distrito Federal, ocupando uma vaga muito concorrida. Assim, construí minha história profissional e espero ser inspiração.

Referências

CARMO, Talita Souza *et al.* Produção de álcool gel para famílias do entorno do DF. *Participação*, Brasília, ano 19, ed. esp., n. 34, p. 28-29, nov. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/participacao/issue/view/2155>. Acesso em: 19 jul. 2022.



É desta terra fértil que nasce e floresce muito do que sou e do que faço

Elen Cristina Ramos dos Santos

A escolaridade e as origens da minha família

Sou filha de dois migrantes do sertão baiano para a “terra-prometida”, Brasília, mais especificamente a região periférica da cidade. Me chamo Elen Cristina Ramos dos Santos, Santos de pai e Ramos de mãe, parafraseando o bordão do personagem protagonista do filme *Central do Brasil* (1998), o menino Josué.

Mãe e pai fazem parte de um enorme contingente de nortistas e nordestinos/as que se viram condicionados/as a enveredar caminhos para grandes metrópoles em busca de melhores condições de vida e trabalho. Fazem parte dessa gente que mantém os grandes centros, com suor e sangue do trabalho, e habita as margens da cidade – é marginalizada de múltiplas formas, alijada e deslocada (em uma lógica higienista) para as margens distantes dos centros.

Na história da minha família, coadunada à história de muitas outras, desenhou-se um lugar na desigualdade: meus/minhas avós não foram alfabetizados/as e não são escolarizados/as. Nenhum/a deles/as. Mãe e pai não finalizaram o ensino fundamental. Adiantando o relato, anuncio o fato alarmante e vergonhoso: fui a primeira de gerações inteiras a ocupar uma vaga no ensino superior.

Embora em meio à escassez material e de direitos básicos, mãe e pai lutaram arduamente para que eu e meus irmãos nos mantivéssemos na escola. Nunca conseguiram se sentar conosco para resolver os deveres de casa, mas nos impulsionavam, nutriam o melhor de nós, com cuidado e afeto, o que nos encheu do sentimento de que poderíamos ser o que quiséssemos. Semearam sonhos para que nós os colhêssemos.

Sou uma pessoa pertencente e fruto de uma família, de comunidades e coletividades. E é dessa terra fértil que nasce e floresce muito do que sou e do que faço. Reverencio e tento honrar a capacidade inventiva, pulsante e criativa, mesmo em meio aos contextos de imposição da escassez.

Minha escolarização, do ensino básico ao ensino médio

Ingressei na escola aos seis anos de idade. Tenho certa dificuldade de me lembrar dos anos iniciais da minha escolarização. Me recorro de ser uma menina bastante tímida e acuada, e ao mesmo tempo muito solícita e amiga. Infelizmente e certamente num mundo como o nosso, minha trajetória, como uma criança negra, ainda que de tez clara, foi fortemente atravessada pelo racismo. Citei o fato de ter a tez clara pois acredito que isso me fez negar por muito tempo o racismo que eu sofria, porque afinal “você nem é tão escura pra ser negra”. Me recorro de situações de humilhação e discriminação sofridas principalmente devido à textura do meu cabelo. Nas brincadeiras de “casinha”, eu era recorrentemente alocada para o papel de “empregada doméstica”. Na minha inocência-criança eu não via problema algum; é o trabalho de minha mãe, e me honrava ser como ela. Somente hoje entendo a problemática da brincadeira, porque ela ressoa as dinâmicas sociais: a sobrerrepresentação das mulheres negras nessa ocupação, repleta de ranço colonial. Apesar de ter apoio incondicional dos meus pais para os estudos, eles não viam como uma possibilidade o ingresso de um/uma dos/das seus/suas filhos/as no ensino superior. Sequer sabíamos que existia a possibilidade de cursar ensino superior de modo “gratuito”, em uma universidade pública. Da mesma forma, a menção a essa possibilidade ou seu incentivo na escola eram praticamente nulos. Tenho vívida na memória certa vez em que um professor da oitava série anunciava a interdição, o que ele acreditava ser o nosso destino: “a UnB não é pra vocês. Vocês nunca passarão lá”. Essa foi a única vez, em toda a minha formação, em que eu ouvi o nome “UnB”.

Apenas quando me mudei de escola para uma localizada no Plano Piloto (onde o traço do arquiteto delimitou) é que soube que havia uma universidade pública na minha cidade. Interessante perceber que, apenas ao migrar para uma escola da parte central de Brasília, passei a ter conhecimento da possibilidade de cursar uma universidade pública. Nessa escola cursei os dois últimos anos do ensino médio. Nela recorrentemente havia passeios para a Universidade, e alguns projetos que conectavam escola e universidade eram muito presentes.

Finalizei o ensino médio com muito medo de tudo o que viria pela frente. Não consegui naquele ano passar no vestibular. Após isso fiquei dois anos estudando para pleitear uma vaga no curso de Psicologia. Consegui um trabalho informal como babá de dois priminhos para custear um cursinho pré-vestibular e lá eu percebi que talvez seria mais fácil tentar um curso com a nota de corte mais baixa, mas que ainda assim fosse da minha área de interesse. Então passei a tentar Ciências Sociais.

Finalmente, lá estava eu, Elen, na UnB

Passei no vestibular na quinta tentativa, em 2013. Já havia esgotado um tanto das esperanças de passar e havia começado a trabalhar como atendente de *call center* para ajudar nas despesas de casa. À época já estava em vigor a Lei nº 12.711/2012 (Brasil, 2012), a qual determinava que as seleções de acesso ao ensino superior reservassem vagas sob o crivo social

e racial, necessariamente nesta ordem. No decorrer das tentativas de passar no vestibular, não me recordo muito bem em que momento tive ciência e real conhecimento do que significava ingressar na universidade pelo sistema de cotas, de sua história e importância. Acredito que selecionei, em todas as tentativas, a modalidade de cotas para pretos, pardos e indígenas oriundos de escola pública. Me recordo de que eu já defendia fortemente a universidade pública como um direito das pessoas que não eram vistas nesse espaço. Certa vez me envolvi numa discussão interminável com uma amiga de infância branca que adotou um discurso contra as cotas raciais. Tentei argumentar fervorosamente sobre os benefícios e a necessidade das cotas em um país de passado-presente colonial e racista como o nosso.

Quando o resultado do vestibular saiu, estava no trampo. Coloquei a pausa de cinco minutos a que tinha direito para ir ao banheiro. Estava muito ansiosa e atualizava insistentemente a página da internet que divulgaria o resultado.

Eu passei! Corri gritando pelos corredores do trabalho para encontrar meu melhor amigo, que trabalhava num prédio próximo. Choramos e celebramos. Pedi as contas desse trabalho; havia sido uma fase extremamente difícil, pois o trabalho era exaustivo e eu era destrutada cotidianamente. Eu temia muito nunca sair daquela dinâmica de vida. Foi um alívio.

Mãe chorou e riu comigo. Pai começou a espalhar para todo mundo que a filha seria professora, com um brilho-orgulho nos olhos. Vô me chamou para dançar durinho, jogando o corpo, todo brincante. Só falou isso.

Eu era a primeira em gerações da família a passar numa universidade (e isso não é de se orgulhar). Ingressar na UnB com essa consciência tornava maior ainda a minha missão, que era a de pluralizar, multiplicar corpos-mentes da minha gente nesse lugar confinado na lógica branca. Eu era um ser com mil expectativas; é certo que a Universidade – um grande desafio para corpos, almas e mentes não brancas – foi matando algumas delas.

Cheguei na Universidade cheia de machucados; porque essa gente, que é mulher negra, periférica, de família que migra do Nordeste, estudante de escola pública, é machucada desde sempre, desde o nascer, desde muito antes de nascer. Ingressei na UnB em um cenário construído historicamente para não acolher essas e outras experiências, para forçar as pessoas que as vivem a entrar no jogo, a cumprir a exigência de “engolir as teorias de homens brancos europeus e estadunidenses” – como se você só pudesse existir naquele lugar se não fosse você, se travasse uma luta abismal e mortificante contra si mesma, suas referências e experiências racializadas e localizadas. E eu vou contar que isso doeu. Doeu muito. E dói, porque as estruturas discriminatórias e violentas não findam, seguem operando.

Posso contar também que os ventos de tempestade e de serenidade sopraram e arrumaram minha casa interior. Que eu encontrei e fui encontrada por jeitos de viver mais perto de ser plena. Que eu retornei à casa quando me afastei (ou fui afastada) da forma mais potente de resistir: com as nossas, com minhas irmãs, primas, amigas, mais velhas, professoras.

Teve um momento-processo em que eu percebi que me curar desses machucados era necessário. Mais que isso, que era possível. E esse processo passou pela dor de perceber complexos sistemas de inferiorização, marginalização e esquecimento das produções e

experiências de pessoas negras e, em paralelo, pelo reconhecimento e entendimento de como isso acontece com pessoas como eu.

Se posso eleger um momento marcante de transformação interna, foi este, em que eu disse para mim mesma, baixinho e serenando no peito e na mente: “a partir de agora, escreva e seja a sua experiência, de dentro para fora”. Escrever, pensar e sentir isso tem a ver com criticar, combater e desentranhar do âmago as mentiras racistas, misóginas, *LGBTQTQ+fóbicas*, classistas. Passa por minha mãe, minha avó, minhas irmãs, minhas amigas, meus territórios, pelas memórias encobertas que nos fazem esquecer ou não saber que nossa força, beleza e luta são ancestrais, coletivas e sempre presentes, mesmo quando não parecem ser, quando são secretas, quando são estratégicas.

Então, fiz da Universidade e desse lugar que ocupo – pela luta histórica do movimento negro, que tornou possível a implementação da Lei de Cotas, e pela luta ancestral da família e do povo a que pertencço – um “lugar de cura”, o que bell hooks propõe para o fazer da teoria, da escrita, da produção acadêmica:

Encontrei um lugar onde eu podia imaginar futuros possíveis, um lugar onde a vida podia ser diferente. Essa experiência “vivida” de pensamento crítico, de reflexão e análise se tornou um lugar onde eu trabalhava para explicar a mágoa e fazê-la ir embora. Fundamentalmente, essa experiência me ensinou que a teoria pode ser um lugar de cura. [...] Quando nossa experiência vivida da teorização está fundamentalmente ligada a processos de autorrecuperação, de libertação coletiva, não existe brecha entre a teoria e a prática (hooks, 2013).

Foi uma docente negra da UnB, Edileuza Penha de Souza, que me olhou e enxergou em mim uma pessoa que pensa e pode produzir conhecimento. Sob sua orientação e sabedoria, consegui acessar autoconfiança e autorreconhecimento como uma estudante e pesquisadora que pode e deve escrever.

Concluí minha graduação tendo como tema do Trabalho de Conclusão de Curso uma intelectual negra, Lélia de Almeida Gonzalez, amparada por uma outra intelectual negra, Dione Oliveira Moura (UnB-FAC). Essa pesquisa e outros trabalhos me proporcionaram compreender, acompanhar e viver projetos de resistência encampados por intelectuais negras no contexto acadêmico e de ativismo (Santos, 2020; Moura; Santos, 2020). Na minha alma-manto de essência profunda, essas mulheres negras, teóricas, intelectuais, acadêmicas cultivaram sonhos para que eu os realizasse e colhesse frutos deles.

E sigo sonhando-realizando. Atualmente curso Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS-Ufrgs) com um projeto de pesquisa – que dá continuidade ao que iniciei na graduação – sobre os processos de (in)visibilidade da produção intelectual de Lélia Gonzalez na produção de conhecimento em Ciências Sociais no país. Faço pesquisa como uma pesquisadora-ativista, mobilizo minha experiência e meu horizonte de mundo com base no antirracismo e no antissexismo. Faço parte da comissão

de ações afirmativas da Pós-Graduação. Sigo os projetos dessas intelectuais, amigas e orientadoras-sabedoras que me inspiram a atuar de dentro da produção acadêmica por um discurso ampliador e plural.

Referências

BRASIL. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, 2012.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

SANTOS, Elen Cristina Ramos. *Lélia Gonzalez: (re)existência política, afetiva e epistemológica na universidade*. 2020. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, 2020.

MOURA, Dione Oliveira; SANTOS, Elen Cristina Ramos. O encontro da vigilância comemorativa com a epistemologia negra e o feminismo negro: um dos lugares-memória de Lélia Gonzalez. In: SANTOS, Ivair Augusto Alves dos; MOREIRA, Marcos (org.). *As estruturas dissimuladas do racismo: história, memórias e resistências*. 1. ed. Porto Alegre: Nova Práxis, 2020. v. 1, p. 167-190.



Na UnB, aprendemos a nos posicionar politicamente para as lutas sociais

Flora Egécia

A escolaridade e as origens da minha família

Tenho cinco irmãos, uma sobrinha e meu pai e minha mãe estão vivos e presentes em minha vida. A origem da minha família é simples e, com orgulho, faço parte da segunda geração que tem curso superior. Meus pais nunca precisaram me explicar sobre a importância da educação, pois sempre os vi como exemplo vivo disso. Dentre os diversos cuidados que eu e meus irmãos recebemos, garanto que a educação foi uma das prioridades. Cresci com a meta fixa de ingressar em uma universidade federal. Enfrentando diversos obstáculos e nunca medindo esforços, meus pais me garantiram uma educação em escolas particulares, o que sem dúvida contribuiu para toda a minha história. Apesar de ter estudado em instituições particulares, o fato de ser uma das pouquíssimas alunas negras nesse espaço sem dúvida afetou meu aprendizado, assim como definiu traços da minha personalidade. Em contraponto a essa realidade, que não é só minha, mas brasileira, meus pais me proporcionaram uma “educação racial”, com uma didática baseada no amor, no autoconhecimento e em conhecimentos históricos. Cresci com muita consciência sobre o que é ser negra, negro e negre no Brasil, o que não reduziu o racismo nos espaços, mas me munuiu de força para o enfrentamento diário dele.

Minha escolarização: ensino básico, ensino médio, graduação

Durante o ensino médio, acompanhei o mais perto que pude a implementação do sistema de cotas na Universidade de Brasília, a primeira universidade federal brasileira a dar esse importante passo! Eu estudava no período matutino e à tarde ia frequentemente para a

Universidade participar de debates e eventos relacionados às cotas. No ambiente escolar esse tema era muito cansativo, pois eu era a única aluna da minha escola que defendia as cotas, além de mim apenas os professores de história e geografia tinham esse posicionamento. Como já citei, eu era uma das poucas alunas negras da escola, o que me colocava numa situação mais desconfortável ainda, por haver um equivocado entendimento geral de que se tratava de um sistema muito injusto. Apesar desse contexto, eu sempre tive convicção de que era um sistema urgente e apenas o início da reparação histórica que o Brasil deve à população negra.

Descobri, por meio de cursos técnicos que fiz durante o ensino médio, minha vocação para o *design* e marquei essa opção para o vestibular. Com o apoio dos meus pais, ao terminar o ensino médio, fiz um cursinho pré-vestibular, ingressando em Desenho Industrial na UnB no segundo semestre de 2006.

Finalmente, lá estava eu, Flora Egécia, na UnB

Quando ingressei na UnB pelo sistema de cotas, estávamos em 2006, apenas dois anos após sua implementação. O *campus* da UnB tinha mais corpos negros, mas ainda poucos. Me recordo de um ambiente um pouco mais naturalizado com a política, e não me sentia mais tão só como no período escolar. Junto com as cotas a UnB promoveu vários eventos e programas que acolhiam os alunos cotistas.

Para ilustrar como foi minha graduação, sua importância em minha trajetória e o que foi possível a partir dela, reproduzirei uma versão adaptada da minha carta de intenção para ingresso no mestrado:

Sou formada em Desenho Industrial pela Universidade de Brasília (2006-2011), com habilitação em Programação Visual. Com grade flexível e um sistema que estimula a transdisciplinaridade, o IdA e a Universidade de Brasília me proporcionaram trocas com docentes, estudantes e técnicos de diversas áreas, incluindo Artes Visuais, Comunicação Social e Psicologia. Na Universidade, também aprendi a me posicionar politicamente e a me organizar para, por meio da minha formação, participar das lutas sociais com as quais me comprometo. Ainda durante a graduação, em 2008, desenvolvi e apresentei um projeto de Pibic pelo Departamento de Artes da Universidade de Brasília. Como integrante do coletivo de fotografia F/508, em 2009, ensinei fotografia a adolescentes que cumpriam medida socioeducativa no extinto Caje – Centro de Atendimento Juvenil no DF. Em 2011, ano em que me formei, fui coidealizadora da *Revista Nil*, publicação digital e impressa que teve como objetivo divulgar talentos artísticos cujos trabalhos ainda não circulavam, em especial artistas do Distrito Federal. Em 2017 recebi um prêmio, junto com meus sócios do Estúdio Cajuína, de empreendimento com relevância na promoção da cultura afro-brasileira no Distrito Federal. No primeiro semestre de 2018, como aluna especial, cursei a disciplina Urbanidade e Cartografia, no Programa de Pós-Graduação em Design (PPGDesign) na Universidade de Brasília. Atualmente, a obra audiovisual *Das Raízes às Pontas*, cuja direção eu assino, compõe a lista de obras obrigatórias do Programa de Avaliação Seriada (PAS) para ingresso na Universidade de Brasília.

A Pós-Graduação na UnB

Em 2021 me inscrevi, também pelo sistema de cotas, no processo seletivo do mestrado em Design na UnB (PPGDesign). A pesquisa de mestrado que desenvolvo atualmente (2022) no PPGDesign do IdA/UnB tem o objetivo de identificar os pontos comuns e divergentes entre o imaginário urbano de Salvador-Bahia nas primeiras décadas do século XXI e a cidade de Salvador imaginada presente em *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves (2006), a qual se passa predominantemente no século XIX.

Em minha pesquisa de mestrado, investigo as semelhanças e diferenças das experiências das mulheres negras com seus corpos socialmente constituídos na cidade, do ponto de vista da constituição do imaginário. Também pretendo contribuir com a perspectiva dos estudos de interseccionalidade (Crenshaw, 2018). A interseccionalidade de gênero, classe e raça está presente em todo o percurso da pesquisa. Ela nos permite enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias (Crenshaw, 2018). No que diz respeito ao imaginário social acerca das mulheres negras, buscamos autores como Silva e Peres (2008), segundo os quais o lugar social previsto para essas mulheres, na atualidade, é de apagamento e silenciamento. Além disso, trago estudos que situam a obra *Um defeito de cor* (Duarte, 2022) como constituinte do gênero literário romance.

Na primeira etapa do percurso metodológico da pesquisa, já iniciada, está sendo realizada a revisão bibliográfica. Em seguida será analisada a obra em si, com ênfase nas experiências da protagonista na cidade de Salvador. Na terceira etapa da pesquisa será observada e analisada a cidade de Salvador contemporânea. Para tal será aplicada uma metodologia validada para estudo de imaginários urbanos (Silva, 2000).

Narrada em primeira pessoa, a obra *Um defeito de cor* retrata uma experiência da escravidão, das revoltas e das conquistas da população negra sob o olhar de uma protagonista negra. Trata-se de uma metaficção historiográfica (Hutcheon, 1991), baseada na vida e nos escritos de Luísa Mahin, ex-escravizada, mãe do advogado abolicionista Luís Gama e uma das líderes da Revolta dos Malês. No livro, Luísa Mahin é identificada como Kehinde – nome de batismo no continente africano – ou Luísa Andrade da Silva – nome de batismo no Brasil.

Retirada ainda criança de seu país de origem, Benin, no continente africano, a protagonista, Luíza Mahin/Kehinde, é vendida e escravizada assim que chega ao Brasil (Gonçalves, 2006). Algumas cidades, do Brasil e do continente africano, são cenários do romance *Um defeito de cor*, predominantemente ambientado em Salvador. Na obra, é descrita uma cidade de Salvador ficcional, imaginada, baseada também em registros históricos, a partir de olhares de corpos negros socialmente constituídos que vivenciam a experiência da interseccionalidade de raça, gênero e classe. Salvador é a capital brasileira com maior número de habitantes que se autodeclararam negros, cerca de 82,1% da população, segundo dados do IBGE (2010). A cidade foi, também, a que mais recebeu africanas e africanos raptados no continente africano e escravizados no Brasil.

Na pesquisa, parto da ideia de que a literatura é uma das formas de compreender e significar a identidade de uma cidade, permite expressar a experiência (Pinheiro; Silva, 2004). Além disso, a escrita contribui com a memória da cidade e imprime sua identidade. Assim, cidades imaginadas ou imaginárias, presentes na literatura ficcional, não se limitam à imaginação das autoras (Pinheiro; Silva, 2004).

Encerro com uma citação de Grada Kilomba: “Somos eu, somos sujeito, somos quem descreve, somos quem narra, somos autoras/es e autoridades da nossa própria realidade”.

Vida longa à Universidade de Brasília, espaço que, positivamente, marcou e marca a minha vida e a de muitos/as outros/as jovens negros/as no Brasil.

Referências

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics [1989]. In: BARTLETT, Katherine; KENNEDY, Rosanne. *Feminist legal theory: Readings In Law And Gender*. Routledge, 2018.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Na cartografia do romance afro-brasileiro, Um defeito de cor, de Ana Maria Gonçalves*. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/arquivos/autoras/anamariacritica03.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2022.

GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

IBGE. *Censo 2010*. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 29 abr. 2022.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

PINHEIRO, D. J. F.; SILVA, M. A. (org.). *Visões imaginárias da cidade da Bahia: diálogos entre a geografia e a literatura [online]*. Salvador: Edufba, 2004.

SILVA, Armando. *Imaginários Urbanos*. Bogotá: Tercer Mundo, 2000.

Nossas vidas importam

Hallana Moreira Ramalho Costa

A escolaridade e as origens da minha família

Sou preta, brasileira, nascida e criada no Distrito Federal e filha da classe trabalhadora. Durante a infância e a adolescência tive muitas referências positivas de pessoas pretas, as quais, apesar da desigualdade e dos impedimentos do racismo, não aceitaram a marginalidade como única opção. Minha mãe, Eridan Moreira de Azevedo, é uma delas. Trabalhou desde os 12 anos. Aos 19 anos se tornou auxiliar de serviços gerais na Secretaria de Educação. Precisou parar o ensino médio e só conseguiu concluí-lo aos 23 anos. Casou-se com meu pai, João Ramalho, com quem teve duas filhas, eu e minha irmã Hislla. Apesar das dificuldades, ambos construíram o melhor ambiente possível para nos proporcionar uma boa estrutura e priorizar nossos estudos.

Devido ao esforço repetitivo no trabalho, minha mãe desenvolveu problemas de saúde e foi readaptada para outro setor. Há oito anos ela trabalha como bibliotecária numa escola pública e está prestes a se aposentar. Embora não tenha tido oportunidades suficientes, sempre colocou a educação como prioridade e não desistiu de estudar. Aos 47 anos se formou em Gestão Pública e depois fez uma nova graduação em Teologia. Atualmente ela faz trabalho voluntário na igreja que frequenta.

Meu pai é aposentado e trabalhou na construção civil como mestre de obras. Também só completou o ensino médio depois dos 20 anos. Maranhense que rodou pelo Brasil, é um homem tão engenhoso que construiu a própria casa. Participou de sindicatos e sempre foi atento e muito crítico ao que acontece na política. Inclusive, foi com ele que aprendi sobre a luta de classes. Estava sempre cansado por causa do trabalho pesado, mas não nos deixava esquecer de que éramos capazes de conquistar espaços importantes por meio do estudo.

Minhas avós, Benedita Francisca e Maria Raimunda, também são maranhenses. Mães de muitos filhos, trabalharam como empregadas domésticas e não tiveram muita formação escolar, o que não anulou o potencial delas para que se tornassem mentes brilhantes. São mulheres pretas incríveis, cheias de sabedoria. Desejo que sejam agraciadas com a vida até completarem mais de cem anos.

Dona Benedita Francisca, mãe do meu pai, é uma das pessoas mais sábias e instruídas que já conheci. Aos 87 anos, ela ainda lembra de detalhes da infância, vivida em um povoado no interior do Maranhão, e faz questão de praticar a escrita e a leitura. Estudou apenas

até o quarto ano do fundamental e tinha o sonho de ser professora, mas não conseguiu realizá-lo pois teve que trabalhar na roça. Sempre que tem oportunidade, ela conta com orgulho que, na sua adolescência, por ser uma das poucas pessoas do povoado que sabia ler e escrever, era procurada pelos moradores para que lesse e escrevesse cartas. Embora não tenha vivido os horrores da escravidão, vó Benedita sempre compartilha as histórias dos “negros fujões” e suas cantigas. Casou-se com meu avô, Raimundo Nonato Ramalho, e teve sete filhos. Ele é piauiense e foi carpinteiro. Também se aventurou na corrida do ouro pelo garimpo da Serra Pelada (PA).

Vó Maria Raimunda, mãe da minha mãe, é uma mulher de fé e muito ativa nas atividades da igreja. Chegou em Brasília aos 14 anos e trabalhou por muitos anos como empregada doméstica. Criou onze filhos em condições de extrema pobreza. Perdeu um deles por uma doença crônica. Viveu o luto e deixou o futuro dos filhos nas mãos de Deus. Apesar da pouca instrução, soube guiá-los por um caminho mais seguro do que o da violência à qual estavam expostos. E conseguiu. Hoje, o sinônimo de realização para ela é família reunida e fartura na mesa. Contrariando todas as estatísticas, dona Raimunda se orgulha de ver seus filhos vivos e bem resolvidos.

Meu avô, Elísio de Azevedo, era carioca, amava samba e era compositor de marchinhas de carnaval. Trabalhou na construção de Brasília como eletricitista e foi casado duas vezes. Segundo minha avó, sua segunda esposa, ele era conhecido por sua beleza e seu sorriso, mas foi um pai ausente. Ele morreu com 65 anos e eu não cheguei a conhecê-lo.

Minha escolarização do ensino básico ao médio

Cresci em Santa Maria, uma cidade periférica do DF, e estudei por toda a minha vida nas escolas públicas da cidade. Tive uma educação familiar cristã e fui muito incentivada a estudar. Minha mãe sempre dizia que o primeiro marido devia ser o estudo, o segundo, o emprego e o terceiro, um caso a se pensar. Por não ter tido condições e oportunidades de investir nos estudos, ela fez o que pôde para que pudéssemos ter acesso à melhor formação possível. Por conhecer a rotina das escolas, ela monitorava nosso desempenho escolar e dizia que, por sermos negras, tínhamos que ser três vezes melhores que os brancos.

Fiz diversos cursos na rede pública de ensino. No ensino básico participei de programas e iniciativas para crianças de famílias com baixa renda, como o Programa Segundo Tempo no Sesc do Gama. Pratiquei esportes como karatê e natação, participei de concursos e competições. No ensino fundamental, minha mãe decidiu apertar o orçamento para pagar um curso de inglês. Também fiz curso de francês no Centro de Línguas de Brasília (CIL 1) e, graças a esse curso, em 2014 eu pude fazer um intercâmbio por meio do Programa Brasília Sem Fronteiras. Também fiz aulas de canto na Escola de Música de Brasília (EMB).

Porém, ter crescido num ambiente seguro não me impediu de presenciar a realidade da periferia à minha volta. Vi colegas de sala se envolverem no crime e, em todas as escolas em que estudei, vi policiais revistando mochilas para apreender drogas. Tive colegas

assassinados e vi o alto índice de gravidez na adolescência. Também passei por diversas situações de preconceito e racismo, que não faço questão de enfatizar aqui, pois elas nunca definiram quem eu sou.

Na escola onde cursei o ensino médio, CEM 404 de Santa Maria, no DF, alguns dos professores eram formados pela UnB. Eles incentivaram os alunos a ingressarem em universidades públicas e ofereceram cursos preparatórios gratuitos, dos quais eu participei.

O meu maior incentivo foi a aprovação da minha irmã mais velha na Universidade de Brasília (UnB) em 2012. Ela havia cursado o ensino médio na mesma escola que eu. A propósito, Hislla Suellen Moreira Ramalho, minha única irmã, é uma mulher preta incrível, que se supera em tudo o que se propõe a fazer. Hoje ela é professora universitária, tradutora e doutoranda em Tradução na Universidade Federal de Santa Catarina.

Finalmente, lá estava eu, Hallana, na UnB

Ingressei na Universidade de Brasília em 2013, aos 17 anos, no curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas (LEA). Costumo dizer que caí de paraquedas nesse universo. Prestei vestibular na metade do terceiro ano do ensino médio para verificar se eu passaria no curso desejado. Para a minha surpresa e a dos meus pais, eu passei. Esse momento foi desafiador; tivemos que recorrer à Justiça para que eu fosse autorizada a assumir a vaga. Após uma série de processos judiciais e burocracias, conseguimos efetivar a matrícula.

Eu tinha pouco conhecimento sobre o sistema de cotas; acabei não ingressando por meio dele, mas ao longo da vida acadêmica me aprofundi nos estudos das questões raciais e de gênero. Se por um lado foi uma grande alegria passar no vestibular, para uma jovem de periferia, enfrentar os perrengues da vida universitária tão cedo foi desesperador. Tinha que pegar três ônibus para chegar no *campus* e precisei de auxílios estudantis para arcar com os gastos do curso. Por causa da longa distância, Hislla e eu tivemos que nos mudar de cidade para morar mais próximo do Campus Darcy Ribeiro e trabalhar para pagar as despesas.

No quinto semestre, descobri que me identificava com a área da Comunicação e decidi recomeçar. Migrei para o curso de Jornalismo e participei de projetos de Iniciação Científica (Pibic) voltados para os estudos de gênero e raça, dentre eles a pesquisa sobre a participação das mulheres negras no Jornalismo orientada pela professora Dione Moura. Nessa pesquisa entrevistamos jornalistas negras brasileiras atuantes no combate ao racismo dentro da Comunicação (Moura; Costa, 2020). O resumo da pesquisa foi publicado no livro produzido pelo Intercom *Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo*, que reúne uma série de trabalhos acadêmicos sobre o tema.

Em meio aos percalços da vida acadêmica, fui seguindo, às vezes devagar, quase parando, outras vezes, correndo sem parar. Tive vários momentos de desesperança e quis abandonar o curso, mas consegui chegar até o final. Faço questão de ressaltar que o total apoio dos meus pais e o acesso aos auxílios assistenciais da UnB foram fundamentais para que eu pudesse me manter na graduação. Destaco também que a mentoria e o acolhimento

de professores negros da Faculdade de Comunicação, como o professor Elton Bruno, a professora Dione Moura e a professora Kelly Quirino, me fortaleceram muito nesse processo.

Minha formatura ocorreu em dezembro de 2020, durante a pandemia da Covid-19. Em meu projeto final, analisei o enquadramento das notícias e reportagens de casos de racismo e injúria racial na imprensa brasileira a partir do caso George Floyd. A pesquisa, também orientada pela professora titular Dione Moura, traz uma revisão teórica sobre racismo estrutural e representatividade preta na mídia e um estudo de caso das reportagens sobre mortes por intervenção policial.

Por meio do levantamento de mais de 300 notícias, durante a pesquisa foi identificada uma mudança de paradigmas na abordagem do jornalismo brasileiro acerca da temática racial após o caso George Floyd (Costa, 2020). Contudo, quando não se trata de casos emblemáticos ou envolvendo figuras públicas, o enquadramento dessas reportagens continua episódico, ou seja, factual e sem aprofundamento da pauta. O enquadramento temático, considerado ideal para contextualizar o fato, não foi identificado na maior parte dos casos envolvendo mortes de pessoas negras por intervenção policial.

Em meio ao contexto caótico da pandemia de Covid-19, o trabalho me custou madrugadas e até minha saúde mental, devido ao meu alto nível de envolvimento com o tema, mas valeu a pena. A pesquisa foi indicada ao Prêmio José Marques de Melo de Estímulo à Memória da Mídia no 13º Encontro de História da Mídia. A seguir, apresento uma síntese desse trabalho.

Meu TCC (Costa, 2020) insere-se em um grupo de pesquisas desenvolvidas e orientadas pela professora Dione Moura no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) e junto ao Programa de Iniciação Científica (Proic) da UnB. A maior parte do conjunto de pesquisas está centrada nas áreas de Comunicação/Jornalismo, a partir de uma perspectiva que destaca o papel da comunicação na redução da desigualdade racial (Nunes; Moura, 2016; Quirino; Moura, 2019; Moura; Santos, 2020).

Tendo em vista as definições de enquadramento apresentadas por Porto (2004), e com base nas concepções de Iyengar (1991) utilizadas por Quirino (2017), em minha pesquisa foram analisadas reportagens de casos de racismo envolvendo: violência contra pessoas negras em ações policiais, crimes de injúria racial e outras manifestações do racismo no cotidiano, publicadas nos sites *G1*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, de 24 de março a 25 de julho de 2020. Também foi realizada uma análise quantitativa por meio de *clipping*, técnica utilizada nas assessorias de imprensa para mensurar os resultados.

Após o caso George Floyd houve um aumento, de maneira geral, de reportagens sobre racismo, o que considero um marco para o jornalismo brasileiro em relação à quantidade de registros. Os veículos publicaram uma quantidade maior de conteúdo desse tipo nesse período do que havia sido publicado nos dois meses anteriores, quando foram divulgadas apenas 39 reportagens, somando os três veículos.

Se compararmos o atual cenário da abordagem midiática sobre o tema com o resultado apresentado pelas pesquisas de Quirino e Moura (2018, 2019) e o levantamento da Rede de Observatórios da Segurança (Ramos *et al.*, 2020), o caso George Floyd realmente gerou

impacto e ocasionou mudanças significativas na abordagem das situações de racismo nos veículos de comunicação brasileiros, que poderão se manter se a população, a mídia e a comunidade artística e intelectual continuarem firmes em denunciar esses fatos e em fomentar o debate em busca de uma política de segurança pública mais responsável e igualitária, a partir da ideia primordial de que “vidas negras importam”.

Minha carreira com o diploma da UnB e como pesquisadora

Em 2021, após a formatura, passei por um momento difícil de adaptação à nova realidade. A busca por uma oportunidade de emprego foi bem desgastante. Fiquei longe da universidade por quase um ano, e nesse período me candidatei para inúmeras vagas de emprego, mas o contexto não estava favorável. Enquanto aguardava uma oportunidade, atuei como Microempreendedora Individual (MEI) e como *freelancer* na minha área.

Após um longo período de isolamento e caos, me candidatei para o Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da UnB e passei. Além disso, hoje atuo na TV Senado, na produção e publicação de conteúdos.

Digo com orgulho e certeza que passar pela universidade abriu muitas portas e ampliou não apenas os meus horizontes, mas também os da minha família. Atualmente sou mes-tranda na linha de pesquisa Poder e Processos Comunicacionais, inspirada pela querida professora Dione Moura. Estudo a abordagem do racismo na mídia brasileira. Pretendo desenvolver uma pesquisa que contribua para a mudança social e para o fortalecimento da produção acadêmica de mulheres negras.

Só tenho a agradecer a meus pais por todo o esforço e investimento que fizeram para que eu trilhasse esse caminho. Também não posso deixar de reconhecer que parte dessas oportunidades se deveram às políticas públicas e aos programas sociais aos quais eu tive acesso. Acredito que a educação empodera e capacita as pessoas para transformar realidades. Por isso, sou eternamente grata aos envolvidos no meu processo de aprendizado e por todas as vivências transformadoras que a Universidade de Brasília me proporcionou.

Sigo na luta; nossas vidas importam.

Viva a Universidade Pública!

Referências

COSTA, Hallana Moreira R da. *Caso George Floyd: uma análise do enquadramento das notícias de casos de racismo e injúria racial na imprensa brasileira*. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

IYENGAR, Shanto. The accessibility bias in politics: television news and public opinion. *International Journal of Public Opinion Research*, v. 2, n. 1, 1990, p. 1-15.

MOURA, Dione O.; COSTA, H. M. R. Mulheres jornalistas e o “teto de vidro raça/gênero/classe” a tensionar a carreira das jornalistas negras brasileiras. *In: AGUIAR, Leonel; SILVA, Marcos Paulo da; MARTINEZ, Mônica (org.). Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo*. 1. ed. São Paulo: Life, 2018. p. 193-207.

NUNES, Juliana César; MOURA, Dione Oliveira. Vivências diaspóricas em comunidades quilombolas: empoderamento, autorreflexão e novas sociabilidades na comunidade Rio dos Macacos. *Matrizes*, v. 10, p. 203, 2016.

PORTO, M. P. Enquadramentos da mídia e política. *In: RUBIM, Antonio Albino (org.). Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: EdUFBa, 2004. p. 73-104.

QUIRINO, Kelly. *Enquadramentos e advocacy sobre o genocídio de jovens negros: análise da cobertura da Folha de S.Paulo*. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de Brasília, 2017.

QUIRINO, Kelly; MOURA, Dione O. Enquadramento jornalístico do genocídio de jovens negros: estudo de caso da Chacina de Costa Barros na *Folha de S.Paulo*. *In: INTERCOM*, 1., Joinville- SC, 2018.

QUIRINO, Kelly; MOURA, Dione O. Enquadramentos midiáticos, interseccionalidade e o genocídio de jovens negros brasileiros: análise comparativa entre notícias e textos de opinião acerca da Chacina de Costa Barros, RJ, na *Folha de S.Paulo*. *Revista ECO-Pós/UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, 2019.

RAMOS, Silvia *et al.* *Racismo, motor da violência: um ano da Rede de Observatórios da Segurança* – Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Centro de Estudo de Segurança e Cidadania (CESeC), 2020.

O sistema de cotas para negros é, sim, um direito

Iara de Jesus dos Santos

Maria Baiana: sobre grandes mulheres

A história da minha família é protagonizada por grandes mulheres, e é impossível falar sobre isso sem citar a maior delas, minha avó materna, Maria de Jesus. Maria veio do interior da Bahia para conseguir uma vida melhor em Brasília, lugar em que morou até seu último dia de vida. Mais conhecida como Maria Baiana, minha avó trabalhou boa parte da vida como auxiliar de serviços gerais, único emprego que não exigia escolaridade, visto que ela não sabia escrever nem o próprio nome. Minha avó sempre acreditou na educação e quis proporcionar para as filhas aquilo a que não teve acesso. Mesmo com todas as dificuldades, casamento e filhos na adolescência, minha mãe conseguiu terminar o ensino médio. O sonho de minha mãe era ser professora. Infelizmente não conseguiu se realizar academicamente, mas sempre foi uma ótima educadora em casa, tanto que foi ela quem ensinou meu pai a ler e escrever quando eram casados, união que durou 17 anos. Mesmo divorciados, meus pais seguem a mesma linha, a de proporcionar educação aos filhos. Assim, com todo incentivo, fui a terceira neta a entrar na Universidade, a segunda em uma universidade pública e a primeira a graduar-se em uma universidade federal: a UnB.

Alegrias na educação infantil

Minha escolarização, do ensino básico ao ensino médio, foi toda na rede pública de ensino, mais precisamente em cinco escolas públicas de Planaltina-DF, e tive a sorte de estudar em escolas com ótimo desempenho escolar, mesmo sendo localizadas em bairros periféricos do Distrito Federal. Em meus primeiros anos escolares frequentei uma escola bem distante do bairro em que morava na infância; então, a partir dos três anos de idade, tive que ir para a escola de ônibus, pois minha família não tinha condições de pagar transporte escolar. Eu amava ir para a escola e até hoje me recordo das minhas professoras da educação infantil, que eram muito atenciosas e preocupadas com a alfabetização de excelência

de todos os alunos. Assim, com quatro anos já sabia ler e escrever. Dentro do ônibus, na volta da escola, lia todas as placas e anúncios. Lá vivi os melhores anos da minha infância.

Terminando a educação infantil mudei de escola pela primeira vez para fazer o ensino fundamental 2. Só não imaginava que mudaria mais três vezes até concluir a quarta série. Em todos os meus anos até a quinta série, era rodeada de amigos, fazia amizade com a maior facilidade do mundo, até mudar de bairro e de escola mais uma vez. Fui para uma escola que tinha do ensino fundamental 2 ao ensino médio, onde fiquei até me formar.

Anos de solidão e convívio com o racismo escolar

Chegar na nova escola não foi nada fácil, minhas primeiras semanas foram uma tortura e a Iara de Jesus que fazia amizade com facilidade se viu sozinha por semanas, meses e até anos. Comecei a me isolar por me deparar com diversas situações que na época interpretava como *bullying*, mas que hoje sei que era o racismo mais escancarado com o qual iria lidar. Ouvia todo tipo de xingamento, sobre como minha cor era horrível, meu cabelo “ruim” e até mesmo já apanhei de um menino por ser “feia demais”. Não tive o apoio de ninguém da escola e uma professora chegou a me pedir para parar de levar tudo tão a sério, que era só brincadeira de criança. Somente minha professora de espanhol, anos mais tarde, passou a me acolher e me mostrar que lá era meu lugar.

Enfim, ensino médio e, dessa vez, com amigas que tenho até hoje. Lá finalmente parei de passar por momentos tão conturbados, mas minha maior motivação ainda continuou sendo não precisar passar mais nenhum ano na escola, e assim segui sem nunca ser reprovada, de forma regular. Não me preparei durante o ensino médio para a universidade, apesar de ser um grande sonho ingressar nela. Somente quando acabei o terceiro ano tive o incentivo de uma amiga para estudar e tentar entrar na UnB.

Finalmente, eu, Iara, na UnB

Por fim, lá estava eu na UnB, aquele lugar com que sempre sonhei, mesmo sem saber direito disso durante o ensino médio. Vir de família humilde, formada por pessoas que nunca estiveram nesse espaço antes, fazia com que a Universidade fosse um ideal distante, pois eu não sabia como chegar até lá, só sabia que queria. Antes de decidir definitivamente seguir para o Jornalismo, escolhi áreas como Pedagogia e Psicologia, mas em 2011 me viciiei em assistir a futebol e comecei a admirar especificamente o Jornalismo esportivo. A partir disso, fui entender como era o curso de Jornalismo, então em 2013 estava 100% decidida de que era essa a carreira que ia seguir. Eu não fazia ideia de como funcionava o sistema de cotas raciais da UnB, mas em 2015 uma amiga da Engenharia me falou do vestibular do meio do ano e me ensinou como solicitar as cotas raciais no processo seletivo. Meus pais e meus irmãos me apoiaram a todo momento, em especial minha mãe, pois sempre deixava claro que era meu direito usufruir das cotas e que eu tinha que fazê-lo sem peso na

consciência. Ver pessoas nas redes sociais criticando o sistema de cotas me fez a princípio achar que eu não merecia e que era errado usufruir dele, mas depois de muito conversar com minha família e amigos virei a chave e internalizei que ingressar na Universidade por esse sistema era um direito meu.

Minha entrada na UnB foi comemorada por toda a minha família como se fosse uma final de copa do mundo. Meus primeiros dias na UnB foram bem legais, a recepção dos veteranos e professores da Faculdade de Comunicação (FAC) foi bem calorosa, porém, não consegui deixar de reparar em como, apesar de acolhedora, a FAC é uma unidade bem elitista em termos de condição financeira dos estudantes. Nunca havia conhecido tanta gente de condição financeira tão elevada, foi um choque de realidade perceber que o que minha mãe ganhava de salário mensal algumas pessoas ganhavam como mesada. Felizmente, encontrei pessoas com quem tive a oportunidade de compartilhar minhas lutas diárias como estudante minorizada. Sem sombra de dúvidas entrar na UnB me proporcionou uma das melhores e mais enriquecedoras experiências da vida, que foi entrar na Empresa Júnior Pupila Audiovisual. Lá pude voltar a ser aquela Iara do passado, que faz amizade com facilidade, é conversadeira e feliz, e comecei a desenvolver projetos na área do meu curso.

Ingressar na UnB por meio do sistema de cotas raciais foi uma oportunidade de ocupar um espaço em que jamais imaginei estar e que é meu por direito. Estar na UnB é a realização de um sonho, não só meu, como de toda a minha família, em especial de minha avó Maria de Jesus, que vibrou tanto com minha entrada, mas que infelizmente não está mais aqui para vibrar com minha formatura.

Meu trabalho de final de curso

Depois de longos seis anos, finalmente cheguei ao momento mais aguardado da minha graduação. Só não esperava que esse também seria um dos processos mais dolorosos pelo qual passaria. Voltando um pouco na história, sempre acreditei que me formaria após quatro anos de curso, mas não contava com todos os acontecimentos que me acompanhariam nessa trajetória. Tentei por duas vezes escrever meu projeto final e por duas vezes tranquei a matéria. Enfrentei também um momento de grande fragilidade no âmbito familiar e simplesmente não tive forças para seguir adiante com esse projeto.

Com o apoio profissional de um psicólogo e com todo o incentivo e a ajuda de uma orientadora sensível e carinhosa, consegui, no segundo semestre de 2021, escrever e apresentar meu TCC. Nesse trabalho, sentia que precisava de alguma forma escrever sobre algo que me representasse como mulher, preta e periférica, porém, sem cair no clichê. Nisso, surge minha orientadora Dione Moura com a sugestão de trabalhar Lélia Gonzalez (Gonzalez, 1982; Gonzalez; Hasenbalg, 1982) e o conceito de vigilância comemorativa (Nora, 1993), a partir do qual Moura e Ramos (2020) estudam a obra de Gonzales e de outras feministas negras. A orientação que recebi consistiu não somente em uma ideia para o tema do TCC, mas também num resgate de esperança em minha vida.

O trabalho (Santos, 2021) teve como objetivo registrar as memórias da Marcha das Mulheres Negras que aconteceu no ano de 2015 em Brasília, além de evidenciar a esperança no futuro pelo olhar de mulheres pretas. Por meio de relatos, produzi o *webdocumentário Ir à luta e garantir nossos espaços*, que traz à tona como se deu a organização e quais foram as consequências após manifestação. O projeto também tenta construir uma imagem dessas mulheres, personagens que, mesmo com suas lutas e dores, são esperançosas quanto ao futuro e protagonistas de suas histórias.

Assim, o documentário é uma coletânea de histórias, disponibilizada em formato audiovisual, que tem como objetivo resgatar as memórias da Marcha das Mulheres Negras e, paralelamente, narrar a trajetória de mulheres negras de várias áreas e com diversas vivências na sociedade brasileira, trazendo perspectivas de um futuro melhor na vida de mulheres pretas.

Para falar de esperança, infelizmente é preciso contextualizar algumas questões que impactam a vida dos indivíduos negros, a começar pela escravização das pessoas negras e indígenas. Passados mais de 130 anos da abolição, ainda estamos reféns das sequelas deixadas. A pobreza, violência e discriminação que afetam os negros no Brasil são um reflexo direto desses 300 anos de escravização. Dados de 2019 do IBGE mostram que quanto mais pobre é a faixa da população maior é a porcentagem de pessoas negras. Dos 13,5 milhões de brasileiros vivendo em extrema pobreza, 75% são pretos ou pardos.

Todos os estereótipos que envolvem pobreza, criminalidade e falta de instrução estão ligados à população negra. A mulher negra brasileira sofre as implicações de racismo e de gênero que a condenam a uma situação cruel de exclusão e marginalização social, que a jogam para a base da pirâmide social, já que gênero e raça são determinantes nessa escala.

A trajetória das mulheres negras é permeada pela solidão; muitas vezes elas se sentem solitárias por não se verem representadas na mídia e por serem sexualizadas o tempo todo. Com isso, sua autoestima é afetada, pois durante toda a vida essas mulheres são ensinadas a odiar seus traços e a se esconder em roupas que não marquem o corpo para evitar situações indesejadas. Desde muito novas, é ensinado às meninas pretas que elas precisam aguentar tudo, por isso por muitas vezes acabam aceitando menos do que merecem, sem nunca demonstrarem que estão tristes ou chateadas, afinal, a mulher preta é forte e não pode deixar suas vulnerabilidades à mostra. Tudo isso as leva a acreditar que não são dignas de serem amadas e terem histórias felizes.

Com base no conceito de vigilância comemorativa (Nora, 1993), pode-se considerar que a esperança futura como tema central se conecta com a Marcha das Mulheres Negras de 2015, que foi de suma importância para a construção de debates nos últimos seis anos e precisa ser lembrada e celebrada por meio de ações comemorativas. Assim, meu documentário *Ir à luta e garantir nossos espaços* foi desenhado a partir das ligações entre as vivências das personagens e as memórias da Marcha das Mulheres Negras. A ideia é que quem quer que esteja assistindo ao produto possa compreender os diversos aspectos envolvidos na construção da subjetividade dos personagens por meio da trajetória pessoal destes. Além disso, trata-se de uma forma de utilizar as plataformas digitais no combate ao esquecimento coletivo, como propõem Moura, Figueiredo e Nunes (2014).

O *webdocumentário* foi dividido em três episódios: o primeiro é focado na história de como surgiu a ideia da Marcha, de sua mobilização e de sua importância pós-evento; nele tivemos a honra de ouvir a idealizadora da Marcha das Mulheres Negras, Nilma Bentes. No segundo episódio, que tem como tema “universidade e carreira”, algumas mulheres falam sobre suas conquistas e os desafios de ocupar espaços. O terceiro episódio leva o nome “Maternar o futuro”; nele queremos transmitir ao telespectador a esperança de um futuro de amor, paz e igualdade que habita no íntimo de cada mulher preta, mostrando que somos mais que nossas dores, que somos tudo aquilo que queremos ser.

O resultado final do meu projeto de TCC (Santos, 2021), até o dia da defesa, me mostrou que tudo pelo que passei não me define. Eu não só quero como posso ser muito feliz e conquistar o que quiser. O futuro é de esperança, e pela primeira vez em anos me senti feliz. Estou certa de que ser jornalista é o que eu realmente quero, por mim e pelas que estão por vir. Serei mais uma preta a ter ensino superior; aos poucos, vamos mudando as estatísticas.

Referências

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (org.). *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

MOURA, Dione O.; FIGUEIREDO, Verônica de S.; NUNES, J. C. Mídias sociais como plataformas contra o excesso de esquecimento coletivo. In: MOURA, Dione Oliveira; GERALDES, Elen Cristina; PEREIRA, Fábio Henrique; OLIVEIRA, Madalena; ADGHIRNI, Zélia Leal (org.). *Jornalismo e literatura: aventuras da memória*. 2. ed. Brasília: Centro de Estudos Com. e Sociedade da Universidade do Minho; UnB, 2014. v. 1, p. 187-204.

MOURA, Dione O.; SANTOS, Elen Cristina Ramos dos. O encontro da Vigilância Comemorativa com a epistemologia negra e o feminismo negro: um dos lugares-memória de Lélia Gonzalez. In: MOREIRA, Marcos; SANTOS, Ivair Augusto dos (org.). *As estruturas dissimuladas do racismo: história, memórias e resistências*. 1. ed. Porto Alegre: Nova Praxis Editorial, 2020. v. 1, p. 167-189.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

SANTOS, Iara de Jesus dos. *Ir à luta e garantir nossos direitos*. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, Brasília, 2021.



A primeira da família a ingressar no ensino superior

Juciele Fonseca

Minha escolarização: ensino básico, ensino médio, graduação

Meu percurso escolar foi realizado inteiramente na rede pública do estado de Minas Gerais. Estudei, do primeiro ao sétimo ano do ensino fundamental, na Escola Estadual Júlia Camargos, tive uma curta passagem pela Escola Estadual Antônio Carlos, a mesma escola em que Joaquim Barbosa, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal e meu conterrâneo estudou, e por fim concluí meu ensino médio no Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM).

As professoras com quem estudei nos primeiros anos foram extremamente cuidadosas com minha inserção na escola e essa atenção especial foi muito importante para que eu acreditasse na educação como uma ferramenta de transformação. Além das professoras incríveis com quem estudei, acredito que o fato de a maioria dos meus colegas no Júlia Camargos ter uma origem socioeconômica e racial semelhante à minha fez com que eu não me sentisse deslocada, como veio a acontecer durante o ensino médio, no IFTM, uma escola que reúne estudante de diversas escolas, públicas e particulares, da região. Apesar de valorizar todas as escolas em que estudei, a E. E. Júlia Camargos, hoje uma das piores escolas da cidade, foi o mais importante espaço de socialização e de educação que acessei durante a fase escolar. Acredito que os laços que formei ali, com colegas e professores, reverberaram em diversos outros momentos da minha vida.

Finalmente, lá estava eu, Juciele, na graduação da UnB

A UnB é a universidade federal mais próxima da minha cidade e, por isso, escolhi estudar nessa Universidade desde o primeiro ano do ensino médio. Ao ser aprovada em uma das vagas destinadas a estudantes negros e pobres, percebi que estava realizando algo que seria uma das marcas da minha geração: o acesso ao ensino superior, por meio de um sistema de cotas que tem como um de seus principais reflexos a inserção da população

negra na academia. Como entrei na Universidade de Brasília após alguns anos de execução dessa política, tive, desde o primeiro momento, a impressão de que a UnB era um lugar para mim, onde a inclusão racial, apesar de ainda imperfeita, já estava acontecendo há algum tempo, o que refletia no modo como se pensava a comunicação com os estudantes dentro das organizações estudantis. Além de ser uma estudante negra, também sou uma estudante pobre e, por isso, minha permanência na UnB só aconteceu graças à política de assistência estudantil da Universidade, que, além de me oferecer moradia na Casa do Estudante por um semestre, também me forneceu bolsas para auxiliar com os gastos escolares. Em 2017, após quatro anos estudando na Faculdade de Comunicação, me tornei bacharela em Comunicação Social com habilitação em Audiovisual.

Considero que habitar a UnB, esse microcosmo cultural e intelectual situado no meio da capital do Brasil, foi um dos maiores presentes que eu poderia ter recebido e possibilitou minha inserção no mercado cinematográfico brasileiro como técnica de som direto. Apesar de hoje estar cursando o segundo semestre do curso de Direito na Universidade de São Paulo, a UnB segue sendo o espaço onde aprendi a me comunicar academicamente, a compreender questões que vão muito além das minhas experiências pessoais e a enxergar que, como mulher, negra e pobre, também posso contribuir, por meio do encontro com outras mulheres negras e periféricas, na pluralização desses espaços que por tanto tempo nos foram negados.

Referências

CORREIA, Juciele Fonseca. *Fragmento e Paisagem no cinema de Abbas Kiarostami e Naomi Kawase*. Monografia (Graduação em Audiovisual) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

Explorar tudo o que a UnB pode oferecer

Julian Esttefane da Silva Reis

Desde o início, o sonho com a educação

O contexto familiar no qual estou inserida mudou muito com o passar dos anos, mas desde criança sempre ouvi frases clichês de que meu futuro seria definido pela trajetória dos meus estudos. Filha única de Edna Maria com José Helton, eu ouvia meu pai com orgulho dizer que, de todos os irmãos na família, ele era o único que conseguiu obter o diploma de ensino médio, conquistado no auge dos seus 45 anos, no Centro de Educação de Jovens e Adultos Verde Oliva (Ceja, também conhecido como Cesvo), em Brasília. Além disso, via minha mãe se desdobrar para se adaptar como estudante de nível superior, na intenção de instrumentalizar seu conhecimento caseiro em culinária frequentando um dos melhores cursos de Gastronomia do Distrito Federal. Carregando isso em mente, elenquei minha escolarização como o ápice das realizações da minha vida.

Um horizonte distante

Vivenciei todos os meus anos de escolarização em escolas públicas. Minha primeira dificuldade na trajetória escolar surgiu ainda nos anos iniciais. Quando saí da pré-escola para iniciar o ensino fundamental, fui preterida, pois a escola pública em que eu seria matriculada tinha um sistema de ensino que seguia o modelo idade-série. Na época eu tinha seis anos de idade e, por já saber ler e escrever, poderia entrar diretamente na turma com as crianças de sete anos, mas me colocaram na turma das crianças de seis anos, visto que eu iria completar a idade necessária para a outra turma apenas no final do ano. A partir disso, me atrasei um ano na escola, estando sempre com idade à frente dos outros estudantes das turmas nas quais estudei. Nos anos finais do ensino fundamental, ouvia com certa frequência uma prima comentar sobre a Universidade de Brasília, mas não tinha ideia alguma de como funcionava a Universidade. Imaginava que era um local destinado aos estudantes de escolas particulares e não sabia da existência dos processos seletivos para ingresso na UnB.

Na mesma época estava fascinada pelo conteúdo de História contemporânea que estudava na oitava série. Meu fascínio pelas aulas era tão grande que decidi que queria fazer uma faculdade voltada àquele assunto. Certo dia, navegando na internet, pesquisando inocentemente sobre a existência de uma graduação que abordasse esse conteúdo que eu estava estudando, li que havia um curso superior sobre Geopolítica, o curso de Relações Internacionais. Assim, me aprofundei na pesquisa e tive novamente contato com a UnB ao ler que ela foi a instituição pioneira na criação do curso de Relações Internacionais com ênfase em Geopolítica. Iniciei uma leitura aprofundada sobre os métodos de ingresso e seleção da Universidade e descobri o Programa de Avaliação Seriada (PAS). Naquele momento percebi que eu queria me dedicar a estudar em uma universidade pública federal.

Conversando com meus pais sobre a vontade de ingressar na Universidade de Brasília, aspirando a me graduar e um dia entrar no Instituto Rio Branco, sonhando em ser diplomata, minha mãe se dispôs a abdicar de supérfluos e lazer pelo restante do ano para me matricular, no ensino médio, numa escola particular, famosa por ter 100% de seus estudantes aprovados na UnB. No ano seguinte, tive um enorme receio de estudar nessa escola particular, ambiente voltado para a elite, pois construí um sentimento de medo de ser excluída por estar rodeada de pessoas e estudantes de classes e modos de vida diferentes dos meus. Esse sentimento fez com que eu optasse por continuar na escola pública, mas participei de um concurso de bolsas de estudos nesse colégio. Fui submetida a uma prova e um estudo socioeconômico e, com a somatória dos pontos de ambos, recebi uma porcentagem de desconto na mensalidade para me matricular em um curso anual preparatório para o PAS. Então, acreditando que esse cursinho me auxiliaria na prova e forneceria subsídios para meus estudos, diante de meu déficit em algumas disciplinas em anos de escola pública, iniciei o ensino médio concomitantemente com o cursinho e minha rotina de estudos durante os três anos do ensino médio foi bastante árdua e sistemática.

Finalmente, lá estava eu, Julian, na UnB

Minha avó Aracy Alves, professora do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), foi quem me inspirou. Lembro de ir para a casa dela e, dotada de criatividade e imaginação infantil, transformar qualquer espaço em uma sala de aula, qualquer papel em um caderno e qualquer primo em um estudante. Minha brincadeira predileta era ministrar aulas. Sempre tive paixão pela profissão, mesmo optando primeiramente por prestar vestibular para um curso na área de bacharel.

Quem me inspirou a querer estudar Geopolítica foi um professor de História; por causa dele eu decidi ser professora. A dúvida entre fazer Letras – Inglês ou Pedagogia me assombrava, mas acabei optando por Pedagogia por abranger mais áreas de atuação do que o curso de Letras. Recebi alguns nãos de processos seletivos da UnB e vivi a dúvida da escolha de um curso de graduação, até que optei pela área da docência. Ingressei no curso de Pedagogia em 2014 por meio do sistema de cotas raciais.

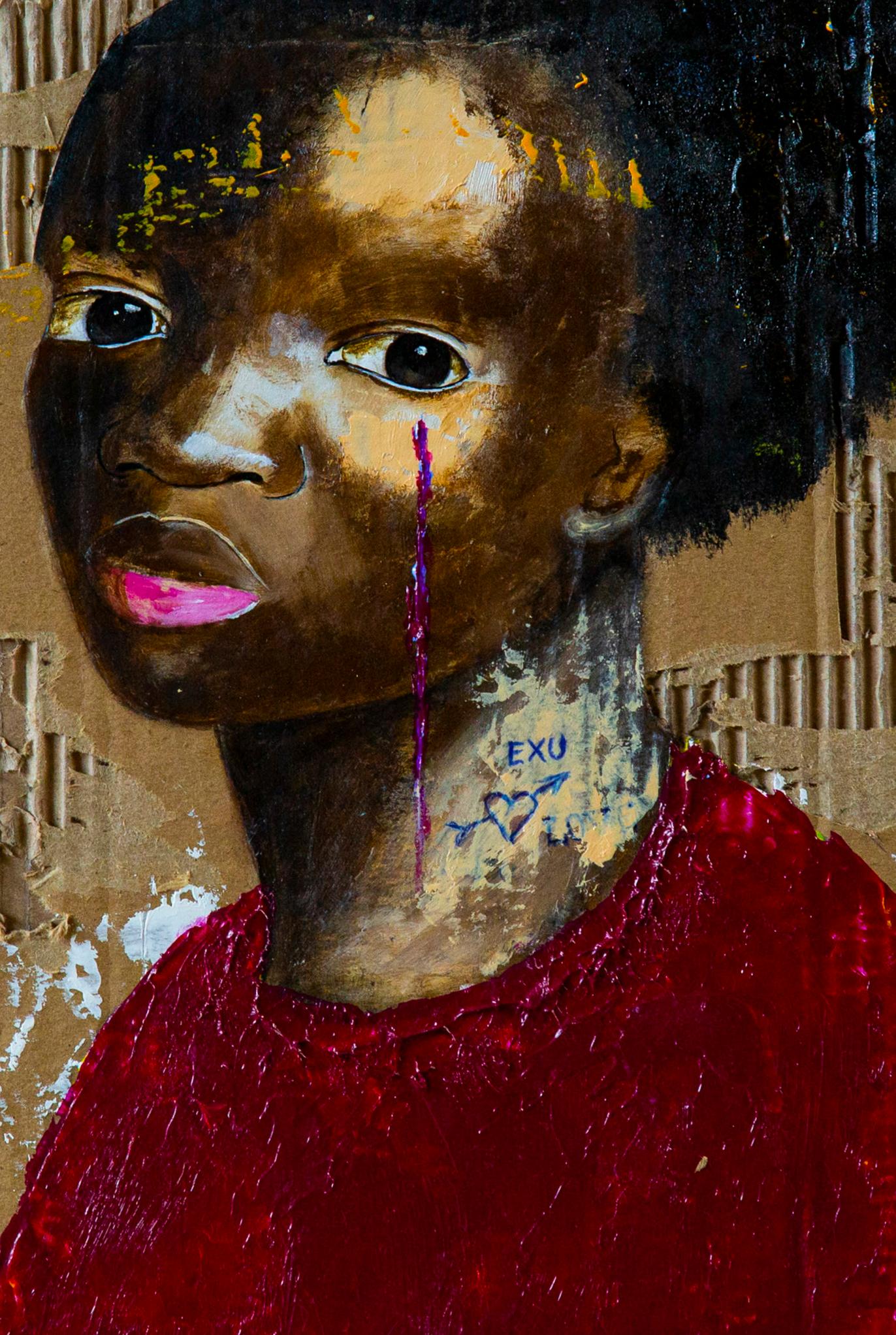
Diante de tantos não, percebi que o curso em que almejava ingressar era um curso elitizado demais para a minha realidade. Comecei a me questionar sobre o acesso à universidade. Será que o acesso era realmente impossível para alguém oriundo de escola pública? Com toda a preparação e anos de estudo para tentar me encaixar nos padrões cobrados pelos vestibulares, decidi mudar o foco e tentar minha segunda opção: a licenciatura. Sempre tive fascínio pela profissão de professor, devido a diversos sujeitos que passaram pela minha escolarização e me marcaram com a arte de educar, mas a maior inspiração veio da minha família.

Ao descobrir o mundo da Universidade de Brasília, me aventurei a explorar tudo o que a UnB podia me oferecer. Transitei por seu tripé de pesquisa, ensino e extensão, usei para buscar conhecimento em diversas faculdades, institutos e departamentos fora do meu curso de origem, participei de diversas atividades universitárias ofertadas pelos decanatos e, ao fazer estágio não obrigatório na reitoria, consolidei minhas experiências ao entender o funcionamento interno da Universidade, uma fundação de personalidade jurídica própria.

Concluí minha graduação (Reis, 2017) e minha área de pesquisa atualmente é Sociologia da Educação, com foco no acesso e permanência no ensino superior. Atualmente, sou professora temporária da Secretaria da Educação do Distrito Federal (SEEDF) e vejo que estudar licenciatura foi a melhor escolha que eu poderia ter feito na graduação e pós-graduação.

Referências

REIS, Julian Esttefane da Silva. *Sentidos e significados do programa FORMANCIPA: das trajetórias às perspectivas dos estudantes ingressantes na Educação Superior*. 2017. [62] f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília. Brasília, 2017.



O papel das professoras negras e antirracistas para a inclusão das cotistas negras

Kátia Silene Souza de Brito

Filha de pais pretos do Recôncavo Baiano

Sou filha de pais negros, do interior do recôncavo baiano, mais especificamente a terra de Santo Amaro da Purificação, Bahia. Uma cidade desconectada do seu passado histórico, pouco desenvolvida economicamente, reflexo das desigualdades sociais, regionais, estaduais e municipais. Minha família, de origem nordestina, foi marcada por uma vida de carências afetivas, sociais e econômicas. Minha mãe, Therezinha, cresceu em uma casa de adobe, sob a luz de um candeeiro e/ou uma lanterna de carbureto. Naquele tempo não havia acesso a luz elétrica ou a meios de comunicação – TV ou rádio. Não lhe foi permitido experimentar a infância, aos oito anos foi marcada por um acontecimento fatídico, a morte de minha avó, que deixou órfãs mais duas crianças, minhas tias. Meu avô, pai solo, pedreiro por profissão, teve de criar as três filhas. Infelizmente, devido aos acontecimentos, minha mãe teve que abandonar a escola aos oito anos para auxiliar o meu avô na criação das irmãs. Assim, não concluí os níveis da educação básica, conseguindo apenas ser alfabetizada. Meu pai Otávio também na adolescência teve que aprender a conviver com a morte do meu avô, que deixou minha avó, mãe solo, com oito filhos para criar. Meu pai, diferentemente de minha mãe, conseguiu finalizar o primeiro ciclo do ensino fundamental e passar no exame de admissão que dava acesso ao ginásio – correspondente hoje ao segundo ciclo do ensino fundamental. Entretanto, teve que desistir de seu sonho, pois a cidade onde daria continuidade aos estudos ficava a quilômetros de distância de Santo Amaro.

Na época, no Recôncavo Baiano, eram poucas as crianças de origem pobre – em sua maioria, negras – que conseguiam ter acesso, frequentar e concluir o ensino básico. Os jovens não estudavam, apenas trabalhavam, as dificuldades eram diversas, principalmente

financeiras, muitas crianças na infância se dividiam entre os afazeres domésticos ou os trabalhos – como lavadeira, pedreiro, babá, doméstica, vendedora, tipógrafo etc. – para auxiliar no sustento da família. Naquele período, o processo de escolarização da população negra e pobre não era uma prioridade para o governo brasileiro, e os sonhos do meu povo negro eram colocados em segundo, terceiro ou quarto plano, ficando cada vez mais distantes, se tornando uma realidade impalpável. Nota-se ainda que, ao longo das gerações, privados do acesso à educação, tivemos também nossa ancestralidade continuamente apagada, e com isso a história do nosso povo foi sendo substituída pelos ensinamentos eurocêntricos.

A educação e o racismo estrutural

Influenciados pelas vivências e traumas, minha mãe e meu pai investiram na minha educação e na das minhas duas irmãs. Tinham a convicção de que a educação poderia transformar nosso futuro, nos dando uma vida digna e de qualidade. Meus primeiros passos foram dados no ensino privado, ironicamente na Escola Monteiro Lobato. Os recursos advindos dos trabalhos autônomos de minha mãe e de meu pai nos permitiram o acesso a um ensino próprio de uma cidade do interior baiano. A escola era distante da minha residência e tínhamos que nos locomover a pé até ela. Pertencemos à geração formada pela ditadura, produto de uma educação baseada no silêncio e na naturalização da violência.

Na formação inicial, as tarefas escolares estimulavam a reprodução do sistema, não fui ensinada a questionar. Foi uma formação autoritária, conservadora, patriarcal, racista e nacionalista, que privilegiava a padronização de nossos corpos. Convivi em um ambiente em que era natural utilizar expressões racistas para se referir à negritude. Nossas raízes foram excluídas dos livros didáticos, das salas de aula, do cotidiano, com a castração dos saberes, em uma educação de raízes estruturais escravagistas e eurocêntricas. Não fui ensinada a valorizar a cultura negra, a minha ancestralidade, mesmo que tenha nascido em um município de maioria negra. Durante a infância e adolescência não fui ensinada a ter consciência negra, isso me foi roubado. O lema da democracia racial era constantemente reproduzido pelas escolas, mídias, governos. Ter cabelo crespo, assumir sua identidade negra, era sinônimo de feio e sujo.

Por isso, a escola para mim era vivenciada como um local de opressão e perseguição, os *bullies* eram constantes, com apelidos e brincadeiras racistas. A educação ainda trazia as mazelas do passado escravagista, o passado era constantemente presente. Isso se reflete até hoje, o tempo ainda não apagou esses registros da minha memória. A transição para o ensino médio marcou o sonho de minha mãe em formar as filhas no Magistério, mas, para mim, foi o encontro com o ensino público. Essa passagem criou lacunas na minha educação que seriam irremediáveis – ausência de disciplinas, professores e conhecimento. Após a formação em Magistério, o sonho de me inserir no ensino superior ficou no esquecimento, não havia como concorrer aos cursos de minha preferência, pois era exigido, no processo seletivo para ingresso em alguns cursos, além do vestibular, que se fizesse uma prova de habilidades

específicas. Para mim não havia essa possibilidade, era necessário ter experiência anterior ou recursos financeiros para pagar cursos preparatórios e concorrer com os filhos da branquitude.

No final, depois de passados dez anos desde a minha formação no ensino médio, ingressei no meu primeiro curso do ensino superior, Comunicação Social – Jornalismo, em Multimeios, pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb), mas o curso foi interrompido por diversos fatores que me impediram de frequentá-lo. Com mais maturidade, constato que as questões que me afastaram da universidade vão além da vulnerabilidade socioeconômica, também estavam relacionadas à saúde mental e ao racismo estrutural presente no ambiente acadêmico. Enfim, chego a 2013.

Finalmente, eu, Kátia, na UnB

Já se passaram sete anos desde que iniciei a graduação no curso de Museologia da Universidade de Brasília. Foram muitos os percalços até atingir as conquistas e vitórias que o ingresso na UnB me proporcionou. Após interromper minha primeira graduação, as cotas raciais surgiram como a última esperança, diante dos seculares golpes aos sonhos de pessoas negras que, como eu, tentam trilhar os caminhos rumos à educação superior. Sempre acompanhei os debates sobre políticas públicas de reparação, até a implementação da política de ação afirmativa pelo governo Lula, mas não via essa oportunidade como uma possibilidade real.

Passados alguns anos desde a criação da política de cotas para as universidades, que beneficiou milhares de negros no Brasil, com certa apreensão, fiz em 2003 a prova do Enem, sem muitas expectativas de sucesso, pois a UnB era um sonho quase impossível, mas... finalmente ingressei na Universidade! Era o momento em que deixava de ser coadjuvante para ser protagonista da minha própria história. As cotas raciais me garantiriam a oportunidade de adquirir novos conhecimentos e aplicar minhas habilidades e experiências anteriores para apoiar a nova história que estava sendo construída pelo povo negro que ingressava na universidade pública. Foi assim que nos permitiram disseminar novos saberes, dar origem a novos olhares, a partir de pautas antes invisibilizadas pela academia. Foi um desafio, pois essa circunstância não só ampliou a minha visão para novas temáticas, mas também impactou o universo de toda a comunidade da UnB.

Foram diversas as minhas vivências acadêmicas, uma mescla de satisfação e frustração. De início, viver na região Centro-Oeste, no Distrito Federal, foi uma experiência angustiante. A Universidade, apesar de as cotas raciais terem sido instituídas em 2003, ainda não estava preparada para receber os estudantes negros, quilombolas, indígenas, oriundos da escola pública, de diversas comunidades do território brasileiro. E conviver com o racismo estrutural velado era um desafio, faltava acolhimento e apoio financeiro. Os primeiros meses após o ingresso foram muito difíceis, não obtive acesso a nenhum auxílio para custear moradia e alimentação, era uma estudante em vulnerabilidade socioeconômica, residindo de favor em um distrito de Planaltina-DF, distante do Campus Darcy Ribeiro. Essa fase

perdurou até eu conseguir, no segundo semestre, as bolsas destinadas aos estudantes em vulnerabilidade, fornecidas pela Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS).

Foi por intermédio de professoras negras e antirracistas, dos projetos de extensão e iniciação científica, de seminários, cursos, debates, discussões, encontros, congressos e exposições que pude perceber o quanto era importante me manter firme na conclusão da graduação na UnB (Brito, 2021). Nessa época se intensificou meu interesse pela aplicação das Tecnologias da Informação e Comunicação e produzi alguns artigos (Da Silva Oliveira; De Brito, 2019). Surgiram oportunidades de adquirir mais conhecimentos sobre a produção audiovisual e produzi conteúdos audiovisuais por meio da experiência com a UnBTV e o projeto Museologia Virtual.

Entretanto, os caminhos no interior da Universidade nos reservam desafios diários – em relação a alimentação, moradia, transporte, acesso ao ensino, saúde mental. Circular pelo Campus Darcy Ribeiro é reconhecer a presença latente do racismo no meio acadêmico, como um trem fantasma, sempre nos oferecendo desagradáveis surpresas. Esses conflitos quase me fizeram desistir e desacreditar da minha trajetória. Sofri com crises psicológicas, sendo julgada e condenada por professores sem empatia, mas frequentei consultórios de profissionais que me ajudaram a continuar. Questionava se a minha jornada, desde o ingresso na Universidade até a conclusão da graduação, teria alguma validade. Se realmente a UnB era para todes, todas e todos. Se nós, as negras, não ficaríamos sempre para trás. O corpo docente na UnB ainda é formado majoritariamente por pessoas brancas, os autores das disciplinas são brancos; como ser reconhecido nesse sistema educacional que não foi construído para nós?

Essa luta diária, que não é só minha, mas de negros, quilombolas, indígenas, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência, me levou ao Centro de Convivência Negra (CCN). Produzi artigos, curtas, documentário e exposição sobre a temática negra, além de integrar a comissão da II Conferência da Assistência Estudantil, durante a pandemia em 2021. Buscamos construir e fortalecer as políticas afirmativas no interior da UnB, para que outros como eu não tenham que passar pelo que passei durante esses sete anos de UnB; para que possam ingressar e permanecer na Universidade de forma digna, tendo seus direitos básicos garantidos por todos os setores da instituição – reitoria, conselhos, departamentos, diretorias –; para que o sistema educacional da UnB seja reestruturado com a criação de novos programas de apoio, que favoreçam não só o acesso ao ensino superior, mas a permanência, aumentando nossas perspectivas na academia, com nosso ingresso na pós-graduação – mestrado e doutorado –, e prevendo também a abertura de concursos públicos apoiados nas políticas étnico-raciais e mais incentivo à produção e publicação de trabalhos voltados às temáticas raciais.

Referências

BRITO, Katia Silene Souza de. *A relação entre as TICs e a Cibermuseologia: O estudo de caso da Exposição Leonardo Da Vinci – 500 anos de um Gênio*. Monografia (Museologia) – Faculdade de Ciências da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

DA SILVA OLIVEIRA, Joquebede Teles; DE BRITO, Kátia Silene Souza. Estudos sobre Museologia Virtual e Cibermuseologia: Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) ou Tecnologias Sociais (TS) na gerência das informações dos museus? *In: SEBRAMUS*, 4., 2019.



Transcender como negra a cada dia

Keila Meireles dos Santos

Minha infância nas comunidades quilombolas perfumadas de alecrim

As identidades significativas que apresentam minhas potencialidades de autodefinição e autodeterminação perpassam pela minha condição de mulher negra, nascida em 30 de agosto de 1985 no seio de uma família empobrecida na região oeste da Bahia, localizada no Médio São Francisco. Sou filha de mãe solo, na época marcada como “mãe solteira”. Tenho duas irmãs e um irmão: Valéria, Bianca e Miguel Junior. Ian Gabriel, Ângelo, João Miguel e o bebê que nascerá em breve são os amores desta tia autora.

Quando eu ainda era criança, meus avós Pedro Pereira de Souza e Tereza Meireles dos Santos, meus tios, minha mãe e eu nos mudamos da comunidade Santa Clara, do lado oposto do Rio São Francisco, para a Fazenda Pau Seco e para a Ilha das Intãs, essa última no meio do Velho Chico. Como se tratava de uma fazenda, anos depois, em 1998, fomos desapropriados e formamos nas proximidades a comunidade quilombola Pedra Negra da Extrema.

No que diz respeito à minha inserção escolar, nas comunidades em que vivi não havia escolas. Nas poucas vezes em que um processo de escolarização das crianças foi iniciado, a tentativa não durava mais que três meses. Só no Quilombo Pedra Negra da Extrema foi construída pela comunidade a primeira escola. Depois, o município garantiu outra unidade escolar no local, algum tempo após minha mudança para Brasília atrás de melhores condições de vida.

Aprendi a ler em casa e, de certa maneira, sozinha. Um caminho iniciado ainda aos sete anos de idade em Brasília. Lá, a patroa da minha mãe me presenteou com inúmeros brinquedos e livros, além de me ensinar a escrever meu nome. Me apaixonei pela escrita ao cobrir o primeiro “A” em forma de carinhas felizes. Fascinada pelos livros e por entender cada palavra, manifestei à minha mãe o desejo de frequentar a escola. Houve tentativas frustradas de estudar na cidade, ficando hospedada em casa de parentes.

De volta à Ilha, eu e meus primos brincávamos de ler e escrever, passávamos inúmeras horas do dia brincando de estudar, jogando bola, chupando cana e tomando banho de rio. Era na ilha que mainha, minha avó, morava e era perto dela que gostava de estar. A ilha era tão legal quanto viver na beira da Caatinga, no Pau Seco, durante o período das enchentes

do Velho Chico. A Caatinga cheirava a alecrim e manjerona e tinha imbus, beira d'águas e murtas. Trata-se de lembranças mágicas em meio à extrema pobreza que persistia.

Meus avós eram analfabetos. Minha mãe é escolarizada nas séries iniciais do ensino fundamental. O acesso a instituições de ensino superior foi alcançado por algumas netas. Ou seja, a terceira geração. No meu caso, não tive nenhum incentivo da família para continuar os estudos.

Em Brasília, uma nova fase até ingressar na UnB

Cheguei em Brasília no último dia do ano 2000, mas somente em 2003, com 17 anos de idade, fiz matrícula na antiga quinta série do ensino fundamental no Centro 4 do Guará I. O trabalho como doméstica desde os 15 anos possibilitava o acesso à escola, mas em alguns períodos nem sequer tinha esse trabalho. De 2001 a 2007 experienciei uma época de extrema marginalização, que gerou efeitos depressivos. Cursei a Educação de Jovens e Adultos (EJA) da sexta série do ensino fundamental ao ensino médio. Era considerada uma aluna brilhante pelos professores e colegas, que expressavam admiração pelo meu desempenho intelectual.

A opção pela UnB veio com a informação sobre a existência da Universidade por meio de uma prima que cursava Pedagogia na Universidade do Estado da Bahia. Detentora de uma autoestima significativa, não tive dúvidas de que acessaria à UnB. O primeiro vestibular para ingresso no curso de Psicologia representou um susto que aguçou meus sentidos pela aprovação. Assim, fiz cursinho pré-vestibular com bolsa parcial de 45% e escolhi o curso de Biblioteconomia, pois tinha nota de corte mais acessível e me traria oportunidades imediatas. Os estudos ganhavam lugar durante a madrugada. Foi assim por dois semestres, culminando na aprovação no curso de Biblioteconomia pelo sistema de cotas para negros no segundo semestre de 2008.

Na Universidade de Brasília muita coisa mudou. Sentia-me flutuar com tamanha felicidade, havia uma expectativa de viver coisas que de alguma maneira sentia silenciadas em virtude das condições de vida que experienciava até ali. Transcendi.

Aos poucos a euforia foi dando lugar a incertezas sobre onde morar, sem apoio econômico, e sobre outras necessidades. O ingresso na Casa do Estudante Universitário (CEU) e outros incentivos de permanência curaram algumas preocupações. Na UnB pude ler os livros que queria – e foram muitos. No primeiro semestre de 2009, concomitantemente à participação no Programa Conexões de Saberes, passei a acompanhar as reuniões do Programa Afroatitude que aconteciam no Centro de Convivência Negra (CCN).

No segundo semestre de 2009 comecei uma pesquisa de iniciação científica pioneira acerca das mulheres do movimento *hip hop* do Distrito Federal. Defendi esse tema na monografia de final de curso (Santos, 2011). A pesquisa abriu caminhos para participações em eventos na Unicamp, USP, UFBA e UnB. Com o currículo turbinado, sonhava em fazer mestrado em Sociologia, tendo em vista que a Ciência da Informação não dava conta dos temas em que me enveredava: cultura negra, *hip hop*, juventude negra, questões raciais e de gênero.

Foi na Universidade Federal Fluminense (UFF) que alcancei o sonho de cursar o mestrado em Sociologia (Santos, 2015). Para isso, precisei montar toda a parafernália

com antecedência, principalmente uma poupança, que resultou dos dois anos de estágio na biblioteca do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Antes do TST havia estagiado no Ministério da Justiça. Em 2013 ingressei no mestrado em Sociologia da UFF e defendi, em 2015, minha dissertação, que trata da permanência das mulheres negras do Programa Afroatitude na Universidade de Brasília.

O início da carreira após a UnB

O primeiro emprego pós-UnB foi como terceirizada de uma empresa prestadora de serviços à Fundação Cultural Palmares. Por tratar-se de uma instituição federal voltada a políticas para a população negra e meu tema de pesquisa convergir com a atuação profissional, pude acumular a bolsa de pesquisa com o salário de 3 mil reais mensais. Era a primeira vez que recebia tanto dinheiro e, como não tinha nem roupa para esse evento, fui às compras. Significava minha inserção no mundo do consumo, antes impossibilitada. Ou seja, o acesso ao conforto que perpassava pelo domicílio e por ter um comprovante de residência no Distrito Federal. Concomitantemente à escrita da dissertação, cursei a especialização em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana pela Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás.

A convocação para assumir o primeiro cargo como servidora concursada da Universidade Estadual de Goiás (UEG), em agosto de 2017, pôs fim a dois anos de desemprego – novamente um período de carência econômica, que me levou a montar um bar no quilombo Pedra Negra da Extrema. Já a ambientação na UEG foi hostil e adoecedora, sobretudo quando eu, mesmo com a garantia legal para assumir a coordenação do setor do qual fazia parte, fui impedida de fazê-lo. Eu não era interessante, justificaram. A mulher branca que chegou depois era.

Uma viagem de cura e autoconhecimento pelo Nordeste, em fevereiro de 2019, renovou meus sonhos, culminando na aprovação em segundo lugar no concurso para bibliotecária da Universidade Federal de Uberlândia. Outro ciclo foi iniciado em outubro de 2019. Servidora federal, bibliotecária e socióloga, experiencio o viver, transcender negra a cada dia

Referências

SANTOS, Keila Meireles dos. *As minas do movimento hip hop do Distrito Federal: a apropriação do conhecimento como o quinto elemento*. 2011. Monografia (Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SANTOS, Keila Meireles dos. *Afroatitudianas: afirmação negra e permanência na Universidade de Brasília*. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.



A importância do sistema de cotas para negros na minha trajetória

Letícia Bispo

A escolaridade e as origens da minha família

Minha família, como tantas de Brasília, é de origem nordestina – do Maranhão e do Piauí –, pobre e majoritariamente negra. São muitas as histórias que têm em comum a busca por uma vida com oportunidades para as gerações seguintes. Minha avó, Maria das Dores Moraes da Silva, foi o meu maior exemplo. Gostava de ler desde criança, foi incentivada pelos pais. Em Brasília, era mãe solo de quatro filhas quando concluiu a graduação em Pedagogia e se tornou professora. Acredito que a integridade e a persistência de minha avó abriram os caminhos para todas as outras mulheres negras da família: para suas irmãs mais jovens, para as filhas e para as netas.

Minha escolarização: ensino básico, ensino médio, graduação

Graças à importância que minha família – sobretudo a materna – atribuía à educação, por influência de minha avó, sempre tive acesso à leitura. Aprendi a ler muito cedo, aos cinco anos. Sempre me destaquei na escola e tirava notas boas com facilidade. Mas desconhecia, na infância, um fato importante: como jovem de periferia e da escola pública, meu bom desempenho ali era apenas mediano se comparado ao desempenho de estudantes das melhores escolas particulares de Brasília. Essa discrepância ficou muito clara quando fiz a primeira prova do PAS/UnB.

Descobri que, se quisesse passar no vestibular da UnB, teria que estudar em uma escola particular. Passei em uma prova de bolsa parcial e, com a ajuda de uma tia – que sempre me incentivou a ir mais longe –, passei a frequentar uma escola particular no Plano Piloto durante o ensino médio. Lá uma outra realidade se apresentou para mim: ainda que fosse inteligente, gostasse de ler e tivesse apoio da família para estudar, teria que me esforçar em dobro para atingir o nível dos meus colegas que frequentaram boas escolas a vida inteira.

A outra face dessa realidade era a de que eu era uma das únicas estudantes negras da classe e uma das poucas da escola, algo que logo identifiquei como consequência de algo bem maior: a realidade sócio-histórica de meu país. Realidade confirmada pela minha família – minha avó me ensinou o que era racismo – e pelas minhas experiências cotidianas em espaços que não foram pensados para me receber.

Nessa época, o sistema de cotas para negros havia sido implementado recentemente na UnB. Para alguns, apenas mais uma conquista. Para mim, a única oportunidade de fazer um curso superior, pois minha família não poderia pagar uma faculdade particular. Refleti muito, cheguei a pensar que, por ter tido a felicidade de contar com ensino de qualidade e apoio em uma família de classe média, não deveria usufruir do sistema de cotas, ainda que fosse uma jovem mulher negra.

Tive a oportunidade de assistir à colação de grau de uma turma de Comunicação Social da UnB enquanto eu fazia o terceiro ano do ensino médio. Nessa turma que se graduava – composta de alunos que entraram na UnB bem antes das ações afirmativas –, não havia um único estudante negro ou indígena. Aquela imagem me impactou. Há evidências do racismo que estrutura a sociedade brasileira que não passam necessariamente por um episódio de conflito. Uma dessas evidências é a exclusão institucionalizada da população negra em espaços de poder e transformação, esse consenso que não se incomoda com imagens como essas, chocantes – uma turma inteira, que se forma em uma universidade pública brasileira, sem um único aluno negro.

Penso em meus amigos pretos na infância e vejo que muitos sequer chegaram ao ensino médio como eu cheguei. Outras oportunidades estavam bem mais próximas: começar a trabalhar cedo, casar-se e ter filhos, parar de estudar na educação técnica. Infelizmente alguns de meus amigos de infância tornaram-se vítimas da criminalidade e das drogas. Ainda que tivesse muitas vantagens – o apoio da família, uma certa estabilidade por causa do serviço público –, o racismo estrutural e estruturante rondou a minha vida como a de tantos dos meus. Seria por acaso que, quando frequentava um shopping ou um centro cultural do Plano Piloto na adolescência – ainda que com o uniforme da escola particular –, eu era sempre confundida com os trabalhadores de limpeza ou das vendas?

Finalmente, lá estava eu, Leticia, na UnB

A universidade pública foi uma revolução na minha vida. Graças ao sistema de cotas para negros, tinha mais colegas como eu na faculdade do que tive em todo o ensino médio, pessoas que viviam realidades próximas, que vinham das periferias para a Asa Norte, que traziam outros olhares, epistemologias e linguagens para o ambiente da UnB. É claro que as discrepâncias com estudantes brancos – em especial os de classe média alta e ricos – eram ainda mais latentes do que no ensino médio. Porém, a UnB é um espaço que promove a interseção de vidas e ideias como nenhum outro lugar que conheci.

Logo percebi que não éramos apenas nós, estudantes cotistas, que nos beneficiávamos da presença de pessoas negras na universidade: a UnB só poderia crescer plenamente

rumo ao propósito de um projeto popular de nação, imaginado por Darcy Ribeiro, caso fosse capaz de traduzir, em seu corpo de alunos, professores e servidores, a sociedade brasileira. Tal propósito certamente não se encerra nas políticas de ação afirmativa, mas é fortalecido por elas. Tive colegas indígenas, africanos e pessoas com deficiência que me ensinavam – por meio de parcerias nas atividades de ensino, pesquisa e extensão – sobre a possibilidade de um mundo diverso em peles, ideias, pragmáticas. A convivência com os colegas mais privilegiados também me ensinou sobre as oportunidades que sempre existiram e estavam fora do meu alcance, sobre as solidariedades possíveis, sobre construir um mundo em que esses privilégios não fossem mais privilégios. E também sobre uma disputa que não se encerraria ali, na Universidade, já que ela não poderia, apesar de tudo, dissolver desigualdades tão arraigadas ao longo de gerações. No entanto, me sentia parte de um movimento de transformação.

A pós-graduação na UnB

O contato com (poucos) pós-graduandos e professores universitários negros fez com que o trabalho no ambiente acadêmico se tornasse uma sutil possibilidade em minha vida. Eu, que antes sequer sabia o que significava produzir conhecimento, vi crescer em meu coração a vontade de fazer cada vez mais parte da construção do ambiente universitário, junto àquelas pessoas que construíram os caminhos para que eu pudesse chegar ali. Primeiro, tornei-me técnica administrativa em educação e pude experimentar o outro lado da Universidade, entendendo suas dificuldades e problemas, como a falta de recursos, a pouca renovação dos quadros, a vagareza das transformações. Também conheci a imensa criatividade e vontade da comunidade universitária em propor soluções para contornar as limitações e oferecer um ensino público gratuito e de qualidade, que – graças às ações afirmativas – chega a um grupo realmente diverso de pessoas.

No momento em que este texto foi escrito (2022), sou mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pude contar com o apoio do meu local de trabalho – a Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (FAC-UnB) – e com o programa de cotas da pós-graduação da UFMG, que compreende, também, que esses espaços se beneficiam de propostas de pesquisa e ensino ligadas às comunidades conhecimentos negros e indígenas, as quais por muito tempo foram apenas objeto de estudo. Por exemplo, fui aprovada com um projeto de pesquisa sobre o potencial estético-político dos filmes do cineasta mineiro André Novais de Oliveira, um homem negro que também foi beneficiado por políticas públicas e pôde, além de estudar cinema, realizar dois longas-metragens independentes e lançar-se como a grande novidade do circuito alternativo de filmes brasileiros, pelo menos desde o lançamento de *Ela Volta Na Quinta* (2015), no 47º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro. Nesse filme, Oliveira lança os pais e o irmão como atores, filma na própria casa e no bairro em que viveu por muitos anos, e constrói com naturalismo o cotidiano de uma família

negra em Contagem, município que compõe a região metropolitana de Belo Horizonte. Nos apresenta imagens que não costumamos ver de pessoas negras no cinema, desgarradas de estereótipos e expectativas, e filmava de modo a capturar experiências de vida, mais que ideias totalizantes de sujeito. Ao procurar estudar um cineasta negro, sentia que podia contribuir com a literatura acadêmica sobre o cinema, mais uma vez jogando luz sobre a incontável, por vezes escondida, produção artística dos sujeitos afro-brasileiros.

Novamente, a universidade pública – dessa vez a UFMG – me desafiou e me abriu novos caminhos. Uma vez estudante, conheci filmes, autores, textos e epistemologias que ampliaram meu olhar não apenas para as questões contemporâneas do racismo e da exclusão econômica, mas também para a maneira como essa história se constituiu. Tive a oportunidade de cursar uma disciplina chamada “Outras Filosofias da Imagem” – o “outras” já denotava a intenção de desafiar o consenso estético-político que se considera neutro e uno. Ali pude conhecer autores contracoloniais, como Antônio Bispo dos Santos (2015), mestre quilombola, Leda Maria Martins (1994), professora da UFMG e Mestra de Reinado, Makota Valdina Pinto (2015), educadora e candomblecista e Maria Luiza Marcelino, quilombola e mestra de umbanda, todos intelectuais negros e lideranças de suas respectivas comunidades. Além desses autores, a bibliografia ofertada pela professora Luciana de Oliveira trazia intelectuais indígenas brasileiros e de outros países da América Latina. Foi a primeira vez que fui apresentada a essas pessoas como intelectuais, produtoras de conhecimento, dentro da universidade. Essa professora fazia parte de um projeto multidisciplinar chamado “Programa de Formação Transversal em Saberes Tradicionais”, do qual participavam professores de diversas disciplinas. E tive então uma surpresa: esse programa, me disse a professora, era baseado em um projeto originado na Universidade de Brasília, “Encontro de Saberes”, construído pelo professor José Jorge de Carvalho, do Departamento de Antropologia (UnB), junto com professores de diversas disciplinas. Não por acaso, o professor Carvalho foi também um dos idealizadores do sistema de cotas raciais implementado na UnB, em 2003, bem antes da Lei de Cotas, sancionada em 2012. A UnB cresceu para mim, mais uma vez. É como um farol, impulsiona as pautas nacionais, pavimenta caminhos e têm impacto nacional.

Essa foi apenas uma das experiências que me transformou durante o mestrado na UFMG. Mudei meu projeto, passei a focar nos curtas-metragens de cineastas negros contemporâneos e procurei me basear, tanto quanto possível, em autores e filósofos negros, de ontem e de hoje, brasileiros e estrangeiros. Minha pesquisa de mestrado toca a imagem e os modos como os imaginários e as cosmologias marginalizados pelo colonialismo podem oferecer soluções para questões contemporâneas e outras possibilidades de mundo. Descobri que essa tem sido uma grande questão para diversos intelectuais negros em toda a diáspora e que ela se expressa nas inúmeras manifestações culturais dos povos negros espalhados pelos países colonizados, em suas cosmologias, danças, cantos, oralidade, intelectualidades, literaturas, músicas. Mais do que isso, descobri que esse conhecimento não está parado, congelado, como uma estátua que podemos visitar, mas em constante

movimento e construção, interação e cruzamento – inclusive com os conhecimentos dos povos indígenas –, sendo os estudiosos desse pensamento, portanto, tão atuais quanto os canônicos pensadores europeus.

Uma das referências principais de meu trabalho é o poeta e filósofo Édouard Glissant (2021), nascido na Martinica (até hoje pertencente à França!). Ele se dedicava, em sua extensa bibliografia, ensaística, poética e ficcional, a imaginar novas maneiras de se relacionar no mundo, entre povos e identidades diversas. E, para imaginar esses modos, ele estudava também o passado, as manifestações linguísticas e culturais dos povos negros que, uma vez sequestrados e levados para o outro lado do Atlântico, tiveram que compor novas famílias, novos cantos, remontar e desmontar as lembranças e cruzá-las com o que havia nas terras para onde foram levados – onde quer que estivessem, na América Latina. Ainda que escravizados, os povos negros criaram novas religiões, novas expressões, misturaram-se aos povos nativos e trocaram sabedorias. Assim, resistiram desde sempre – em quilombos, em mocambos –, cruzando-se, transformando-se, em processos que alguns chamaram mestiçagem ou hibridismo e que Glissant (2005) chamou de criouliização. A criouliização nada tem a ver com a nossa ideia de “democracia racial”, que busca esconder os conflitos da formação do povo brasileiro. É na verdade seu exato oposto: investigar as fronteiras, torná-las visíveis, compreender onde há intersecções e onde não há, ser capaz de aceitar o diferente e o novo, proteger a pluralidade do mundo. Glissant busca maneiras de escapar da lógica ocidental unificadora para construir uma realidade em que o diverso possa sempre existir.

Desejo que meu trabalho seja um gesto de contribuição para a literatura acerca do cinema, do sujeito negro e das maneiras de pensar saídas para os conflitos entre os povos, as pátrias, entre o homem e a natureza. Mais que um tema de dissertação de mestrado, essas questões são, agora, parte de minha vida. Sou apenas uma entre tantos estudantes negros e periféricos que puderam experimentar a universidade pública, participar de projetos inovadores, compor projetos de extensão, realizar pesquisas. Agora, como sujeitos de produção de conhecimento – que sempre fomos, mas não no meio institucionalizado e privilegiado da academia –, podemos ser também investigadores e propositores das transformações de que nossa sociedade tanto precisa. Penso que meu caminhar, como o das demais autoras mulheres negras, segue abrindo caminhos futuros.

Referências

- GLISSANT, Édouard. *Introdução a uma poética da diversidade*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.
- GLISSANT, Édouard. *Poética da Relação*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- MARTINS, Leda. *Afrografias da memória: o reinado do rosário no Jatobá*. São Paulo: Perspectiva, 1994.

OLIVEIRA, André Novais. *Ela Volta Na Quinta*. Documentário, digital, 108 minutos. Produtora: Filmes de Plástico. Contagem, 2015.

PINTO, Valdina. *Meu caminhar, meu viver*. Salvador: Sepromi, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, Quilombos: modos e significações*. Brasília: Incti/UnB, 2015.

Ocupar um espaço que pertence ao povo negro

Maria Antônia Perdigão

Escolaridade e origens da minha família

Tive o privilégio de nascer filha de professores. Meus pais davam aula na rede estadual da pacata cidade de Ouro Branco-MG. Eram dois apaixonados pela educação, que tiveram acesso ao ensino superior com mais idade. Nascido 37 anos após a abolição da escravidão no Brasil, meu pai, Alencar Jerônimo Perdigão, saiu da roça aos 19 anos. Viu no seminário católico a oportunidade de estudar e foi muito além do que se poderia esperar de um lavrador semianalfabeto. Formou-se em Letras na UFRJ e tornou-se mestre em Linguística no final da década de 1970. Quando chegou ao seminário, meu pai pedia aos padres para escrever suas cartas, já que não sabia ler e escrever. E aquele jovem que mal escrevia o próprio nome virou tradutor dos documentos em latim que chegavam para os padres. Embora tenha passado muitos anos de sua vida nesse ambiente católico, o sacerdócio nunca foi a vocação do meu pai.

Aos 56 anos, ele conheceu a mulher com quem se casaria e teria três filhos. Essa mulher também vinha de uma trajetória de vida difícil e muito próxima à escravidão. Nascida em 1944, na pequena cidade de Brasópolis, sul de Minas Gerais, minha mãe, Maria Zélia Diogo Perdigão, era neta do “ventre livre”. Sua avó paterna foi escrava “liberta” na Casa Grande da fazenda de Venceslau Brás, presidente do Brasil nos primeiros anos da República. Com isso, o pai de minha mãe, José Diogo, nascido em 1914, cresceu na Casa Grande e, por “sorte”, teve a oportunidade de trabalhar como ferroviário. A sagacidade do meu avô para a importância da educação fez com que minha mãe e suas irmãs se tornassem professoras do ensino fundamental, na época uma profissão que exigia apenas o antigo curso Normal. A formação superior da minha mãe veio após muitos anos em sala de aula. Aos 34 anos ela formou-se em Pedagogia pela UFMG. Casou-se aos 38, teve sua primeira filha aos 39, o segundo filho aos 40 e o terceiro aos 47 anos. Tivemos uma vida simples, mas nunca nos faltou o básico. O salário de professor não nos permitia luxos ou o conforto de ter um carro na garagem. O que meus pais ganhavam, por mês, também não dava para pagar escola particular. Tive o privilégio de ter sido alfabetizada pela minha mãe e a honra de ter tido professores que foram

alunos do meu pai. Contudo, sempre digo que o privilégio maior foi crescer em um lar onde nunca faltou amor, afeto, comida, livros e bons exemplos a seguir. Com certeza, foram todos esses itens que fizeram a diferença na minha vida e na vida dos meus irmãos.

Minha escolarização: ensino básico, ensino médio, graduação

Graduei-me em Comunicação pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) em 2009 e entrei nela sem nunca ter estudado numa escola particular. Vivi, literalmente na pele, as dificuldades de ingressar numa federal sem ter tido as mesmas oportunidades que meus concorrentes.

No segundo ano do ensino médio decidi cursar o Magistério, paralelamente, para ter uma profissão. Estudava de manhã na Escola Estadual Iracema de Almeida e à noite na Escola Municipal Pio XII, que, por meio de uma cooperativa, oferecia alguns cursos técnicos. Meus pais nunca nos deixaram trabalhar antes dos 18 anos, pois a prioridade sempre foi estudar. No entanto, diante das dificuldades financeiras que enfrentávamos, não havia alternativa para continuar os estudos que não fosse trabalhar. Dessa forma, assim que concluí o ensino médio e o Magistério, comecei a trabalhar como professora em uma escola infantil do município. Com o salário que recebia passei a pagar um pré-vestibular na cidade vizinha, já que em Ouro Branco, naquela época, não havia esses cursos preparatórios. Começava então a minha saga para entrar numa federal. Foram cinco anos tentando passar no vestibular.

Depois que larguei o emprego de professora, comecei a me dedicar mais, e a rotina de estudos passou a ser semelhante à de quem estuda para passar em concursos públicos. Como era muito difícil passar para Comunicação – devido à concorrência –, só entrei na Universidade quando prestei vestibular para História. Consegui transferência um ano depois. Quando ingressei no ensino superior, a UFV ainda não havia implementado a política de cotas. Eram pouquíssimos negros no *campus* e, no curso de Jornalismo, que naquela época era considerado de “elite”, o número de estudantes pretos era ainda menor. Lembro que eu e as outras duas meninas pretas do curso éramos confundidas umas com as outras, mesmo sem ter semelhança física alguma a não ser o tom da pele. Durante o curso, me dedicava mais aos estágios com remuneração, porque precisava desse complemento para custear minhas despesas em Viçosa, uma vez que a quantia que meus pais podiam mandar mensalmente não era suficiente. Por terem se casado com mais idade, quis a vida que meus pais não estivessem vivos para compartilhar as minhas conquistas. Meu pai faleceu um ano antes da minha formatura e minha mãe, um ano antes do meu ingresso na pós-graduação da UnB, que veio a ocorrer 11 anos depois da conclusão do ensino superior.

Finalmente, lá estava eu, Maria Antônia, na pós-graduação da UnB

Assim que me formei, não cogitei fazer mestrado. Sendo a irmã mais velha de três, precisava me inserir no mercado para aliviar o fardo da minha mãe, que, mesmo depois de aposentada, trabalhou mais 15 anos para que seus filhos terminassem os estudos. Embora

a universidade fosse pública, manter três filhos em outra cidade era dispendioso e praticamente um milagre para quem vivia do salário de professor.

O início da minha carreira foi outro grande desafio. O telejornalismo era minha grande paixão. Fiz estágio na TV Universitária, mas os dois anos de experiência não foram suficientes para que alguma emissora ou filial me desse uma oportunidade. Foram inúmeros currículos distribuídos, acompanhados de um DVD com reportagens que tinha feito para a TV Viçosa, e inúmeros não, até que a proposta de trabalhar em um canal de TV – que nem chegou a existir – me levou ao Bico do Papagaio, extremo norte do Tocantins. Como o canal ainda não tinha licença, resolvi ir para Palmas para tentar alguma coisa. Foi quando surgiu a oportunidade de trabalhar com web jornalismo e escrever para a editoria de política de um portal de notícias da capital. Isso me abriu portas para a assessoria de imprensa de uma deputada estadual, que na época era a líder do governo na Assembleia Legislativa do Tocantins e que veio a tornar-se deputada federal alguns anos depois.

Foram as experiências de quase dez anos na assessoria de comunicação dessa parlamentar que me motivaram a trazer, para o universo acadêmico, a realidade e o racismo enfrentados por deputadas negras no exercício do mandato eletivo. Meu projeto surgiu, inicialmente, da vontade de fazer um documentário sobre o que é ser uma mulher negra na política.

As ações afirmativas da UnB foram decisivas para que eu tivesse coragem de enfrentar o processo seletivo. Saber das cotas pelo edital me deixou, de certa forma, mais confortável para tentar. Não digo por falta de capacidade, até porque minha nota me colocaria dentro da UnB de qualquer forma. Mas falo, primeiramente, pela sensação de “poder ocupar” um espaço que também pertence ao povo negro e indígena deste país, embora muitos ainda pensem e nos façam acreditar que não podemos ocupar a academia como protagonistas, mas apenas como meros objetos de estudos e de produções científicas. E, segundo, por entender o significado dessa representatividade.

Aqui, abro um parêntese para destacar o papel das cotas como instrumentos de reparação social. Já ouvi muitas pessoas usarem a história de vida dos meus pais, sobretudo a do meu pai, como exemplo para desmerecer as ações afirmativas. Essas pessoas não se dão conta de quão árduo foi o percurso entre a largada e a linha de chegada nessa trajetória ou sequer consideram quão difícil é ultrapassar as barreiras colocadas pelo racismo estrutural e institucional. É importante ressaltar que a história de vida da minha família é uma rara exceção. Tivemos oportunidades que muitos dos nossos não tiveram e temos plena consciência de que a situação de vulnerabilidade e marginalização em que se encontra a maioria dos negros na sociedade se deve à falta de oportunidades.

Voltando ao processo seletivo do PPG/FAC da UnB, mesmo tendo me dedicado anteriormente mais à prática profissional, empenhei-me e coloquei no papel meu projeto de pesquisa e minha determinação de enfrentar as desigualdades raciais também negando esse lugar de mero objeto de estudo. Por meio do pré-projeto, busquei propor uma reflexão mais aprofundada sobre a questão racial no país. Por mais que eu saiba da relevância do tema, mesmo que não tivesse pautando essa questão, minha presença na pós-graduação de uma universidade

pública, por si só, já seria um ato revolucionário. Infelizmente, ainda somos uma população minorizada nesses espaços, assim como nos demais postos de destaque e de liderança na sociedade. As cotas têm sido fundamentais para transformar a realidade da população negra.

A voz negra na grande mídia

Com o intuito de analisar a visibilidade, em portais de notícias da mídia hegemônica como a *Folha de S.Paulo* e o jornal *O Globo*, das deputadas federais negras eleitas em 2018 para a Câmara dos Deputados, minha pesquisa de mestrado busca identificar as formações discursivas, presentes nas coberturas realizadas por esses portais, sobre a atuação parlamentar dessas deputadas, a fim de entender como as mulheres negras com mandatos no Legislativo federal são retratadas pelos grandes jornais que noticiam, diariamente, os acontecimentos políticos no Congresso Nacional.

Partindo da perspectiva gramsciana de que a imprensa é considerada um dos mais dinâmicos aparelhos ideológicos na disputa pela hegemonia na sociedade, embora não seja o único, o projeto surgiu das seguintes inquietações: com que frequência as deputadas federais negras ganham espaço nos grandes jornais e sobre quais assuntos elas falam quando são pautadas pela grande mídia? Será que elas realmente têm voz nesses espaços ou precisam aguardar as datas comemorativas pautadas pelos critérios de noticiabilidade para que a desigualdade racial e o racismo enfrentados pela população negra durante os 365 dias do ano se tornem pautas nesses veículos? E mais, será que as mulheres negras com mandato político podem falar sobre outros temas que não estejam relacionados à pauta racial? Todos esses questionamentos surgem de uma reflexão mais aprofundada sobre a situação da mulher negra na sociedade.

Incluídas nos piores indicadores sociais do país, as mulheres negras, segundo o estudo *Estatísticas de Gênero do IBGE* (2019a), são as que mais trabalham e as que menos recebem no mercado. Além de liderarem o índice de desemprego e terem rendimentos sistematicamente inferiores aos dos não negros, as mulheres negras são também as que mais morrem de violência no Brasil, conforme aponta o *Atlas da Violência de 2019* (Ipea; FBSP, 2019). O estudo sobre as desigualdades realizado pelo IBGE aponta ainda que as mulheres negras estão “em desvantagem” no quesito representação política, “tanto em comparação aos homens de mesma cor ou raça quanto em relação às mulheres brancas” (IBGE, 2019b, p.11). Considerando que a mulher negra corresponde a 28% da população, conforme dados do Sidra do IBGE (2021), é fundamental que se reflita sobre o fato de esse grupo estar sub-representado no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais e Prefeituras do país.

Afirmando que a mulher negra, ao ocupar um “lugar de maior vulnerabilidade social” (Ribeiro 2019, p.41), tem sua realidade invisibilizada, Ribeiro (2019) reforça a necessidade de pensar em melhorias que visam transformar a situação na qual se encontra esse grupo da sociedade. Mudar a realidade e tirar a mulher negra dessa condição de invisibilidade depende de vários fatores, dentre eles a ampliação da representação negra nos espaços de poder e tomada de decisões. As estatísticas, que relacionam a cor e o gênero à maior

vulnerabilidade social no país, corroboram a dificuldade de haver um olhar mais sensível para o desenvolvimento humano da população negra enquanto esses espaços de decisão, como a política, por exemplo, forem predominantemente compostos por homens brancos.

Partindo do que afirma Carneiro (2019, p.281), ao ressaltar “como parece insólita, no imaginário social, a presença de mulheres negras em instâncias de poder em nossa sociedade”, destacamos a importância da representatividade de mulheres negras com mandatos políticos na grande mídia, uma vez que “os estigmas e estereótipos que desvalorizam socialmente as mulheres negras carecem de estratégias para serem repelidos” (Carneiro, 2019, p. 283).

Moura (2019, p.141) nos traz uma importante reflexão sobre as contradições de uma nação em que a maioria da população é negra, mas que parece ser outro país “nas representações midiáticas, seja no jornalismo, seja na indústria do entretenimento”. A autora chama a atenção para a representação “esvaziada da realidade da mulher negra no Brasil, a tal ponto que se fazem necessárias obras que historicizem nossa história de mulheres negras brasileiras” (Moura, 2019, p. 141). Nesse sentido, ter negros destacados na mídia hegemônica, representados como referências em espaços de decisões ou lideranças, é extremamente importante para desconstruir esses estereótipos negativos, sobretudo sobre as mulheres negras, que em seu cotidiano são vistas, “independentemente da classe social e profissão, como empregadas domésticas” (Gonzalez, 1984, p. 230).

Resgatando memórias

Identificar as formações discursivas presentes nas coberturas realizadas pelos jornais da grande mídia a respeito da atuação das deputadas federais negras é uma forma de averiguar o espaço que os grandes veículos de comunicação concedem aos negros, sobretudo, às mulheres negras, em seus portais de notícias. É por meio da identificação das formações discursivas presentes nessas coberturas que estamos realizando uma análise mais aprofundada sobre a voz negra na grande mídia.

Sendo a Análise do Discurso (AD) uma análise que “está preocupada com este movimento de instauração de sentidos, que exige compreender os modos de funcionamento de um discurso” (Lagos; Benetti, 2010, p. 107), recorreremos a essa teoria para realizar o “mapeamento das vozes e identificação dos sentidos” (Lagos; Benetti, 2010, p. 107) no conteúdo jornalístico apurado nos portais da *Folha* e do *Globo* nos anos 2019 e 2020.

Entretanto, considerando que a formação discursiva, como elemento básico para a AD, “se define como aquilo que numa formação ideológica dada, ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica, determina o que pode ser dito” (Orlandi, 2020, p. 41), antes de partir para a identificação das formações discursivas das deputadas negras nos portais de notícia, vamos percorrer o caminho metodológico sugerido por Moura (2009), orientadora da pesquisa, ao propor que o *corpus* da análise do discurso seja realizado por meio de um recorte sincrônico e um recorte diacrônico feitos simultaneamente.

Partindo desse propósito, para o trabalho desenvolvido no mestrado estamos construindo um arquivo que considera, além dos textos jornalísticos, outros elementos. A intenção, ao fazer a releitura desse arquivo, é, conforme Moura (2009), perceber as redes discursivas, uma vez que, do ponto de vista foucaultiano apontado pela autora, o recorte diacrônico pode se justificar na arqueologia do discurso como a “busca da voz sem nome que está anterior a todas as falas” (Moura, 2009, p. 67). Sendo assim, ao adentrar na identificação das cadeias discursivas que fazem elos com “o já dito” em momentos anteriores e o “dizer atual” que nos ajudam a compreender a representação das mulheres negras na política brasileira, estamos também resgatando a memória de mulheres negras que tiveram suas trajetórias silenciadas e até mesmo apagadas da história sobre a emancipação política da mulher no Brasil.

Mais do que “fazer emergir as evidências de que a atuação de mulheres negras se deu inclusive no campo político” (Costa, 2020, p.12) e destacar que a luta da mulher negra no Brasil é histórica – conforme propõe Costa (2020) ao ponderar sobre a necessidade de recuperar as narrativas de mulheres negras como Almerinda Farias Gama, Antonieta de Barros, Maria Brandão dos Reis, Maria José Camargo, Sofia de Campos Teixeira e Maria Nascimento –, a construção desse arquivo, a partir de alguns elementos da imprensa do século XX e da própria biografia dessas mulheres e de grandes personalidades brasileiras, como Lélia Gonzalez e Benedita da Silva, visa refletir sobre a importância da representação da mulher negra no âmbito político.

Buscar, na “voz” dessas mulheres negras que atuaram no campo político no Brasil do século XX, elementos que se repetem no discurso das parlamentares negras atuais reforça o que diz Costa (2020) ao afirmar que as mulheres negras na política que se demonstram comprometidas com as questões raciais e sociais são “pessoas que conscientemente levam consigo as pautas políticas de uma coletividade, as narrativas de várias gerações e o legado de toda a ancestralidade. São potências que se sabem únicas, mas que representam muitas” (Costa, 2020, p. 14).

Nesse sentido, percorrer esse caminho metodológico tem me ajudado a compreender o quanto é fundamental ter mulheres negras ocupando seus espaços e participando do debate político, mesmo diante das limitações e dificuldades enfrentadas para concretizarem suas campanhas eleitorais. Também me permite propor, no meio acadêmico, um debate mais profundo sobre a necessidade de um olhar mais atento para a situação em que se encontra a população negra, sobretudo a mulher negra no Brasil.

Aqui voltamos ao assunto inicial deste capítulo. As cotas têm sido fundamentais para transformar a realidade da população negra. Não tive professores negros durante minha graduação. Estar no mestrado e ter a oportunidade de ser orientada por uma professora negra é muito representativo. É dizer, sem mencionar sequer uma palavra, que esse espaço branco e patriarcal também é nosso. É mostrar para as futuras gerações que a senzala, a cozinha ou qualquer outro lugar de subalternidade que a histórica marginalização social nos impõe já não nos cabe mais.

Referências

- COSTA, Andréa Lopes da. Gerações em diálogos, mulheres negras em resistência. In: LOURENÇO, Ana Carolina; FRANCO, Anielle (org.). *A radical imaginação política das mulheres negras brasileiras*. São Paulo: Oralituras; Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.
- CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. Organizado por Djamila Ribeiro. São Paulo: Pólen Livros, 2019.
- IBGE. *Estatísticas de Gênero do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE*. 2019a.
- IBGE. *Informativo IBGE – Desigualdades Sociais por Cor e Raça no Brasil*. Diretoria de Pesquisas e Coordenação de População e Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019b.
- IBGE. *Sistema IBGE de Recuperação Automática*. SIDRA, 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo>. Acesso em: 1º nov. 2021.
- IPEA; FBSP. *Atlas da violência 2019*. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP, 2019.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, n. 2, p. 223-244, 1984.
- LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (org.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- MOURA, Dione Oliveira. O sincrônico, o diacrônico, o acontecimento e a errância de sentimentos de análise do discurso jornalístico. *Comunicação & Informação*, n. 12, n. 2, p. 63-73, 2009.
- MOURA, Dione Oliveira. Excluídas dentre as excluídas: as jornalistas negras perante o “teto de vidro gênero/raça/classe”. In: BELISÁRIO, Katia Maria; MOURA, Dione Oliveira; GUAZINA, Liziane (org.). *Gênero em pauta: desconstruindo violências, construindo novos caminhos*. 1. ed. Curitiba, PR: Appris, 2019.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 13. ed. Campinas: Pontes, 2020.
- RIBEIRO, Djamila. *Lugar de Fala*. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais. Coordenação de Djamila Ribeiro).



Sou uma mulher negra, fui criada por mulheres negras e me inspiro nessas mulheres

Mariana Paiva Soares

A escolaridade e as origens da minha família

Sou uma mulher negra que foi criada por pessoas negras com consciência racial e acredito que isso seja um privilégio. Sou a caçula dos três filhos que meu pai e minha mãe tiveram em treze anos de relacionamento.

Minha mãe é uma mulher negra. Ela se mudou do Rio de Janeiro para Brasília, ainda criança, com minhas tias e minha avó – que veio para trabalhar na casa da família em que a minha bisavó trabalhou até a morte, família essa que havia se mudado para a capital para trabalhar em cargos de alto escalão. Minha mãe começou a trabalhar muito cedo para ajudar com as despesas de casa e estudou até o ensino médio. Após o ensino médio, ingressou no serviço público, no qual permanece até hoje. Depois de mais de 20 anos no serviço público, ela decidiu realizar seu sonho de fazer um curso de ensino superior. Vale ressaltar que minha avó, mãe solo de seis filhos, não pôde estudar, mas sempre fez questão de que seus filhos estudassem.

Meu pai é um homem negro, bisneto de negros escravizados, que veio de Paracatu até Brasília para dar continuidade aos estudos depois de muitos anos trabalhando na roça, já que ele foi por muito tempo o único filho homem no meio de 12 irmãs. Ele concluiu o ensino médio tardiamente e começou a fazer faculdade de Direito; usava quase todo o salário que recebia para pagar a mensalidade do curso. Foi o primeiro da sua família a conquistar um diploma de ensino superior. Meus avós paternos haviam concluído apenas o primário por falta de oportunidades e excesso de trabalho, mas mostraram para os filhos a importância dos estudos na vida.

Minha escolarização, do ensino básico ao ensino médio

Como meus pais conseguiram concluir os estudos necessários para ingressar no serviço público, minha trajetória de escolarização foi mais tranquila que a deles. Nunca precisei trabalhar para ajudar em casa e sempre estudei em colégios particulares, de maioria branca e na maior parte das vezes eu era a única estudante negra da sala de aula, do ensino fundamental ao médio.

Durante essa fase uma das minhas maiores dificuldades era me sentir acolhida e respeitada pelos professores, que sempre me subjugaram, mesmo eu sendo uma aluna acima da média. Por esse motivo, me afastei de boa parte deles e me aproximei dos meus colegas e dos livros, o que naquele momento foi minha salvação e minha motivação. Era raro falar alguma coisa em sala, já que não me sentia motivada pelos professores, mas sempre tirava notas boas e isso incomodava alguns, o que me distanciava cada vez mais dos docentes.

No ensino médio fiz um passeio para conhecer a UnB e isso me fez sonhar em estudar nessa Universidade. Quando pisei no *campus*, me senti pertencente a essa instituição por algum motivo que até hoje não sei explicar. Comecei então a estudar sozinha e passei pela primeira vez na seleção da UnB ainda no segundo semestre do terceiro ano, mas meus pais não me deixaram assumir a vaga, o que hoje enxergo como uma decisão acertada. Depois que concluí o ensino médio, passei outras vezes, por meio do vestibular tradicional e do Programa de Avaliação Seriada (PAS).

Finalmente, lá estava eu, Mariana, na UnB

Depois de alguns poucos anos sonhando, fui a primeira da minha família inteira a ingressar numa universidade federal! Meus familiares ficaram superorgulhosos e acabei realizando sonhos de pessoas que eu nem sabia que sonhavam com isso. Ingressei por meio das cotas raciais no curso de Engenharia Florestal. Graças à interdisciplinaridade que faz parte do cotidiano da Universidade de Brasília, tive contato com outros cursos, movimentos estudantis e movimentos sociais e decidi fazer outro vestibular para o curso de Comunicação Organizacional, no qual também ingressei por meio das cotas raciais.

As cotas nunca foram um tabu para mim nem para os meus familiares. Sempre soube do direito que eu tinha e o que ingressar por cotas raciais significava. Meus irmãos mais velhos foram meus maiores incentivadores para que eu concorresse à vaga no curso pelo sistema de cotas. Contudo, apenas ao ingressar na universidade tive consciência da importância da medida, já que tanto no meu primeiro quanto no meu segundo curso eu era uma das quatro pessoas negras em turmas de 40 pessoas.

Durante os meus primeiros anos na UnB, tive a oportunidade de conviver com outros estudantes negros e alguns poucos professores negros por conta do Centro de Convivência Negra (CCN) e das disciplinas sobre questão racial. Tive acesso a produções acadêmicas de intelectuais negros, o que me fortaleceu como mulher negra, e passei a enxergar potencial em mim para me tornar uma intelectual, ao contrário do que meus professores da educação básica me diziam.

O contato com professores e pesquisadores negros foi essencial durante minha trajetória na Universidade de Brasília, graças aos encontros proporcionados com grandes intelectuais negros brasileiras, com as quais pude me conectar por meio da fala e da escrita.

O Grupo de Estudos Afrocentrados – uma iniciativa de pesquisadores negros da Universidade de Brasília, que tinha como objetivo o resgate das produções acadêmicas de pessoas negras e o acesso a conteúdos que os professores brancos não incluíam nas suas ementas – foi o primeiro espaço em que ouvi nomes como: Lélia Gonzalez, Maria Beatriz do Nascimento, bell hooks e Milton Santos. A partir disso, me senti motivada a ler o que grandes intelectuais negros tinham escrito.

Naturalmente fui descobrindo disciplinas ministradas por professores negros nas Ciências Sociais, Filosofia, Direito e História; em uma dessas disciplinas pude ler *Ensinando a Transgredir*, de bell hooks (2013), e isso transformou ainda mais minha trajetória. Ler bell hooks definitivamente foi essencial para a confluência dos meus pensamentos e minhas práticas sobre raça e classe, que até então só eram embasadas em escritos de pensadores brancos, europeus ou da América do Sul.

Ler uma intelectual negra estadunidense foi importante para enxergar as semelhanças entre as experiências de mulheres negras em diferentes partes do mundo, mas também para compreender que existem limites nessas semelhanças, os quais me motivaram a ler mais mulheres negras brasileiras.

Um dos textos mais importantes que li no começo de minha jornada foi *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, de Lélia Gonzalez (1984), que chegou a mim por meio de uma disciplina ministrada por pesquisadoras negras. Nessa disciplina pude ler diversas obras da autora, nas quais ela falava sobre a realidade da mulher negra brasileira em primeira pessoa.

Essas intelectuais (hooks, 1995; Gonzales, 1984; hooks, 2013) me mostraram a potência das mulheres negras, comecei a enxergar essas qualidades nas mulheres ao meu redor, principalmente nas que me formaram desde o começo: as mulheres da minha família.

Percebi, graças às mulheres que me guiaram – pois já tinham percorrido um caminho semelhante –, que nossa ligação não residia apenas nas nossas narrativas das dores provocadas pelo racismo, que somos e podemos ser muito mais do que o patriarcado e o racismo juntos nos impõem e tudo isso foi importante para que eu entendesse a dimensão do que é ser negro no território em que nos encontramos e como nossas experiências são diversas.

Compreendendo isso, me inspirei a escrever meu Trabalho de Conclusão de Curso sobre narrativas positivas de mulheres negras. Graças ao encontro com uma das organizadoras deste livro, Dione Moura, então diretora da Faculdade de Comunicação e professora da disciplina “Cartas para o Amanhã”, decidi registrar a memória das mulheres negras da minha família, contar histórias disruptivas por meio das memórias de suas vivências.

Sou uma mulher negra, fui criada por mulheres negras e me inspiro nessas mulheres. Mulheres negras foram e ainda são essenciais na minha formação, me fizeram entender a importância de me colocar no mundo da minha forma e me ajudaram a perceber que, mesmo que a minha narrativa seja diferente da dominante, ela também é importante. Graças a esses entendimentos, em breve

me tornarei uma comunicadora organizacional formada pela Universidade de Brasília e consciente da minha história, que se entrelaça com a história de outras mulheres negras.

Referências

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*, Brasília, Anpocs, n. 2, p. 223-244, 1984.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

hooks, bell. Intelectuais Negras. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464, jan. 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>. Acesso em: 4 dez. 2017.

O empoderamento a partir do ingresso na Universidade como cotista racial

Michele Duarte da Silva

Família nordestina migrante

A origem da minha família é basicamente nordestina. Minha mãe é nascida e criada no interior da Paraíba. Chegou em Brasília, Distrito Federal, aos 15 anos, com suas irmãs, em busca de uma vida melhor. Meu pai nasceu e foi criado em Brasília, mas seu pai e sua mãe são de origem nordestina. Minhas avós e meus avôs maternos e paternos não tiveram oportunidades de escolarização efetiva. Minha avó e meu avô paterno tiveram que sair muito cedo das suas cidades de origem para conseguir sobreviver de uma maneira saudável e sustentável. Meus avós maternos cresceram próximo de suas cidades de origem, mas, após o casamento, e até mesmo depois do nascimento dos filhos e filhas, meu avô ia trabalhar em outras cidades e estados, enquanto minha avó cuidava da roça e das crianças. Minha mãe e meu pai se casaram sem completar o ensino médio.

Depois de muitos anos de casado e após meus irmãos e eu termos nascido, meu pai conseguiu um emprego e precisou se qualificar. Assim, ele concluiu o ensino médio por meio de um supletivo em uma instituição particular. A duração do supletivo não foi muito longa, pois meu pai devia apenas algumas disciplinas do terceiro ano do ensino médio. Para que meu pai fosse promovido na empresa, ele precisou potencializar sua qualificação. Então, após um período curto depois da finalização do supletivo, ele se formou no ensino técnico. Conseguiu ser promovido mais uma vez e atualmente trabalha na mesma empresa, é técnico de telecomunicações de uma grande empresa de comunicação. Graças a esse emprego, meu pai e minha mãe conseguiram comprar uma geladeira nova para nossa casa, tivemos nosso primeiro computador e também acesso à internet.

Minha mãe demorou muito mais para concluir o ensino médio e melhorar sua qualificação. Antes de concluir essa etapa, fazia apenas cursos de capacitação relativos à sua área de trabalho. Com o sonho de fazer uma faculdade e ser uma profissional mais qualificada, decidiu voltar a estudar. No ano de 2017, concluiu o ensino médio. Ela cursou o supletivo em uma escola pública, perto da nossa casa, à noite. Com todos os desafios e enfrentando a vontade de desistir, conseguiu se formar sem ser reprovada em nenhuma etapa. Ela passou mais tempo na escola que meu pai, pois tinha parado de estudar no primeiro ano do ensino médio. No ano em que escrevo este relato para o livro, 2021, conseguiu ingressar em uma instituição de ensino superior, e hoje cursa o segundo semestre do curso de Estética e Cosmética. É a única das irmãs que já finalizou o ensino médio e que frequenta o nível superior. Minha mãe é um orgulho para nossa família, sua história de superação nos engrandece. Ela é um exemplo para outras mulheres que precisaram primeiro trabalhar para levar o sustento para suas casas e agora, com os filhos e filhas criados, estão correndo atrás de uma melhor qualificação acadêmica.

Estudo nas periferias do DF

Sou de família humilde, sempre estudei em escola pública nas periferias de Brasília-DF. Minha mãe e meu pai sempre trabalharam intensamente para levar algo de diferente para mim e meus irmãos, mas ir para a escola, se fazer presente na escola e não ser reprovado em nenhuma série sempre foi lei na minha casa. Minha trajetória escolar começou em Ceilândia, no Serviço Social da Indústria (Sesi), no qual fiz o maternal. Naquela época, a escola do Sesi não cobrava mensalidade. Iniciei o primeiro ciclo do ensino fundamental no Centro de Ensino Fundamental 301, do Recanto das Emas-DF. Lá fiquei apenas até a primeira série, hoje denominada segundo ano. No período em que estudei nessa escola, meus pais perceberam que a região era perigosa e que o ensino não estava no nível esperado. Assim, meu pai e minha mãe me transferiram novamente para Ceilândia. Fiz o restante do meu ensino fundamental I, na época da segunda à quarta série (hoje do terceiro ao quinto ano), em uma escola que se chamava Escola Classe 07, em Ceilândia Norte-DF – hoje essa escola tem outro nome. Durante esse período, fiquei dois anos morando com minha avó, até que minha família se mudou completamente para Ceilândia.

Deixamos nossa casa no Recanto das Emas para viver de aluguel em Ceilândia. Minha mãe e meu pai tomaram essa decisão porque acreditavam que o ensino nas escolas de Ceilândia era de maior qualidade que nas escolas do Recanto das Emas. Iniciei o segundo ciclo do ensino fundamental no Centro de Ensino Fundamental 02, em Ceilândia Sul-DF. Estudei nessa escola da quinta série até o início da oitava série (hoje, sexto ao nono ano). O aluguel começou a apertar, e meu pai e minha mãe decidiram que era melhor voltarmos para nossa casa no Recanto das Emas, onde finalizei meu ensino fundamental II, na escola Centro de Ensino Educacional 106. Realizei todo o ensino médio no Centro de Ensino Médio 111, também no Recanto das Emas. Foi um período bem intenso da minha

adolescência, em que minha orientação sexual se despertou, e existiram conflitos familiares por conta disso. Passamos cerca de um ano tendo algumas brigas, foi uma época bem problemática para toda a minha família. Todos esses conflitos me fizeram amadurecer mais cedo e buscar com mais vigor minha independência. Eu sempre fui muito decidida; desde a oitava série (hoje nono ano), já sabia o que queria fazer. Tive uma professora de Ciências que despertou meu interesse pela Biologia.

Sempre gostei de temas que envolviam a natureza. Com o tempo, percebi que me interessava mais pelo meio ambiente marinho, daí veio o sonho estudar Biologia marinha. No meu ensino fundamental, sabia sobre a existência da UnB, mas como algo que não estava ao meu alcance, pois, para mim, só quem estudava em escola particular conseguiria uma vaga nessa Universidade. Só quem tinha poder aquisitivo conseguiria estudar em uma universidade pública. Comecei a ver a UnB como opção quando fui para o ensino médio. Em uma feira de ciências tivemos uma palestra explicando como funcionava o vestibular e o Programa de Avaliação Seriada (PAS). Daí eu fiz as duas primeiras etapas do PAS e, no meu último ano, 2020, comecei a me dedicar para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

No meu primeiro Enem, fiquei em três listas de espera de universidades federais. Cheguei a passar no vestibular da Universidade Católica, uma universidade particular, mas minha mãe e meu pai não tinham condições de arcar com os custos das mensalidades. No mesmo ano, consegui uma vaga em um curso técnico no Instituto Federal de Brasília (IFB), Campus Samambaia (DF). Decidi assumir essa vaga no IFB para não ficar sem estudar. Nesse mesmo ano, também consegui uma oportunidade no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), por meio do qual iniciei o curso de Zootecnia. Mais próximo do Enem, meu pai conseguiu pagar para mim um curso extensivo preparatório para o Exame. Fiquei muito feliz e estudei muito, era minha segunda chance de entrar em uma faculdade.

Finalmente, eu, Michele, na UnB

Eu sempre quis fazer faculdade, sabia que seria o único caminho para transformar minha realidade. E comecei a querer muito, muito mesmo, a UnB quando passei no vestibular de uma universidade particular e meu pai e minha mãe não tinham nenhuma condição de pagar a faculdade e levar comida para dentro de casa. Então eu vi na UnB a oportunidade de realizar meu sonho. Minha escolha no Sisu sempre foi Biologia, em todas as faculdades em que tentava concorrer. No meu segundo ano de Enem, novamente fiquei esperando o resultado das listas de espera. Já estava meio triste! Enquanto isso, estava no meu último semestre do curso técnico em Controle Ambiental, no IFB de Samambaia. Tinha um amigo que estudava na UnB, e um belo dia ele falou para mim: “por que você não tenta entrar no curso que eu estou fazendo? Talvez você goste. Caso não goste, pode mudar de curso”. Esse meu amigo tinha mudado do curso de Química, no Campus Darcy Ribeiro, para o

curso de Ciências Naturais, no Campus UnB Planaltina. Segui o conselho dele, me inscrevi na lista de remanescentes do curso de Ciências Naturais.

Como o *campus* era muito longe, as pessoas não assumiam a vaga. Nessa época, eu não sabia sequer que esse curso existia. Hoje em dia, a área ganhou visibilidade e as pessoas estão cada vez mais se encorajando a viver essa aventura. Fui convocada para assumir a vaga e fiquei superfeliz. Tenho uma gratidão imensa por esse amigo, que me mostrou essa possibilidade, um caminho que eu nem sabia que existia. Meu primeiro semestre foi uma grande correria, eu ainda estava terminando o curso no IFB, tive que abrir mão do curso de Zootecnia, não dava para conciliar os três de uma vez. Planaltina é muito longe. Então, no primeiro bimestre, tive que excluir duas disciplinas da grade e fiquei com três. No final do semestre, fui reprovada em duas, meu IRA (Índice de Rendimento Acadêmico) foi para um. Já bateu aquele desespero: será que vou conseguir, será que isso é pra mim mesmo? Passado o primeiro semestre, eu já tinha concluído o meu curso técnico e comecei a ter foco só na faculdade. Consegui, de início, os auxílios socioeconômicos. Isso me ajudou muito, muito mesmo.

Eu percorria mais de 80 km para chegar na faculdade, saía do Recanto das Emas às dez horas da manhã para chegar na aula das duas horas da tarde. Na volta, pegava o último *intercampi*, o ônibus que leva as alunas e os alunos do *campus* central, o Darcy Ribeiro, no Plano Piloto de Brasília, para os outros *campi*. Esse último ônibus, o *intercampi* que saía de Planaltina, nos deixava na rodoviária do Plano Piloto. Eu chegava na minha casa, no Recanto das Emas, quase a uma hora da manhã. Vivia dentro de ônibus. Passava, por dia, em média seis horas nos ônibus, às vezes era mais tempo de ônibus do que de aula.

Por volta do meu terceiro ou quarto semestre de graduação, saiu um edital que previa que as/os estudantes que morassem a partir de determinada distância do *campus* poderiam receber auxílio moradia, e eu consegui esse auxílio. Foi muito importante esse momento. Naquele tempo, estava em um relacionamento e acabei indo morar com essa pessoa. Nós fomos morar no Núcleo Bandeirante. É uma cidade pioneira, a poucos minutos do Plano Piloto, considerada uma cidade satélite do Distrito Federal. As pessoas que moram lá têm um poder aquisitivo maior do que eu estava habituada. Era uma realidade bem diferente.

Durante o tempo em que eu vivi nessa cidade, presenciei muitos questionamentos sobre as cotas, sempre acompanhados de comentários depreciativos. Para essas pessoas, as cotas não faziam sentido, era como se estivéssemos realmente roubando algo de alguém. Isso mexia muito comigo, porque eu sabia e sei o real valor que as cotas têm. Meu primeiro contato com esse tema foi no ensino médio, quando houve uma roda de conversa, em um projeto de que eu participava na escola, em que se explicou como funcionava o sistema de cotas, como poderíamos utilizá-lo, deixando claro que era um direito nosso. Perto de me formar no ensino médio, já via nas cotas uma oportunidade, uma possibilidade, um caminho.

Eu e umas amigas sempre dizíamos que podíamos tentar o vestibular por meio do sistema de cotas raciais. No Enem, o poder das cotas ficou mais intenso para mim. Eu sou cotista racial

PPI (Preto, Pardo e Indígena), cotista de escola pública e cotista socioeconômica – por me enquadrar no critério de renda de menos de um salário-mínimo e meio por pessoa da família.

Sempre tive orgulho de dizer que sou cotista, e viver em uma realidade que questionava esse orgulho era muito cruel. O mais triste é que, dentro da Universidade, tudo isso também era questionado. Existe um movimento meritocrata muito forte dentro da UnB, que quer desestabilizar e tirar a visibilidade de toda a nossa luta. Se fazer presente dentro de uma Universidade onde a desigualdade social é gritante é muito difícil. Foram quatro anos bem intensos, eu sofri um desgaste físico tremendo com a distância, além do desgaste emocional. Terminei meu relacionamento em um período de muito estresse, em que estava finalizando o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e meu último estágio. Tive que lidar com a vontade de jogar tudo para o alto muitas vezes. Mas eu também vivi coisas incríveis, que não sei se teria vivido se não fosse a Universidade. Conheci estados diferentes, participando de congressos, tive muitas experiências, sensações. Em um desses congressos, consegui levar minha mãe para rever sua cidade natal. Fazia mais de 15 anos que ela tinha saído da sua cidade. Participei de projetos incríveis que mudaram minha vida; por exemplo, dei aula durante um ano e meio na Classe Hospitalar do Hospital Regional de Ceilândia.

Minha orientadora de iniciação científica, professora Mauricéia Sousa, é uma pessoa sensacional, uma mulher sem defeitos, me ensinou muito. Nosso projeto rendeu publicações em livros, congressos, revistas, a exemplo de Sousa e Silva (2019). Eu também fui muito iluminada quando conheci meu orientador do TCC, Eduardo Bessa. Quando ele entrou na Faculdade como docente, eu estava no terceiro semestre. Ele ministrava e ainda ministra a disciplina de Zoologia na Faculdade UnB Planaltina (FUP), na qual um amigo estava matriculado. Eu acabei assistindo a praticamente todas as aulas com meu amigo. Teve um passeio superlegal para o zoológico e ele permitiu que eu fosse com a turma. No semestre seguinte, cursei a disciplina de Zoologia; no outro semestre cursei outra disciplina, chamada Comportamento animal, que ele também ministrava. Fui criando afinidade com ele e o convidei para ser meu orientador, expondo meu desejo de trabalhar com Biologia marinha. Ele aceitou de primeira, foi muito importante para mim esse processo.

Conseguimos realizar até mesmo uma publicação a partir do meu TCC, justamente na área com a qual eu sempre sonhei. Trabalhamos com populações de cavalos marinhos e suas relações com o ambiente onde vivem. Meu orientador me ajudou muito, me colocou em um grupo de estudos do Instituto de Biologia do Campus Darcy Ribeiro. Consegui que eu cursasse, como aluna especial, uma disciplina superconcorrida, a Biomar. Viajamos para uma ilha para realizar miniprojetos e pesquisas. Foi uma experiência sensacional. Tenho muita gratidão pelo apoio e carinho. O foco agora é o mestrado, para continuarmos trabalhando juntos. Eu me formei no final de 2019, em Licenciatura em Ciências Naturais pela UnB. Foi um ano muito bom para mim! Realizei muitos sonhos, e o principal foi terminar a faculdade, um ciclo que foi fechado. Tenho muita gratidão e carinho por cada momento!

Minha carreira com o diploma da UnB

Quando eu ainda estava na faculdade, no final de 2018, saiu o concurso para professor do GDF, para contrato temporário e efetivo. Fiz a prova, mas só pela experiência. No concurso para contrato temporário, consegui uma boa colocação. No ano seguinte, 2019, fui convocada para levar os documentos e assumir o cargo. Tentei a antecipação de outorga, mas não consegui. Só em 2019 fui convocada cerca de três vezes para assumir algumas vagas. Acabou 2019, me formei, veio 2020 e, de cara, a pandemia. No início, não acreditava que a covid-19 chegaria aqui no Brasil, que tudo isso aconteceria, que perderíamos tantas pessoas. No final do segundo bimestre letivo, me chamaram para assumir uma vaga, no Centro de Ensino Fundamental 101, no Recanto das Emas-DF. Fiquei nessa escola até o final do ano. Foi uma experiência totalmente remota. Tinha contato com meus alunos e alunas uma vez por semana pelo Google Meet. Meu contato com a equipe da escola foi basicamente online. Contudo, a escola é muito organizada, pensávamos sempre em como podíamos ajudar os alunos e alunas. O objetivo era montar atividades que fossem relevantes para os/as estudantes, para que não houvesse evasão dos/das adolescentes da escola. Foi uma experiência bem diferente, mas que me abriu a mente para outros meios e metodologias, para atuar de maneira mais eficiente e me aproximar dos/das estudantes. No início deste ano, fui chamada para assumir uma vaga. Hoje dou aulas em uma unidade de internação, a Unidade de Internação de Saída Sistemática (Uniss), onde há apenas garotos que estão acabando de cumprir a medida socioeducativa. Esses alunos ficam conosco de três a quatro meses. Eu ministro as disciplinas de Ciências, Prática Desportiva e Biologia. O conteúdo do nosso PD é relacionado a Matemática, para tirar algumas dúvidas básicas. Dou aula no ensino fundamental II e no ensino médio.

É uma rotina bem diferente, as aulas têm que ser criadas de uma forma que a avaliação não se prenda a provas, mas que em cada aula se possa avaliar os alunos de alguma maneira. Está sendo uma experiência incrível, me sinto muito feliz realizando esse trabalho. Voltamos ao presencial e ainda existe aquele receio por conta da pandemia de covid-19, mas me sinto feliz por estarmos trabalhando. Aos poucos tudo vai ficar bem, tenho muita fé nisso. Digo muito para meus alunos que a ciência mudou a minha vida, e é verdade. Sempre foi um sonho fazer faculdade, ser cientista, estar ligada às questões da natureza. Sempre tive a certeza de que, para mim, só existia um caminho para realizar meus sonhos e mudar minha realidade, e esse caminho era e ainda é o estudo. O conhecimento mudou a minha vida. Meu pai sempre me diz: “podem te tirar tudo, menos o seu conhecimento”, e eu levei isso para minha vida.

Viver esses quatro anos na UnB foi muito difícil, mas também realizador. Vivi coisas que, tenho certeza, nunca viveria se não estudasse naquela universidade. Conheci pessoas sensacionais, com histórias de vida encorajadoras. Encontrei muita gente diferente, mas também muita gente parecida, que via a universidade como a chance de mudar seu mundo e a história de toda a sua família. Hoje consigo ajudar minha família, hoje minha mãe e

meu pai me veem com outros olhos, conquistei o respeito das pessoas. Hoje posso dizer que venci essa etapa, agora vamos para a próxima.

A UnB foi uma oportunidade que agarrei com unhas e dentes. Falei “eu vou conseguir, eu quero” e realizei um sonho. A partir deste, surgiram outros sonhos, outros caminhos, novas possibilidades, que agora são as próximas metas a serem alcançadas. Ser uma cotista racial me trouxe um empoderamento incrível, pois consegui deixar explícito que não tenho vergonha da minha origem, que tenho orgulho da minha história e que as pessoas não podem opinar sobre a cor da minha pele.

Eu sou uma mulher preta, de pele clara, lésbica, professora, filha, irmã, dentre outras coisas. De tudo o que aprendi com minha experiência, o principal é: não desista, não desista, não desista. É muito difícil, mas o gostinho da vitória no final é insuperável. Não se compare aos outros, vá no seu tempo, mas vá até o final!

Referências

SOUSA, Mauricéia Lopes Nascimento de; SILVA, Michele Duarte da. *Projeto pensar grande: aulas de ciências desenvolvidas para classe hospitalar*. *Ciências em Foco*, Campinas, v. 12, n. 1, p. 176-184, 2019. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cef/article/view/9903>. Acesso: 18 jul. 2022.



Nós, negros e negras, somos capazes e merecemos estar na UnB

Vitória Carolina Silva Duarte

Meus pais chegam a Planaltina com uma garotinha na barriga de minha mãe

Como eu cheguei até aqui? Isso começa lá em 1994: dois jovens se conheceram em São Bernardo do Campo-SP. Meus pais, Lucimara e Paulo, se apaixonaram e, depois, quando descobriram que estavam grávidos de mim, vieram “fugidos” para Planaltina de Goiás. Contudo, vamos começar falando sobre minha mãe: ela veio de uma família muito pobre da periferia de São Bernardo e, sendo filha de um pai machista e nordestino, teve que procurar meios para sobreviver. Começou a trabalhar aos 11 anos e sempre teve apoio das minhas avó e bisavó para terminar os estudos. Porém, essa garota sempre quis alçar voos maiores e, com o apoio de uma associação de empresários da cidade, fez Direito em umas das faculdades mais prestigiadas de São Paulo. Sempre se destacando e conseguindo boas oportunidades, foi a primeira analista negra na Indústria Glasurit do Brasil. Quando concluiu a faculdade, trabalhou na Defensoria Pública de São Bernardo do Campo.

Já meu pai teve um caminho um pouco diferente, não teve apoio da família para os estudos, meus avós sempre priorizaram ganhar dinheiro, e não o conhecimento. Ele sempre trabalhou e ajudava a família, sempre foi uma pessoa muito solícita em todos os aspectos, e só conseguiu realizar o sonho de fazer faculdade depois de “velho”. Já tinha passado no concurso público para Policial Militar do Distrito Federal e, depois de ter filhos e de inúmeros casamentos (essa é outra história), fez faculdade de História da Universidade Estadual de Goiás, pois era importante ter o diploma de uma universidade pública.

Meus pais tiveram a coragem de sair do “conforto” das suas casas e vir para a desconhecida Brasília, que na verdade era Planaltina de Goiás, com apenas 40 reais no bolso e a esperança de um futuro melhor para aquela garotinha que estava na barriga. Eles trabalharam e estudaram muito para conseguir repassar a mim os valores que nenhum dinheiro pode dar. Sempre acreditaram em nós – eu e minhas irmãs –, sempre nos incentivaram a estudar, não para sermos melhores que ninguém, mas para sermos nossa melhor versão.

Escola, acolhimento, diversão e apoio familiar

Minha avó materna, carinhosamente chamada de vó Dinha, conta que morávamos perto de uma escolinha e eu sempre ficava no portão no horário em que as crianças entravam na escola. Minha mãe, então, achou importante para meu desenvolvimento conviver com outras crianças, já que eu convivia com muitos adultos, e me matriculou na escola. Eu me lembro da sensação de acolhimento, de diversão... A escola sempre foi sinônimo disso para mim.

Depois disso, estudei, ainda pequena, em uma escola muito conteudista, mas na qual desenvolvi minhas potencialidades; tive aulas de teatro, de música, de línguas. O Centro Educacional Delta me preparou para o objetivo da minha vida naquele momento, entrar na UnB. Passei em algumas seleções e, quando decidi assumir a vaga para Engenharia Química, os profissionais dessa escola me deram todo o apoio possível.

Mesmo que algumas pessoas, principalmente meus colegas de escola, dissessem que não era justo que eu concorresse pelo sistema de cotas, concorri, não por mim, mas para afirmar que nosso sistema educacional é injusto e que sou um ponto fora da curva, pois tive o privilégio de estudar em escola particular porque meus pais abriram mão de muitas coisas para que eu pudesse usufruir disso.

Minha família, principalmente minha mãe e minha avó, sempre criou um ambiente o melhor possível para que eu pudesse estudar. Além disso, fiz cursinho preparatório e de línguas e não precisei trabalhar para me sustentar, me dedicando integralmente aos estudos. Hoje entendo que isso é um privilégio.

Finalmente, lá estava eu, Vitória Carolina, na UnB

Cheguei na tão sonhada UnB. Com meus 17 anos estava no curso de Engenharia Química. Ingressei pelo sistema de cotas, que, ao contrário do que muitas pessoas acham, não é o caminho mais fácil. Tive que cumprir todos os requisitos seguidos por meus concorrentes do sistema universal, apenas concorri com menos pessoas. Na minha época, se fazia uma entrevista para verificar se você poderia concorrer ou não no sistema de cotas. Lembro que eu fiquei superassustada, pois tive que assinar um documento atestando que, se não fosse negra, estaria cometendo um crime de falsidade ideológica e que poderia pagar multa e ficar presa por quatro anos. Isso realmente me espantou.

A Engenharia Química foi um amor passageiro, descobrimos que não nascemos uma para a outra, então, decidimos terminar nosso relacionamento. Foi quando resolvi fazer a transferência interna para Engenharia Mecânica. Nunca sofri preconceito por ser negra, mas percebi ao meu redor a falta de negros e principalmente de mulheres negras no meu círculo de amigos. Ainda existe essa mentalidade de que Engenharia é um curso difícil (e é mesmo!) e de que, nós, negros, não somos capazes, o que está muito errado. Temos que provar mais vezes que somos competentes e que merecemos estar lá. Sinto muita falta de referências femininas e negras na minha formação, e sei que o trabalho dessas pessoas é espetacular. O mundo acadêmico precisa

aprender muito e se solidarizar com as pessoas negras, entender que as oportunidades não são as mesmas e que, mesmo que no final todos se formem, alguns sofrem cobranças que outros não sofrem. Alguns de meus colegas precisam trabalhar porque senão não comem, mas seriam excelentes pesquisadores se pudessem dedicar mais tempo à Universidade. Cadê as bolsas de pesquisas? Será que isso não deveria ser levado em conta na entrevista?

Fiz uma pós-graduação na Universidade Cruzeiro do Sul, em Engenharia de Segurança do Trabalho, para complementar minha graduação, pois nos envolvemos muito com projetos e sempre faltou uma formação humana mais aprofundada. No meu trabalho como engenheira mecânica, consigo conciliar a parte teórica do curso e as ferramentas que ela me trouxe, relativas a liderança, resolução de problemas, estabelecimento de confiança, entre outras.

O estudo sempre fez parte da minha vida, não apenas para me profissionalizar, mas também por ser algo que mantém minha mente ativa. Terminei o mestrado em Ciências Mecânicas na UnB (Duarte, 2022) e utilizei, na pesquisa, inferência bayesiana (um método de estatística) para estimar parâmetros de uma viga por meio de uma resposta dinâmica. Já tenho um artigo publicado e pretendo publicar outros. Esse trabalho é o pontapé inicial da minha vida acadêmica, que pelo visto não para. Gosto sempre de salientar que fui a primeira da minha família a me formar numa universidade pública, assim como a primeira a ter mestrado. Isso só foi possível devido ao apoio das mulheres incríveis que me criaram.

Como eu disse, nunca paro de estudar. Então, agora faço doutorado no mesmo Programa em que finalizei o mestrado. Continuo a pesquisa, mas com outra abordagem. Além disso, estou fazendo um curso técnico em mecânica, uma exigência do meu trabalho. Ou seja, me atualizar sempre será meu foco. Entre trabalho, pesquisa e muito estudo, começarei a ministrar aulas em uma pós-graduação em Patologias em Edificações. Espero que seja uma experiência interessante, o pontapé inicial na minha vida de professora.

Entrei no doutorado em Engenharia Mecânica para seguir com minha pesquisa, mas quero fazer a diferença. Quero ser exemplo para as pessoas ao meu redor, mostrar que, com muito trabalho e dedicação, você pode, sim, ser o que quiser.

Referências

DUARTE, Vitória Carolina Silva. *Estimação de parâmetros de sistemas dinâmicos contínuos usando Inferência Bayesiana*. 2022. Dissertação (Mestrado em Engenharia Mecânica) – Faculdade de Tecnologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2022.



O empoderamento para contribuir com a comunidade quilombola e a região

Maria Lúcia Martins Gudinho

Origens: comunidade quilombola

Meu nome é Maria Lúcia Martins Gudinho, conhecida como Malu, tenho 36 anos, nasci na Fazenda Indaiá, no município de Cavalcante-GO, sou a quinta filha, dentre sete, de Valmira Torquato dos Santos e de João Martins Gudinho. Atualmente moro na cidade de Cavalcante.

A família da minha mãe morava na Fazenda Araras. Segundo minha avó, sua família era descendente de famílias quilombolas Kalunga da região do Vão de Almas, mas ela já nasceu na região do Capão Seco, hoje conhecida como Povoado São José. A família do meu pai morava na Fazenda Indaiá. Segundo minha mãe e parentes mais velhos, a família do meu pai era da região do Vão do Moleque, também reconhecida hoje como Comunidade Quilombola Kalunga.

A cultura da minha família era a mesma cultivada pelos meus avós paternos, Roberta de Torres e Antônio Gudinho, e meus avós maternos, Hortêncio Torquato dos Santos e Lúcia Alves Borges. Meus avós não tiveram oportunidade de estudar, minha mãe estudou até a quarta série do ensino fundamental e teve que parar porque não tinha escola perto de casa e os pais não a deixavam sair para estudar. Além disso, as opções culturais a que tinham acesso na época permanecem as mesmas até hoje: as folias de Santos Reis, São José e São Sebastião. A folia de São Sebastião ficou 20 anos sem girar, mas as rezas continuaram e permanecem até hoje.

Meus avós e meus pais sempre moraram no campo e trabalharam na roça, nunca tiveram renda que não fosse da força de seus trabalhos. Eles produziam arroz, feijão, mandioca, muitas frutas, cana-de-açúcar, faziam rapadura, mel, tijolo, pinga, caçavam e pescavam, criavam animais, galinha, gado, porcos, tudo isso para o sustento da família, mas às vezes era preciso vender alguns produtos. Minha avó materna tecia o algodão e fazia cobertas, redes e roupas para a família toda.

Quando precisavam comprar roupas diferentes, vasilhas, remédios e outros produtos que não produziam ou fabricavam, tinham que ir até a cidade de Cavalcante ou ao município de Minaçu e levavam alguns produtos feitos por eles, como a rapadura, o tijolo, a farinha, cobertas de algodão, transportados de cavalo numa carga (composta por cangalha e bruaca¹). A viagem durava em torno de dois a três dias, e na maioria das vezes os produtos eram trocados por mercadorias que eles não produziam.

Nosso lazer, com meus irmãos e primos, era tomar banho de rio, brincar de roda, fazer fogueiras, assar batatas, bananas, mandiocas, ouvir as histórias que os adultos contavam para nós em volta da fogueira... era muito bom.

Meu pai era alcoólatra e isso era muito ruim para a nossa família. Ele fazia minha mãe passar muita vergonha quando saíamos, às vezes viajava para comprar as coisas para casa, lá começava a beber e demorava a voltar. Minha mãe viveu muitos anos nessa situação, até que um dia se cansou de viver desse jeito e, em meados de 1992 para 1993, se separou do meu pai.

Ela foi muito corajosa, pois nós não tínhamos lugar para morar. Minha mãe foi para a casa da minha avó, levando meus quatro irmãos e eu e deixando os dois mais velhos com o meu pai. Foi uma opção destes, pois trabalhavam na roça e, se fossem conosco, não teriam onde fazer a roça para plantar. Vendo essa situação, um tio da minha mãe cedeu um pequeno terreno na Fazenda Araras para que ela construísse uma casa, fizeram um mutirão para tanto e, nesse terreno, conseguimos plantar nossos alimentos. Mas, para comprar outras coisas, minha mãe tinha que trabalhar para os outros, lavando roupas, ou na roça mesmo, ajudando na plantação ou na colheita. O pagamento era algumas barras de sabão, litros de arroz, litros de óleo etc. Às vezes só tínhamos arroz para comer e fazíamos uma mistura de olho de embaúba ou umbigo de banana, mas ela nunca deixou a gente passar fome.

Eu e mais dois irmãos estudávamos em uma escola perto da nossa casa, a qual frequentei até a terceira série do ensino fundamental. Após um tempo, minha mãe começou a namorar um homem chamado Onorino, se juntou com ele e foi morar na Fazenda Cana Brava, onde os pais dele tinham terra. Naquela região não tinha escola e havia muitas crianças em idade escolar. Na época, não se exigia muita formação para ser professor, até porque a maioria das pessoas da região não tinham a oportunidade de estudar. O prefeito, que era conhecido da minha mãe, arrumou um emprego de professora para ela.

Quando foi receber o pagamento na cidade, na volta, sofreu um acidente, quebrando uma perna. Minha mãe foi, então, levada de volta para a cidade. Ela estava com o meu irmão mais novo nos braços, na época com seis meses, mas graças a Deus não aconteceu nada com ele. Teve que ficar internada por seis meses no Hospital de Base em Brasília; meu irmãozinho ficou com a tia dele por parte de pai e minhas duas irmãs mais novas e eu ficamos com a minha avó. Ficamos sem estudar nesse período, pois não tinha escola perto da casa. Foi um período muito complicado para nós, eu chorava muito, achava que minha

¹ Cangalha: artefato de madeira ou ferro, geralmente acolchoado, que se apõe ao lombo das cavalgaduras para pendurar carga de ambos os lados. Bruaca: sacos ou malas rústicas de couro cru usada para transportar objetos, víveres e mercadorias sobre cada lado de bestas e/ou cavalos.

mãe fosse morrer. Além disso, tinha que cuidar das minhas irmãs mais novas e me tornei responsável muito cedo, tinha que cuidar de mim e delas e tinha apenas uns oito anos.

Nesse período meus irmãos mais velhos levavam as coisas para nós e ajudavam na alimentação. Aos poucos minha mãe foi se recuperando, voltou a andar e continuou trabalhando. Em 1998, por necessidade de estudar, vim morar na cidade, na casa de uma família conhecida da minha mãe, a Mazinha e o Euclides. Nós não tínhamos casa na cidade e nem condições de pagar um aluguel. Morei com essa família durante dois anos e concluí a primeira fase no ensino fundamental. Eles me ajudaram muito, me ajudavam nas tarefas e davam todo o apoio que eu precisava para estudar.

Em Brasília

Fui morar em Brasília em julho de 2000, onde comecei a trabalhar como doméstica. Tive dificuldade em arrumar emprego, pois eu era muito magra e pequena e acho que pensavam que eu não daria conta do serviço. Morava com a família de uma mulher que era daqui de Cavalcante. Eu não a conhecia, mas conhecia seus familiares.

Minha prioridade sempre foi estudar, mesmo com todas as dificuldades encontradas: o cansaço após trabalhar, a distância da família, a dificuldade de entender os conteúdos, dentre outros empecilhos. A dona da casa, Cida, que virou minha amiga, me ajudou muito também, me incentivava a estudar e até pagava cursos para mim.

Em 2003, quando já estava cursando o ensino médio, fui morar com dois irmãos em Taguatinga-DF. Procurei emprego nas lojas próximas de casa e não conseguia, então consegui um, como babá, que pagava muito bem. Nesse eu ia e voltava todos os dias, de segunda a sexta-feira. Estava indo tudo bem, mas, como eu queria crescer profissionalmente, comecei a procurar estágio no Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e no Centro Integrado Escola-Empresa (Ciee). Consegui uma bolsa no IEL para trabalhar em uma loja de autopeças como auxiliar de escritório. Meu sonho estava começando a ser realizado, pois eu tinha vontade de ser administradora de empresas e vi ali a oportunidade de trilhar novos caminhos. Assim, mesmo ganhando a metade do salário que recebia como babá, resolvi sair daquele emprego e estagiar.

Como o valor da bolsa era baixo, continuei procurando por outro estágio. Fiz cadastro no Ciee e consegui uma vaga para estagiar no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª região. Lá estagiei por um ano e quatro meses, fiz cursos profissionalizantes e, depois que terminei o ensino médio, trabalhei durante cinco meses como secretária em uma loja de plantas e jardinagem, mas o chefe era muito chato e eu não quis ficar mais.

Finalmente, lá estava eu, Malu, na UnB

Quando estava cursando o ensino médio, cheguei a fazer a primeira etapa do PAS, mas não fui muito bem na pontuação e não fiz as outras etapas. Ouvia dizer que a universidade pública, principalmente a UnB, era só para filhinho de papai, e esse foi um dos motivos

pelo qual não fiz a prova do vestibular regular. Eu também não sabia direito das outras opções existentes, achava a UnB muito distante da minha realidade. Além disso, nem eu nem minha família tínhamos condições de pagar uma faculdade particular.

Em 2010 voltei a morar em Cavalcante. Minha tia conseguiu um trabalho para mim na prefeitura e trabalhei por três anos na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto como auxiliar de secretaria. Eu falava que nunca, nunca queria ser professora. Como disse antes, minha mãe era professora e eu via o trabalho que os alunos davam.

Eu trabalhava diretamente com os professores da zona rural e pude entender melhor o contexto daqueles profissionais, as dificuldades que eles enfrentavam para conseguir desenvolver um bom trabalho e senti vontade de fazer faculdade na área da Educação, pois, apesar de tudo, percebia a força de vontade de alguns professores em fazer a diferença.

Foi na Secretaria de Educação que conheci a Sideni. Ela e outros moradores do município cursavam a Licenciatura em Educação do Campo (LedoC) na UnB em Planaltina-DF. Nós ficamos amigas e ela falava muito sobre a faculdade, sobre teatro, artes e eu fiquei curiosa. Falava também sobre os trabalhos que desenvolvia na comunidade, a Inserção Orientada na Comunidade e eu ficava cada vez mais interessada.

Sideni me explicou que a LedoC se tratava de um curso pensado para moradores de comunidades tradicionais e quilombolas, assentamentos e acampamentos da reforma agrária e funcionava em regime de alternância para facilitar o ingresso daquelas pessoas que trabalhavam e não tinham oportunidade de estudar. Disse também que o curso era dividido da seguinte forma: a turma ficava, a cada semestre, de 45 a 60 dias na Universidade e o restante do período permanecia em suas respectivas comunidades.

Em 2011 me inscrevi no vestibular, mas por algum motivo não foi possível fazer a prova. Em 2012 me inscrevi novamente, e dessa vez a prova foi realizada em Cavalcante. Consegui fazer, não achei muito difícil, mas não esperava que passasse. O exame ocorreu no início do mês de junho e não olhei quando saiu o resultado, no início de julho. Um dia, estava na quermesse da igreja católica e veio uma colega me dando parabéns. Eu, surpresa, disse “obrigada, mas por quê?”. Ela respondeu: “seu nome está na lista dos aprovados no vestibular!”. Fiquei muito feliz, é claro, não esperava. Minha família não conhecia o curso, mas sempre me incentivou a estudar e todos ficaram muito felizes com a conquista.

Fiz todo o processo, realizei a matrícula e finalmente lá estava eu, na Universidade de Brasília. Fiz questão de acessar o andar de cima pela rampa; só passava nesse tipo de local quando fazia provas de concurso em algumas universidades particulares. Foi muito emocionante, pois eu seria a primeira pessoa da minha família a ingressar na universidade pública. Minha família estava muito orgulhosa de mim.

Em dezembro do mesmo ano tivemos a primeira etapa, a chamada “etapinha”, uma semana de aula para a turma de 58 alunos, uma turma com muitos jovens, que tinham acabado de concluir o ensino médio. Tivemos as primeiras aulas de explicação do Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso e de esclarecimentos sobre os editais de assistência estudantil,

acerca dos auxílios a que tínhamos direito. Como o curso funciona em alternância, tínhamos direito ao alojamento, pois a maioria dos estudantes morava fora do Distrito Federal.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo era constituído por duas áreas de conhecimento: Linguagens (Língua Portuguesa, Artes e Sociedade, Teatro e Sociedade, Literatura e Espanhol Instrumental) e Ciências da Natureza e Matemática (Química, Física, Biologia e Matemática). Escolhi a área de Linguagens porque tinha a disciplina de Teatro, mas durante o curso gostei mais do Audiovisual.

No final do mês de dezembro fui exonerada, pois exercia cargo comissionado na prefeitura e, como trocou a gestão, também trocaram os comissionados. No entanto, como tinha direito a bolsa permanência, foi possível continuar o curso, pois tinha que pagar a passagem para ir de Cavalcante até Planaltina e comprar os materiais, além de outros gastos.

Ficou difícil conseguir emprego por causa das etapas presenciais. Tive algumas propostas de trabalho, mas nenhum patrão me liberava por 60 dias no semestre. Então, decidi fazer um curso de manicure e pedicure no Instituto Embelleze em Taguatinga-DF, para trabalhar como autônoma e complementar a renda da bolsa permanência. Fiz o curso durante a etapa tempo-comunidade e fiquei na casa de uma amiga no Guará II, a Cida, que fora minha patroa.

No início de 2014 fui contratada pela Secretaria de Educação de Cavalcante para trabalhar em uma escola da zona rural com uma turma de alfabetização do primeiro ao quinto ano. Parei de trabalhar na escola em dezembro de 2015 para participar do Projeto Residência Agrária Jovem – Chamada MCTI/MDA-INCRA/CNPq nº 19/2014 – Fortalecimento da Juventude Rural na ação “Educação do Campo e Juventude Rural: formação profissional e social a partir das matrizes formativas, associativas, cooperativas, artístico-culturais e da comunicação no campo”. Assim, fui bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na modalidade Iniciação Tecnológica e Industrial (ITI) no período de agosto de 2015 a fevereiro de 2017. Eu era da coordenação pedagógica, planejávamos coletivamente as atividades a serem desenvolvidas nos quatro Núcleos Territoriais (NT) que o projeto atendia: o Núcleo Técnico Planaltina; o NT do nordeste goiano; o NT DF Sul; e o NT Kalunga, no qual fui uma das coordenadoras locais.

Em 2014 foi aprovado o Programa Bolsa Permanência, política pública de concessão de auxílio financeiro aos estudantes, sobretudo aos estudantes quilombolas, indígenas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em Instituições Federais de Ensino Superior, que contribui para a permanência e a diplomação dos beneficiados. O valor da bolsa era de 900 reais para estudantes quilombolas. Providenciei a documentação e migrei para a Bolsa Permanência Quilombola. Então, ficou mais tranquilo frequentar a Universidade, porque o valor que recebia dava para comprar o material e ainda sobrava para algumas despesas extras.

A LedoC mudou muito a minha vida e minha visão de mundo, possibilitou identificar os problemas existentes na minha comunidade, no meu município. Na segunda etapa, meus colegas me escolheram para ser coordenadora da turma. Eu era muito tímida, e conduzir o processo de organicidade da classe foi um desafio muito grande e também muito importante

para mim e minha formação. Além disso, participei de todos os setores de trabalhos propostos pela organicidade do curso.

Sempre encarei os desafios que me foram postos com muita garra, os que surgiram durante o curso e na minha vida em geral. A disciplina de Teatro e Sociedade contribuiu muito nesse sentido, pois trabalhamos o Teatro do Oprimido, que me fez perder o medo de me expressar nos diversos espaços de debate e nas relações do dia a dia.

Durante o curso tive oportunidade de participar de vários projetos de extensão coordenados pelos meus professores. Sou integrante do Coletivo Terra em Cena, programa de extensão da FUP-UnB que promove uma ação articulada entre ensino, extensão e pesquisa, no âmbito da linguagem teatral e audiovisual em comunidades de acampamento, assentamento e no território quilombola dos Kalunga.

No primeiro semestre de 2016 participei de um processo seletivo para bolsista da Capes no Projeto Diálogos e Saberes Interculturais Brasil-Suriname, modalidade graduação-sanduíche, entre a Universidade de Brasília e a Universidade Anton de Kom (Suriname). De um total de oito vagas fui selecionada em primeiro lugar. Fiquei muito feliz, porém com medo, pois ainda não tinha viajado para outro país.

O objetivo do projeto de intercâmbio era propor ações de aproximação acadêmica entre as duas instituições em ações de ensino, pesquisa e extensão nas seguintes áreas temáticas: estudo e valorização das especificidades socioculturais e linguísticas de povos indígenas e quilombolas; e difusão do conhecimento da História e Cultura Indígena e Afro-Brasileira, num contexto de cooperação internacional solidária.

Conversei com minha família; minha mãe não queria que eu fosse, mas a convenci, disse que eu teria que aproveitar a oportunidade, pois não sabia se teria outra dessa na vida. Após confirmação da seleção, iniciaram-se os “corres” para arrumar a documentação exigida e fazer um curso básico de inglês. Na primeira etapa, de abril a setembro de 2017, fomos ao Suriname: um colega quilombola do município de Teresina de Goiás, uma estudante indígena do doutorado da UnB e eu.

Fomos os primeiros estudantes do Brasil a realizar um intercâmbio no Suriname e eu fui uma das primeiras intercambistas da Licenciatura em Educação do Campo. Foi um momento histórico para a Faculdade UnB Planaltina, a LedoC, a Universidade Anton de Kom e, principalmente, para mim e minha família.

Ficamos seis meses no Suriname, tínhamos aula de inglês na Universidade, conhecemos algumas comunidades “marrons” (quilombolas). Cheguei a dar aulas de Português para estudantes surinameses e foi uma experiência muito importante para mim, pois possibilitou que eu tivesse um olhar diferente para o meu país ao observar o que os outros falavam sobre ele.

Tive um pouco de dificuldade de adaptação ao país por não saber falar o idioma oficial, o neerlandês (holandês). Consegue-se comunicar bem em inglês, mas o problema é que eu não falava inglês muito bem. No entanto, o grupo que nos recebeu falava e entendia português.

Retornei do Suriname no início de outubro de 2017 e, antes de concluir o curso, me inscrevi no processo seletivo para a especialização em Língua Portuguesa Aplicada ao Ensino Básico (2017/2018), que ocorreria em regime semipresencial na Faculdade

UnB Planaltina. Essa especialização foi pensada, principalmente, para os egressos do curso da LedoC da área de Linguagens. Fui aprovada e tive que terminar o Trabalho de Conclusão de Curso até o início de dezembro de 2017. Estava com planos de adiar um pouco meu TCC, pois tinha uma parte escrita e outra em audiovisual, mas o concluí. Como tive que adiantar meu TCC, precisei fazê-lo em um menor espaço de tempo. Felizmente já havia feito o registro da folia em janeiro de 2017. Seu título é *A folia de São Sebastião no Povoado São José em Cavalcante-GO: uma experiência em Letramentos Múltiplos*. Escolhi trabalhar esse tema para registrar e valorizar essa cultura na região, uma vez que a folia tinha ficado sem girar durante 20 anos e não havia registros dela, nem escrito e nem em audiovisual.

Fiz um documentário e quis investigar se os foliões sabiam sobre a origem da folia, sua importância para os moradores e por que, após 20 anos, haviam decidido resgatar essa cultura. O protagonismo foi dos foliões. Na parte escrita, explico os múltiplos letramentos que se manifestam na folia e, também, reforço a importância de manter a variação linguística. Enfim, é um registro completo dessa cultura. Outro motivo que me levou a fazer o registro audiovisual é que muitas pessoas na minha comunidade não são alfabetizadas e eu queria que eles tivessem acesso ao meu trabalho.

Na especialização, o tema do meu trabalho de conclusão foi: *Uso do gênero documentário na sala de aula*. A proposta foi incentivar os professores a abordar a linguagem audiovisual, então, apresento algumas metodologias para facilitar esse processo e incentivar os estudantes a produzir documentários sobre temas relevantes para eles.

Minha carreira com o diploma da UnB

Concluí a graduação em dezembro de 2017 (Gudinho, 2017) e, em janeiro de 2018, iniciei o curso de especialização, que também ocorreu no sistema de alternância, mas as etapas presenciais aconteceram nos meses de férias escolares e em alguns feriados, o que não atrapalhava no trabalho. Concluí o curso de especialização em Língua Portuguesa Aplicada no ano de 2020 (Gudinho, 2020).

Antes, no ano de 2018, procurei trabalho na Secretaria de Educação, para atuar em um colégio estadual, mas tinha que esperar a seleção, que ia demorar. Gosto de tirar fotos e, durante a graduação e no Projeto Residência Agrária Jovem, pratiquei muito e comprei uma câmera fotográfica semiprofissional e resolvi montar meu próprio negócio. Peguei um recurso emprestado com minha mãe, aluguei um espaço, comprei alguns equipamentos de fotografia e criei a empresa Malu Produções Fotográficas, um pequeno estúdio fotográfico no qual faço ensaios, fotos de aniversários, casamentos e fotos 3x4 e que funciona também como *Lan house*, onde faço serviços de cópia, digitalização, impressão (de fotos, documentos e segunda via de contas), dentre outros, além de vender produtos de beleza – que já vendia antes.

O retorno era pouco para quem estava começando. No início de 2019, meu amigo e presidente da Associação Quilombo Kalunga (AQK), Vilmar Kalunga, formado na LedoC,

estava precisando de auxiliar administrativo e me convidou para trabalhar na AQK, com jornada diária de meio período. Eu aceitei, trabalhava lá de manhã e abria minha loja à tarde. Fiquei até dezembro de 2019 e resolvi sair e me dedicar ao serviço da *Lan house*, pois havia muita demanda e eu não estava conseguindo atender.

No início de 2020, começou a pandemia de covid-19 e, quando aconteceram os primeiros casos na cidade, o prefeito decretou que os comércios fechassem. Foi um momento muito difícil, pois eu, assim como muitos, não tinha outra fonte de renda. Aos poucos o decreto foi sendo flexibilizado e consegui fazer alguns serviços de *Lan house* e foto 3x4. Paulatinamente, as coisas foram melhorando. Também procurava vender produtos de beleza para complementar renda.

Depois, fui convidada por uns colegas que trabalhavam na Rede Pouso Alto Agroecologia, no Projeto Ecoforte do Instituto de Avaliação, para trabalhar mobilizando e coordenando cinco grupos de mulheres nas comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais nos municípios de Teresina e Cavalcante. A tarefa era identificar o que as mulheres produziam – se eram artesãs, extrativistas etc. – e quais dificuldades enfrentavam para comercializar seus produtos, além de fazer os relatórios mensais das atividades, dentre outras atribuições. O projeto se encerrou em dezembro de 2020. Quando começou a campanha eleitoral para prefeito e vereadores do município de Cavalcante, eu apoiava um candidato, de cuja equipe de comunicação passei a fazer parte, atendendo a todas as demandas relativas à campanha eleitoral.

Hoje atuo na assessoria da Prefeitura de Cavalcante e pretendo, futuramente, fazer mestrado em Linguística. No momento, tenho projetos pessoais e quero me qualificar mais na área de fotografia. Estou fazendo curso de inglês e quero estar bem capacitada para o momento em que tiver novas oportunidades de trabalho.

Posso afirmar que a Licenciatura em Educação do Campo da FUP-UnB, que concluí em dezembro de 2017, mudou completamente minha vida, me deu a oportunidade de ir além da formação em sala de aula, por meio de intercâmbio internacional, e pude contribuir com minha comunidade, com a região em que moro, me inserindo como membro das associações locais e contribuindo na organização e tomada de decisões.

Referências

GUDINHO, Maria Lúcia Martins. *A folia de São Sebastião no Povoado São José em Cavalcante-Goiás: uma experiência em letramentos múltiplos*. 2017. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação do Campo) – Universidade de Brasília, Planaltina-DF, 2017.

GUDINHO, Maria de Lúcia Martins. *A exibição do documentário na sala de aula*. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Língua Portuguesa Aplicada ao Ensino Básico) – Universidade de Brasília, Planaltina-DF, 2020.





A large, thick yellow graphic element consisting of two intersecting diagonal lines that form an 'X' shape, crossing in the center of the page. The lines extend from the corners towards the center.

Parte 3

Celebrar as vitórias e avançar



À guisa de conclusão: 60 anos da UnB, 19 anos da política de ações afirmativas na UnB

Dione Oliveira Moura
Deborah Silva Santos

A Universidade de Brasília celebra seus 60 anos em 2022 com diversas conquistas, algumas históricas, como foi, no ano de 2003, a instauração da política de ação afirmativa para jovens negras e negros e para jovens indígenas. Em 2022, a UnB completa 60 anos e, em 2023, a política de ações afirmativas da UnB completará 20 anos. Duas histórias eminentemente inter-relacionadas, com muitas conquistas e, ainda, com desafios a superar.

Os depoimentos das mulheres negras amefricanas que trouxemos na nossa coletânea no marco dos 60 anos da UnB, registradas na parte II, “Nós, mulheres negras amefricanas, na construção da história da UnB”, demonstram o lugar das ações afirmativas na vida – identidade, carreira, trajetória e consciência histórica – de cada uma das mulheres negras (Mulheres Negras/Rosas Negras – amefricanas, como disse/diria Lélia Gonzalez), que aqui trouxeram riquíssimos depoimentos, plenamente inseridos na sócio-história, com todo o desafio de desenhar um cenário no qual também estamos inseridas como seres sociais (Buton, 2009). Pois bem, vejamos como dialogam, nesse retrato sócio-histórico, os depoimentos das mulheres negras amefricanas da UnB quanto aos temas identidade, trajetória acadêmica e carreira profissional e, por fim, consciência histórica – tópicos que estavam sinalizados no roteiro dos textos-convite que as autoras receberam.

Amefricanidades

Neuza Sousa (1990) nos alerta que nos tornamos negras e negros inseridos em um processo histórico de construção de identidade. A autora traz, sobretudo, uma obra inovadora, por colocar em diálogo a psicanálise e a vivência do racismo. Na dissertação de mestrado intitulada *Memória e identidade em filmes de cineastas negros brasileiros* (Moura, 1991),

esse fenômeno de construção identitária também é localizado, nesse caso, por meio da memória. E foi exatamente o processo de memória que acionamos ao convidar nossas 21 autoras a escreverem estes textos, solicitando que nos narrassem desde as origens familiares e a escolarização como crianças negras (Pinto, 1987; Gusmão, 1997; Alves, 2014) até o ensino superior, perpassando pela importância das educadoras negras em suas vidas (Roberto, 2014).

E, nesse narrar, surge a construção da identidade de nossas autoras como mulheres negras em relatos carregados de amefricanidade (Gonzalez, 1988), como vemos, por exemplo, no seguinte trecho de Dalila Torres, doutoranda em Ciências Sociais, autora do capítulo “Cotas para negros despertam a consciência para os problemas sociais relacionados a raça e cor” da nossa coletânea:

Em termos raciais, sempre fui a única negra, pois a família de minha mãe é de origem italiana, com mistura com caboclos, e se reconhece como branca. Inclusive já ouvi diversos relatos de comportamentos racistas e preconceituosos de membros da família. Minha bisavó disse à minha mãe que ela não era mais sua neta pois namorava com um negro, meu pai, por exemplo. Nesse sentido, nunca tive problemas com minha autoidentificação como pessoa negra, mesmo tendo tido consciência de que minha pele seria clara demais para algumas pessoas, anos depois. Mesmo assim, minha mãe/avó conta que eu, quando bem pequena, pedia para tomar banho pois estava suja, pela cor da minha pele. Só deixei de ser a única negra da família quando um tio/avô adotou uma menina negra e depois, quando eu ia fazer 15 anos, minha irmã caçula nasceu, também negra. Nunca tive muito contato com meu pai biológico ou minha família do lado paterno. Hoje isso vem mudando (Grifos nossos).

Essas construções identitárias envolvem autodefinição e autodeterminação e significam muito na nossa existência de mulheres negras amefricanas, como traz a graduada em Biblioteconomia e mestra em Sociologia Keila dos Santos, autora do capítulo “Transcender como negra a cada dia” da nossa coletânea:

As identidades significativas que apresentam minhas potencialidades de autodefinição e autodeterminação perpassam pela minha condição de mulher negra, nascida em 30 de agosto de 1985 no seio de uma família empobrecida na região oeste da Bahia, localizada no Médio São Francisco. Sou filha de mãe solo, na época marcada como “mãe solo” (Grifos nossos).

Trajetória acadêmica e carreira profissional

Nos relatos, percebemos que o lugar da escola/da universidade, do ambiente acadêmico, ecoa o papel desse espaço no processo de socialização (Dubar, 1999), de uma perspectiva mais ampla, e, sobretudo, de forma mais específica, ressoa os estudos sobre o processo de socialização das mulheres negras, o qual passa também muitas vezes pela militância e, ainda, tem particularidades no ambiente escolar no contexto brasileiro (Silva, 2016),

a exemplo do que traz a mestra em Relações Étnico-Raciais e educadora social Aline Pereira da Costa, autora do capítulo “O papel histórico da primeira turma de cotas raciais na UnB”:

Em maio de 2010, ingressei na carreira pública de assistência social, no cargo de educadora social, para atuar com abordagem social junto à população de rua no Distrito Federal. Um imenso desafio, recheado de grandes aprendizados. *Nos anos que se seguiram, desenvolvi minha atuação profissional juntamente com a acadêmica.* Me tornei especialista em adolescência e juventude pela Universidade Católica de Brasília, com um Trabalho de Conclusão de Curso sobre o extermínio da juventude negra, um estudo totalmente relacionado com *minha práxis militante*, a partir do meu envolvimento na rearticulação da Pastoral da Juventude de Brasília em 2011 e 2012 e, em seguida, de minha participação no Fórum de Juventude Negra do Distrito Federal até o ano de 2015 e também no Movimento Negro Unificado (MNU) até os dias atuais (Grifos nossos).

Também na rotina de escolarização, incluindo a universidade, surge o entrelaçar das histórias individuais e dos processos sociais de carreira e trajetória, como relata a graduanda em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda Anna Caroline Costa Silva, autora do capítulo “E agora sou eu que vivo esta história!”:

Hoje valorizo demais tanto a Universidade quanto a Faculdade de Comunicação, pois são lugares com pessoas excelentes, que me proporcionaram uma experiência que nunca imaginei que pudesse ter, com conhecimentos acessíveis, apesar das lutas e quedas. *E eu sempre vou me emocionar com esse momento, em saber que eu, uma mulher negra, com pais negros, consegui chegar onde estou e reconhecer isso; em ver do que sou capaz, me orgulhar do meu esforço tanto de estudar quanto de me levantar de madrugada para pegar o ônibus e conseguir frequentar o lugar com que sempre sonhei, a partir do qual hoje produzo conhecimento (Silva; Marra; Lopes, 2022), e que só via pela televisão. Agora sou eu quem está vivendo essa história* (Grifos nossos).

Essas rotinas de construção educacional passam pelas políticas públicas e pela persistência das famílias negras no incentivo e apoio de seus membros, como relata a autora graduada em Audiovisual e mestranda em Comunicação Letícia Bispo, autora do capítulo “A importância do sistema de cotas para negros na minha trajetória”:

Minha família, como tantas de Brasília, é de origem nordestina – do Maranhão e do Piauí –, pobre e majoritariamente negra. São muitas as histórias que têm em comum a busca por uma vida com oportunidades para as gerações seguintes. *Minha avó, Maria das Dores Moraes da Silva, foi o meu maior exemplo. Gostava de ler desde criança, foi incentivada pelos pais. Em Brasília, era mãe solo de quatro filhas quando concluiu a graduação em Pedagogia e se tornou professora. Acredito que a integridade e a persistência de minha avó abriram os caminhos para todas as outras mulheres negras da família: para suas irmãs mais jovens, para as filhas e para as netas* (Grifos nossos).

O mesmo vemos na tônica de outra autora de nossa coletânea, a licenciada em Ciências Naturais e educadora Michele Duarte da Silva, no capítulo “O empoderamento a partir do ingresso na Universidade como cotista racial”:

Com o sonho de fazer uma faculdade e ser uma profissional mais qualificada, [minha mãe] decidiu voltar a estudar. No ano de 2017, concluiu o ensino médio. Ela cursou o supletivo em uma escola pública, perto da nossa casa, à noite. Com todos os desafios e enfrentando a vontade de desistir, conseguiu se formar sem ser reprovada em nenhuma etapa. Ela passou mais tempo na escola que meu pai, pois tinha parado de estudar no primeiro ano do ensino médio. No ano em que escrevo este relato para o livro, 2021, conseguiu ingressar em uma instituição de ensino superior, e hoje cursa o segundo semestre do curso de Estética e Cosmética. É a única das irmãs que já finalizou o ensino médio e que frequenta o nível superior. Minha mãe é um orgulho para nossa família, sua história de superação nos engrandece. Ela é um exemplo para outras mulheres que precisaram primeiro trabalhar para levar o sustento para suas casas e agora, com os filhos e filhas criados, estão correndo atrás de uma melhor qualificação acadêmica (Grifos nossos).

É peculiar perceber a amplitude da trajetória acadêmica e da carreira profissional em conexão com o entorno e o contexto social, como no depoimento de uma das autoras da coletânea, a licenciada em Educação do Campo e especialista em Língua Portuguesa Aplicada Maria Lúcia Martins Gudinho, no capítulo “O empoderamento para contribuir com a comunidade quilombola e a região”, no qual reflete sobre o impacto de sua profissionalização na comunidade quilombola em que atua:

Posso afirmar que a *Licenciatura em Educação do Campo da FUP-UnB, que concluí em dezembro de 2017, mudou completamente minha vida, me deu a oportunidade de ir além da formação em sala de aula, por meio de intercâmbio internacional, e pude contribuir com minha comunidade, com a região em que moro, me inserindo como membro das associações locais e contribuindo na organização e tomada de decisões* (Grifos nossos).

Consciência histórica

Nossas autoras ecoam o pressuposto “nossos passos vêm de longe” – fundamental na perspectiva do feminismo negro –, que representa a ancestralidade familiar e sócio-histórica, como vemos em diversos depoimentos das autoras de nossa coletânea, como no da graduada de Biotecnologia Deborah Duarte, no capítulo “Isso é por eu ser uma mulher preta?”:

Eu sou a terceira filha de um casal birracial, sendo meu pai – Paulo Roberto – um homem branco e de família de classe média, nascido no Rio de Janeiro, e minha mãe – Lucimara Aparecida – uma mulher preta e de família pobre, nascida em São Paulo. Aos 20 anos meu pai se mudou para São Paulo, onde arrumou um emprego como segurança de shopping, e conheceu minha mãe,

que morava na mesma rua que ele. Minha mãe, por sua vez, já trabalhava desde seus 11 anos de idade como office girl, chegando a se tornar a primeira analista preta da empresa. *Ela não pôde fazer ensino médio regularmente, por conta do trabalho, e então fez um supletivo e um curso técnico em Contabilidade. Posteriormente, se formou em Direito pela Faculdade de Direito São Bernardo do Campo, sendo a primeira da família a se graduar no ensino superior* (Grifos nossos).

E esse vir de longe – “dos passos que vêm de longe” – espelha-se, em muitos dos textos da nossa coletânea, nas referências à ancestralidade (nossas avós e avôs, nossas mães e pais, nossas tias e tios – como os relatos citados anteriormente e a seguir – e nossas professoras – como os relatos que citaremos adiante). Essa ideia de ancestralidade está muito presente também no relato da autora advogada popular e mestranda em Direito Camila Martins, no capítulo “Uma revoada em curso”:

Nos passos para adiante espero aprender cada vez mais com o povo negro, com as mulheres negras, no campo, na cidade, na universidade, no trabalho, nessa estrada, que, espero, seja longa e de fortalecimento das lutas afrocen-tradas (Grifos nossos).

Sabe-se que é do movimento das mulheres negras e do movimento negro o nascedouro das legislações que trataram da inclusão da pauta racial no cenário nacional, a exemplo da Lei nº 10.639/2003, do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) e da Lei de Cotas Raciais (Lei nº 12.711, 2012). O movimento negro estudantil, também no caso da UnB, esteve muito presente no processo de consciência histórica das autoras da nossa coletânea, como traz a graduada em Letras e mestra e doutora em Literatura Andressa Marques da Silva, autora do capítulo “Alegria da experiência como cotista negra”:

Em 2003, quando eu cursava o terceiro ano, meu professor de Filosofia promoveu um debate sobre cotas raciais após minha sugestão. Naquela ocasião, estudei e fui a parte defensora do tema. Aquele momento me fortaleceu sobremaneira e pude compreender meus direitos e me inscrever para o primeiro vestibular da UnB com cotas raciais muito ciente do que estava por trás daquela grande oportunidade. Quando fui me inscrever para o vestibular em 2004, o que ainda era feito presencialmente, conversei com um jovem casal que ali estava divulgando as cotas raciais aos candidatos. *Eles eram do EnegreSer, grupo que lutou para que as cotas fossem implementadas e que depois se tornou parte da minha história na graduação* (Grifos nossos).

Também o movimento negro estudantil, por meio do EnegreSer, surge matizando o processo de construção da consciência histórica de outra autora da nossa coletânea, a jornalista, analista ambiental e doutoranda em Comunicação Aida Feitosa, no capítulo “Vinte anos do EnegreSer: aprender e fazer História com o movimento negro”:

Se hoje consegui me tornar analista ambiental concursada do Ministério do Meio Ambiente, mestra em Comunicação pela UnB e doutoranda em

Comunicação e Cultura na Universidade do Rio de Janeiro foi graças à minha graduação na UnB. *E se consegui concluir minha graduação foi graças às trocas, às ações e aos movimentos gerados com a criação do EnegreSer.* Meus avós paternos e maternos e grande parte dos meus tios e das minhas tias não foram alfabetizados na língua portuguesa. Meu pai e minha mãe, ao migrarem do interior de Goiás e do Pará para Goiânia, nos anos 1970, deram um salto e concluíram o ensino superior em Engenharia e Contabilidade, respectivamente. Durante meus anos de formação, a educação escolar sempre foi valorizada e incentivada como uma grande prioridade. Em 2023, quando concluir o doutorado, serei a primeira pessoa com esse título em toda a família ampliada, tanto do lado de minha mãe como do lado de meu pai (Grifos nossos).

Prolonga-se um pensar-se mergulhado na historicidade, a qual vê no próprio sistema de cotas para negros da UnB uma força e valor social que bem demarcam o horizonte de 60 anos da Universidade, como traz o relato da designer, cineasta e mestrandia Flora Egécia, no capítulo “Na UnB, aprendemos a nos posicionar politicamente para as lutas sociais”:

Em 2021 me inscrevi, também pelo sistema de cotas, no processo seletivo do mestrado em Design na UnB (PPGDesign). [...] *Vida longa à Universidade de Brasília, espaço que, positivamente, marcou e marca a minha vida e a de muitos/as outros/as jovens negros/as no Brasil* (Grifos nossos).

A técnica de som direto, graduada em Audiovisual e graduanda em Direito, Juciele Fonseca, autora do capítulo “A primeira da família a ingressar no ensino superior” da nossa coletânea, também traz a potência do espaço da formação universitária:

Considero que habitar a UnB, *esse microcosmo cultural e intelectual situado no meio da capital do Brasil*, foi um dos maiores presentes que eu poderia ter recebido e possibilitou minha inserção no mercado cinematográfico brasileiro como técnica de som direto. Apesar de hoje estar cursando o segundo semestre do curso de Direito na Universidade de São Paulo, a UnB segue sendo o espaço onde aprendi a me comunicar academicamente, a compreender questões que vão muito além das minhas experiências pessoais e a enxergar que, como mulher, negra e pobre, também posso contribuir, por meio do encontro com outras mulheres negras e periféricas, na pluralização desses espaços que por tanto tempo nos foram negados (Grifos nossos).

Outro aspecto a ser destacado é a importância do fundamental tripé ensino/pesquisa/extensão, base histórica das universidades públicas, na trajetória dessas estudantes, como relatado pela autora graduada em Pedagogia e professora Julian Esttefane Reis no capítulo “Explorar o tudo o que a UnB pode oferecer”:

Ao descobrir o mundo da Universidade de Brasília, me aventurei a explorar tudo o que a UnB podia me oferecer. Transitei por seu tripé de pesquisa, ensino e extensão, usei buscar conhecimento em diversas faculdades, institutos e departamentos fora do meu curso de origem, participei de diversas

atividades universitárias ofertadas pelos decanatos e, ao fazer estágio não obrigatório na reitoria, consolidei minhas experiências ao entender o funcionamento interno da Universidade, uma fundação de personalidade jurídica própria (Grifos nossos).

A UnB, que há 60 anos é espaço de formação, e ainda hoje multiplica-se e expande-se, promoveu a pós-graduação de várias das autoras da coletânea, como também é o caso da engenheira mecânica, mestra em Engenharia Mecânica e doutoranda Vitória Carolina Duarte, que relata sua experiência no capítulo “Nós, negros e negras, somos capazes e merecemos estar na UnB”:

O estudo sempre fez parte da minha vida, não apenas para me profissionalizar, mas também por ser algo que mantém minha mente ativa. Terminei o mestrado em Ciências Mecânicas na UnB (Duarte, 2022) e utilizei, na pesquisa, inferência bayesiana (um método de estatística) para estimar parâmetros de uma viga por meio de uma resposta dinâmica. Já tenho um artigo publicado e pretendo publicar outros. Esse trabalho é o pontapé inicial da minha vida acadêmica, que pelo visto não para. *Gosto sempre de salientar que fui a primeira da minha família a me formar numa universidade pública, assim como a primeira a ter mestrado. Isso só foi possível devido ao apoio das mulheres incríveis que me criaram* (Grifos nossos).

Iara dos Santos, jornalista autora do capítulo “O sistema de cotas para negros é sim um direito”, fala de uma UnB que de sonho torna-se realidade:

Por fim, lá estava eu na UnB, *aquele lugar com que sempre sonhei, mesmo sem saber direito disso durante o ensino médio*. Vir de família humilde, formada por pessoas que nunca estiveram nesse espaço antes, fazia com que a Universidade fosse um ideal distante, pois eu não sabia como chegar até lá, só sabia que queria (Grifos nossos).

Nosso papel histórico do coletivo de professoras negras da UnB na agenda antirracista também aparece nos relatos da presente coletânea, a exemplo do capítulo “O papel das professoras negras e antirracistas para a inclusão das cotistas negras”, de Kátia Silene Souza de Brito, mestranda em Museologia:

Foi por intermédio de professoras negras e antirracistas, dos projetos de extensão e iniciação científica, de seminários, cursos, debates, discussões, encontros, congressos e exposições que pude perceber o quanto era importante me manter firme na conclusão da graduação na UnB (Grifos nossos).

A ele se soma também o papel de nós professoras negras da UnB no marco dos 60 anos da Universidade, como pontua Maria Antônia Perdigão, jornalista e mestranda em Comunicação, no capítulo “Ocupar um espaço que pertence ao povo negro”:

As cotas têm sido fundamentais para transformar a realidade da população negra. Não tive professores negros durante minha graduação. *Estar no mestrado do PPG/FAC da UnB e ter a oportunidade de ser orientada por uma professora negra é muito representativo.* É dizer, sem mencionar sequer uma palavra, que esse espaço branco e patriarcal também é nosso. É mostrar para as futuras gerações que a senzala, a cozinha, ou qualquer outro lugar de subalternidade que a histórica marginalização social nos impõe, já não nos cabe mais (Grifos nossos).

A autora Elen Cristina Ramos, licenciada em Ciências Sociais e mestranda, no capítulo “É desta terra fértil que nasce e floresce muito do que sou e que faço”, também pontua: “concluí minha graduação tendo como tema do Trabalho de Conclusão de Curso uma intelectual negra, Lélia de Almeida Gonzalez, amparada por uma outra intelectual negra”.

O apoio de professoras negras e professores negros também está registrado no relato da autora Hallana Costa, jornalista e mestranda, no capítulo “Nossas vidas importam”:

Em meio aos percalços da vida acadêmica, fui seguindo, às vezes devagar, quase parando, outras vezes, correndo sem parar. Tive vários momentos de desesperança e quis abandonar o curso, mas consegui chegar até o final. Faço questão de ressaltar que o total apoio dos meus pais e o acesso aos auxílios assistenciais da UnB foram fundamentais para que eu pudesse me manter na graduação. *Destaco também que a mentoria e o acolhimento de professores negros da Faculdade de Comunicação, como o professor Elton Bruno, a professora Dione Moura e a professora Kelly Quirino, me fortaleceram muito nesse processo* (Grifos nossos).

E, assim, as histórias que trazem nossas autoras convidadas redesenham a história da UnB e a história da educação brasileira, entrelaçam com a história de nós mulheres negras amefricanas e com a história de nossas e nossos ancestrais. Tais relatos plantam sementes para nossas gerações futuras, fortalecem e ampliam os horizontes de nós mulheres negras amefricanas, horizontes ainda minorizados, mas em transformação, por um mundo melhor, melhor para todas.

Referências

ALVES, Antônia Regina S. A. A Construção da Identidade das Crianças Afrodescendentes na Escola. In: CINTEDI, 1., 2014. *Anais [...]* Campina Grande: Editora Realize, 2014. v. 1. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/8315>. Acesso em: 12 abr. 2022.

BUTON, François. Portrait du politiste em socio-historien: la “socio-histoire” dans les sciences politiques. In: BUTON, F.; MARIOT, N. (dir.). *Pratiques et méthodes de la socio-histoire*. Paris: PUF, 2009.

DUBAR, Claude. *La socialisation*. Construction des identités sociales et professionnelles. Paris: Armand Colin, 1999.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Fundo de memória: infância e escola em famílias negras de São Paulo. *Cadernos Cedes*, v. 18, n. 42, ago. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/x8FGgd5ZtjxMXJg9CQWfVdK/?lang=pt>. Acesso em: 30 set. 2021.

MOURA, Dione Oliveira. *Memória e identidade em filmes de cineastas negros brasileiros*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, 1991.

PINTO, Regina Pahin. A educação do negro: uma revisão da bibliografia. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 62, ago. 1987.

ROBERTO, Joanna de Ângelis Lima. *Educadoras negras: construções docentes, de raça e de gênero*. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – UFRJ, 2014.

SILVA, Luiza Maria Alves da. *Mulheres negras e suas práticas de socialização escolar: afirmando direitos, desafiando preconceitos*. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Docência Promestre) – UFMG, 2016.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.



Posfácio

Uma abordagem interseccional de raça, gênero, classe e outros marcadores

Renísia Cristina Garcia Filice

Introdução

Em comemoração aos seus 60 anos, a Universidade de Brasília acolhe a ousada proposta de duas pesquisadoras negras, as professoras autoras organizadoras Dione Oliveira Moura e Deborah Silva Santos, de pautar os 20 anos da aprovação da política de cotas na UnB. A Universidade de Brasília, primeira universidade federal a adotar o sistema de reserva de vagas, vem a público apresentar as narrativas de jovens mulheres negras que ajudaram a construir a política e foram por ela “construídas”. Envolvida por um misto de alegria, dever cumprido e certeza de que o trabalho que vem sendo realizado tem gerado muitos frutos, intrinsecamente associados à democratização do país, registramos aqui uma breve reflexão sobre esse processo, do qual também somos parte.

Assinar o posfácio deste livro, organizado por essas duas intelectuais negras, é motivo de orgulho e emoção. Como as autoras organizadoras demonstram no decorrer da obra, os desafios foram e são muitos, e não é tarefa fácil vencer a barreira de uma certa forma de registro acadêmico e evidenciar as vozes, vidas e experiências de 21 autoras jovens mulheres negras – nomeadas pelas organizadoras como amefricanas, em homenagem a Lélia Gonzalez. Vemos, pois, 21 autoras cotistas, talentosas e competentes, que, como diz o ditado, “de um limão fizeram (muitas) limonada(s)”.

Ainda é um desafio dar visibilidade aos trabalhos profissionais, às memórias, às invenções e práticas culturais e religiosas, aos patrimônios e à produção de conhecimento das mulheres negras, pois isso significa romper os olhares elitistas e eurocêntricos que têm uma língua que privilegia o masculino e as lógicas androcêntricas na descrição das ocupações, lógicas essas instituídas nos relatos e na homogeneização das vivências femininas. Em suma, significa superar a designação das experiências masculinas como representativas da humanidade, sem distinção das diferenças de gênero; superar a questão racial como marcadora da diferença entre os homens; e pautar o reconhecimento da diversidade das vivências de mulheres negras amefricanas para além da representação da mulher branca como única. (Moura; Santos, 2022).

Com esse compromisso, as autoras organizadoras trouxeram 21 relatos de experiências e também de pesquisas de estudantes de diferentes cursos, dentre as quais jovens mulheres negras que tiveram a experiência de cotistas integrantes do projeto Afroatitude, desenvolvido no Centro de Convivência Negra (CCN), da Coordenação da Questão Negra, vinculada à Diretoria de Diversidade, do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC); ou que ingressaram via sistema de cotas raciais na graduação ou em programas de pós-graduação da UnB.

O CCN não é o único espaço que realiza atividades com jovens negras cotistas na Universidade; temos ainda o Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (Neab), o Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher (NEPeM) e o Núcleo de Estudos Diversidade e Gênero (Nedig), vinculados ao Ceam (Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares), assim como outros núcleos; grupos de pesquisas, como o antigo Geraju (Gênero, Raça e Juventude), hoje Geração e Juventude, e o atual Geppherg (Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas, História, Educação das Relações Raciais e Gênero), ambos sediados na Faculdade de Educação; o grupo Feminismo, Políticas e Direitos; o Centro de Estudos em Desigualdade e Discriminação, da Faculdade de Direito; e vários outros grupos, que, em alguma medida, abordam a temática das relações raciais e de gênero numa perspectiva interseccional de gênero, raça e classe – e outros marcadores, em alguns casos.

Nesses 20 anos, a Universidade de Brasília tem assumido em muitos pontos a vanguarda na implementação de políticas afirmativas. Foi a primeira universidade federal a adotar cotas para negros/as e, desde que teve seu primeiro vestibular em 2004, fez alguns movimentos memoráveis, sendo uma das primeiras instituições a adotar bancas de heteroidentificação, em substituição à averiguação por fotos, como forma de correção da política de cotas, em 2008. Nessa ocasião, enfrentou com altivez as frequentes acusações de se ter constituído um “tribunal racial”, como bem explicou a autora Deborah Santos.

Em 2020, a UnB respondeu de forma exemplar às denúncias de fraudes impetradas em 2017 pelo Coletivo Aja (Sociologia/ICS) e, após o direito de ampla defesa dos/as acusados/as, foram cassados dois diplomas, expulsos/as 15 alunos/as e cancelados todos os créditos desses/as estudantes. Certamente, seria louvável se tal feito não fosse necessário, ainda mais numa instituição educacional. Todavia, as políticas públicas são um campo de disputa e envolvem percursos que precisam ser monitorados e corrigidos sempre que preciso. Um erro – a falta das bancas de heteroidentificação – não pode tornar aceitável fazer

“vista grossa” para as fraudes. Tais ações foram nacionalmente comentadas e, internamente, outras reflexões surgiram. O caráter punitivo leva toda instituição séria a se reavaliar. As ações, além de corrigirem as distorções da política – que deve atender aos sujeitos de direito, negros, negras e indígenas, com a maior eficiência possível –, tornaram mais visível um grande gargalo: a gravidade da ausência de bancas de heteroidentificação, extintas em 2012, tendo o último vestibular com aferição fenotípica ocorrido em 2013.

É preciso registrar que toda a movimentação por parte de estudantes cotistas, coletivos de estudantes, docentes e grupos de pesquisa, em um debate nacional e internacional acerca do racismo e seus efeitos nefastos, gerou mudanças significativas na Universidade. Essas discussões foram potencializadas pela pandemia de covid-19, que destacou os impactos do racismo especialmente sobre os/as estudantes beneficiários/as das políticas de assistência estudantil, em grande maioria, cotistas. Informações nesse sentido estão presentes nos relatos de algumas das jovens autoras do livro.

Assim, este posfácio, ao atender ao convite das autoras organizadoras da obra, traz elementos que conectam textos e contextos e apresenta, a seguir, duas seções: “Cotas, textos e contextos: a experiência de jovens negras da/na UnB” e “Trajetórias institucionais, locais e nacionais: as cotas para além da UnB”.

Cotas, textos e contextos: a experiência de jovens negras da/na UnB

A evidente necessidade de monitorar a política de ações afirmativas, as pressões internas e a atuação do Ministério Público por meio dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) foram alguns dos fatores que levaram ao retorno das bancas de heteroidentificação para o acesso à graduação em muitas universidades brasileiras, os quais também pressionaram a UnB. Após anos de resistência por parte de alguns docentes/representantes de faculdades e institutos e em decanatos decisivos como o DEG (Decanato de Ensino de Graduação), por exemplo, superou-se esse entrave e as bancas para o acesso à graduação serão retomadas na UnB. A decisão se deu em 2022 por uma votação expressiva, 32 votos favoráveis e duas abstenções. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) também revogou a Resolução CPP nº 9/2020 e aprovou, ainda, a criação do Comitê Permanente de Acompanhamento das Políticas de Ação Afirmativa (Copeaa-UnB), vinculado ao Cepe, que passará a ser responsável pelo funcionamento das Comissões de Validação e das Comissões Recursais da Auto-declaração Étnico-Racial dos/as candidatos/as negros/as – pretos/as e pardos/as –, indígenas e quilombolas para ingresso na graduação e na pós-graduação da Universidade de Brasília.

Outra grande conquista muito mencionada por algumas das jovens autoras desta obra foi a adoção de cotas em toda a pós-graduação da UnB (por meio da Resolução Cepe nº 44/2020), acompanhada da criação da Capaa (Comissão de Acompanhamento da Política de Ações Afirmativas), vinculada ao DPG (Resolução CPP nº 10/2020). Para além do acesso, foram garantidas bolsas-permanência (Resolução CPP nº 9/2020) para indígenas, quilombolas e negros/as, prioritariamente. Outro aspecto positivo foi a realização do primeiro

curso de formação para bancas de heteroidentificação, promovido pelo Neab-Ceam/UnB, que qualificou cerca de 40 pessoas, entre docentes, técnicos e estudantes da Universidade, os quais passaram a compor um qualificado quadro-reserva para a constituição das bancas.

Esse conjunto de ações do Neab/Cem-UnB com o apoio do Geppherg/FE-UnB, que agregam pesquisadores/as sobre o tema e contam com a colaboração de docentes de diferentes instâncias da UnB, comprometidos com a luta antirracista, revela que vem ocorrendo um movimento na área, não na velocidade que julgamos necessária, mas da maneira possível. Há de se considerar que muito foi feito, mas muito há por fazer.

As memórias aqui registradas pelas autoras jovens negras ingressantes via política de cotas vêm ao encontro desses desafios e de outros tantos. Os relatos dessas jovens autoras negras nos mostram que apenas os números de acesso, permanência, IRA (Índice Rendimento Acadêmico) e evasão e os dados sobre os egressos não são capazes de captar o impacto cultural, social, educacional, econômico e social das políticas afirmativas no público a que se destina.

As autoras organizadoras foram muito felizes em associar as escolhas das jovens mulheres negras que trazem seus relatos neste livro a uma abordagem interseccional. Como uma ferramenta engajada que se compromete a evidenciar a sobreposição do racismo, do sexismo, do classismo, da geração e de outros marcadores, a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias (Akotirene, 2019, p. 19). “A interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas” (Akotirene, 2019, p. 48). Nessa perspectiva, raça se apresenta no mesmo nível de análise para pensar a clássica “dobradinha” classe-gênero, ou seja, está em um patamar de igualdade analítica (Akotirene, 2019, p. 36).

Existe uma insistente recorrência em relação a todas as jovens envolvidas: todas são jovens, mulheres negras e ingressaram por cotas, na graduação ou pós-graduação. Além disso, algumas delas participaram do Afroatitude/CCN.

Como constata e relatam as organizadoras no capítulo de conclusão, é notório que, para todas as autoras da presente obra, as políticas afirmativas apontaram outras possibilidades, contrariando, para muitas, expectativas de uma “incapacidade inata”. Aos poucos, as jovens autoras negras demonstram, em seus relatos, como contornaram barreiras: pela superação por meio das notas; por mecanismos de defesa, silêncios, sua incorporação em grupos formados por pares também cotistas e negros/as; pelo apoio de algum/a professor/a em particular ou mesmo da família. Assim, o cenário registrado nesta obra conecta-se a outros registros de pesquisas sobre o tema.

Trajetórias institucionais, locais e nacionais: as cotas para além da UnB

Em geral, as pesquisas têm revelado que, para as mulheres negras que participam das políticas de cotas, a resiliência tem sido uma das alternativas centrais para a permanência com êxito nas universidades, e na UnB não é diferente. As jovens autoras negras dessa obra, no marco dos 60 anos da UnB, são exemplos de sucesso e também de resistência.

Finalizada a graduação, seguem dando continuidade aos estudos e fazendo a diferença em seu seio familiar e em suas comunidades. Todos são relatos de superação e vitória.

Dentre todos os registros da parte II do presente livro – sem a pretensão de comentar todos, por suas riquezas e potencialidades –, tomo como exemplo um deles, no intuito de valorizar e parabenizar todas as demais jovens. Não há dúvida de que o livro mostra o quanto é importante registrar a história dos/as cotistas egressas/os, mas destaco aqui a estudante quilombola Maria Lúcia Martins Gudinho. Seu capítulo, intitulado “O empoderamento para contribuir com a comunidade quilombola e a região”, sistematiza muito de todas as experiências relatadas pelas outras autoras e contribui para a compreensão do quanto infinito e imensurável é o poder de alcance das políticas de ações afirmativas: para além da pessoa, a comunidade; para além da comunidade, o Brasil.

Nascida na região do Capão Seco, conhecido como Povoado São José, hoje residente em Cavalcante-GO, a autora Maria Lúcia mostra que, se impedem os membros da comunidade de viver, eles/as plantam, colhem e matam a própria forme; se lhes impendem de estudar, eles/as se unem, pressionam as autoridades e conseguem uma escola; se essa escola se torna insuficiente, deslocam-se para o meio urbano; se a falta de moradia os/as direciona para o serviço doméstico, se adequam; e as “Marias Lúcias” seguem, assim, “matando um leão a cada dia”.

A determinação tem sido uma marca de todas as jovens negras cotistas. Maria Lúcia registra bem esse impulso para a frente: “minha prioridade sempre foi estudar, mesmo com todas as dificuldades encontradas: o cansaço após trabalhar, a distância da família, a dificuldade de entender os conteúdos, dentre outros empecilhos.”

O ingresso no curso de Educação do Campo (LedoC) no Campus UnB Planaltina trouxe um problema recorrente para a grande maioria dos cotistas do Brasil: a distância entre a moradia e as instituições escolares, quaisquer que sejam elas em termos de nível de escolaridade, da educação infantil ao ensino superior. No caso de Maria Lúcia, as seis horas de deslocamento transformavam o ônibus em ambiente de leitura. A conclusão do curso se deu imersa na realização de projetos, cursos de extensão, uma viagem ao Suriname, enfim, com êxito, a despeito de todas as dificuldades. No retorno à comunidade, as ações da autora foram desde o apoio à sobrevivência coletiva até uma qualificação técnica que permitiu a ela atuar na assessoria política local, influenciando tomadores de decisão para que os/as jovens da comunidade tenham, também, outras oportunidades.

Em geral, pode-se dizer que a história da autora Maria Lúcia e das outras jovens autoras, assim como a das professoras Dione e Deborah e da doutoranda Aida, a minha e de outras tantas mulheres negras e jovens negras do Brasil, se cruzam, no passado-presente, sendo o amálgama da luta negra. São formas imbricadas de resistir.

Ler os textos experienciais e também as pesquisas realizadas por essas jovens negras autoras do presente livro é perceber o quanto a UnB avançou, apesar de tantos percalços; e o quanto seu poder de abrangência com as políticas de ações afirmativas foi superado, em muito.

Desde fins dos anos de 1990, o debate sobre a necessidade de criar formas mais democráticas de acesso ao ensino superior já ganhava formato de intervenção efetiva por parte de

peçoas envolvidas com a pauta racial, tanto internamente, nas instituições, quanto devido à pressão externa, em particular exercida por parte do movimento negro brasileiro, que teve atuação decisiva para a abertura das instituições de ensino superior no acolhimento a públicos mais diversos. Esses públicos foram impedidos de acessar a universidade por falta de oportunidades e do racismo estrutural, limitados, por não estarem em condições de igualdade e equidade com o segmento majoritário nesses espaços acadêmicos – em sua maioria, estudantes brancos/as e de classe média (Garcia, 2007; Filice, 2011).

Recentemente, numa entrevista concedida à Universidade de Juiz de Fora (UFJF), apontávamos como a Lei nº 12.711/2012, a Lei de Cotas, foi uma grande conquista nacional. Porém, no caso da UnB, onde a política de reserva de vagas, anterior à lei, gerou uma ação de inconstitucionalidade, houve também um retrocesso em termos de igualdade racial desde as primeiras ações implementadas.

A UnB inicia seu processo com as cotas raciais e o ingresso de indígenas em 2003 e contava com o trabalho eficiente das bancas de heteroidentificação. Após 10 anos dessa política, houve, na avaliação, a redução das cotas raciais, que eram direcionadas apenas para negros/as, as quais ficaram restritas a 5% do total de vagas. E, com a adoção das cotas sociais, desencadeada pela Lei nº 12.711/2012, houve outra mudança. As cotas para negros/as – PPIs (pretos, pardos e indígenas) – ficaram circunscritas, como subcotas, dentro dos 50% de ingressantes advindos de escolas públicas, e em conformidade com a porcentagem negra da população local. Hoje, ano de 2022, a UnB é uma das poucas universidades que mantêm, mesmo que simbolicamente, 5% de cotas apenas para negros/as.

Nesse cenário, os relatos das jovens negras registrados neste livro não destoam da situação da maioria dos/as estudantes que responderam ao questionário da Andifes de 2017-2018 e do quadro traçado no DF.

Segundo dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios 2018 (PDAD 2018), a proporção de jovens negros no DF (61,8%) é superior à proporção da população negra como um todo (57,6%) e maior que a proporção de jovens negros/as no Brasil (53,6%). O maior percentual de jovens negros/as, 70,9%, encontra-se nas cidades do DF, majoritariamente, de baixa renda. Isso não é nada pouco. Parte desses/as estudantes conseguiram ingressar por cotas na UnB e trazem consigo todas as mazelas de serem parte desse perfil da PDAD 2018: gastam no mínimo 45 minutos para chegarem à UnB; são arrimo de família; têm filhos; trabalham e estudam e, quando não o fazem, diferentemente dos jovens que vivem em regiões mais abastadas, se dedicam mais às tarefas familiares, contribuindo, indiretamente, para a renda familiar. Esses dados da PDAD são esclarecedores porque vão ao encontro do quadro que traçamos em nossas pesquisas e dos relatos das jovens que trazem suas vivências e pesquisas neste livro.

Essas características assumem uma proporção muito maior para as estudantes negras. A análise dos dados à luz das pesquisas recentes que orientamos (Bezerra, 2020; Carnaúba, 2019; Mendes, 2019; Silva, 2019) nos levou e nos leva a afirmar a necessidade de políticas de permanência a serem pensadas em quantidade e qualidade. Os relatos das jovens mostram o quanto o apoio financeiro foi fundamental para a conclusão e o êxito dos seus estudos.

Nesse contexto, a aprovação da Resolução CPP nº 9/2020 e a concessão prioritária de bolsas foi uma resposta importante às demandas. O percurso histórico da formatação da política – coloca banca, tira banca, coloca banca de novo – mostra também a arena de disputa que envolve(u) a implementação das políticas afirmativas na UnB, mas não só isso. A articulação insuficiente da gestão e a inexistência de uma instância que se ocupasse das políticas de forma orgânica desde a graduação até a pós-graduação, passando pela contratação de professores/as negros/as, só mudaram com a criação da Capaa (2020), 16 anos depois da aprovação das cotas e da realização do primeiro vestibular com reserva de vagas. Esse cenário mostra que os conflitos existem e precisam ser evidenciados e superados. A existência da Copeaa-UnB e a criação de uma Secretaria de Direitos Humanos, em 2022, com a coordenação-geral da professora Deborah Silva Santos, fazem com que finalizemos este texto com esperança.

Considerações finais

À guisa de conclusão, podemos afirmar que não havia, na UnB – e ainda não há –, uma instância com corpo técnico qualificado (pesquisadores/as sobre políticas de ações afirmativas, o que é diferente de pessoas que atuam nas bancas de heteroidentificação); instrumentos de implementação bem aplicados (normativas); dotação orçamentária coerente com as demandas; e todo o mais que se faz necessário para a permanência dos estudantes, mas também para o desenvolvimento dos/as formadores/as, a partir de outras epistemologias, comprometidas também com o Sul global, e de outros currículos – no sentido mais amplo possível, com perspectivas de(s)coloniais e contracoloniais.

Deve-se ter em mente, assim, uma série articulada de ações que tornem melhor a vida desses/as “heróis/heroínas do cotidiano”, que venceram a dura barreira da falta de oportunidades, para que tenham o mínimo de sossego que o estudo requer. Hoje, no ano de 2022, a Universidade de Brasília, uma das maiores do Brasil, se apresenta como uma possibilidade real de melhoria no acesso, mas também na permanência, no acolhimento de jovens cotistas e na gestão, tudo isso numa perspectiva interseccional, que nos parece bem importante. Que se leve em consideração, na implementação da política de ações afirmativas na UnB, a escuta sensível aos/às cidadãos/ãs partícipes da política, considerando suas experiências em termos de gênero, raça, classe e geração, bem como seus territórios de origem.

Esta obra vem coroar os 60 anos da Universidade de Brasília, uma Universidade à frente de seu tempo, que tem pontos a serem superados, mas que não se estagna. A cada ano a UnB avança e desponta no cenário nacional como uma das maiores referências do Brasil e da América Latina. Na esteira dessa (re)construção democrática, vimos, recentemente, o líder indígena Ailton Krenak e a intelectual negra e ativista Sueli Carneiro receberem o título de doutor honoris causa pela UnB; e o líder e intelectual indígena Gersen Baniwa passar a compor o quadro efetivo da Universidade em 2022. Assim, ano a ano, pouco a pouco, a sociedade diversa se faz presente no interior da UnB, e esta se espalha Brasil afora,

formando pessoas tecnicamente competentes, humanamente sensíveis e socialmente comprometidas com outro mundo possível, antirracista, antissexista e tecnicamente qualificado.

Existem ainda grandes desafios a serem superados, particularmente no que diz respeito ao monitoramento da política e à permanência, mas já colhemos resultados que revelam quão potentes são as políticas afirmativas para mudar o mundo – sim, sonhamos alto.

Nesta obra, os relatos e as pesquisas das mulheres negras não deixam dúvidas do quanto podemos sonhar e realizar. Ademais, timidamente, as novas epistemologias estão em curso, os novos currículos e as novas formas de ser e estar no mundo se articulam de forma inter, multi e transdisciplinar.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BEZERRA, Kelly M. *Universidade de Brasília, para quê? E para quem?* Um estudo sobre as Ações Afirmativas para Negros(as) no Programa de Pós-Graduação de Direito da UnB. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, 2020.
- CARNAÚBA, Rayssa A. *Trajetórias de adolescentes mães: um olhar interseccional em gênero e raça para as políticas educacionais.* 2019. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília) – Universidade de Brasília, 2019. Orientação: professora Renísia C. Garcia Filice.
- GARCIA, Renísia Cristina. *Identidade fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira: 1993-2005.* Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.
- FILICE, Renísia Cristina. *Raça e classe na gestão da educação básica: a cultura na implementação de políticas públicas.* Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- MENDES, Linidelly R. *Política de Assistência Estudantil no Ensino Técnico: um estudo sobre a permanência de alunas negras no IFB – Campus São Sebastião.* 2019. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, 2019. Orientação: Renísia C. Garcia Filice.
- SILVA, Érika Costa. *Trajetória profissional de mulheres negras docentes na Universidade de Brasília.* Dissertação (Mestrado em Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, 2019. Orientação: Lourdes Bandeira.

Sobre as autoras

Dione Oliveira Moura (organizadora)

Professora titular da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (FAC-UnB). É graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás (1986), mestra em Comunicação pela Universidade de Brasília (1990) e doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (2001). Na Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), atuou como sócia fundadora, diretora editorial (2004-2005 e 2006-2007), coautora do projeto editorial da *Brazilian Journalism Research* (BJR) (2004) e presidenta (2011-2013). Foi diretora da Socicom e atualmente é diretora regional Centro-Oeste da Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (Abej). Na UnB, é docente do quadro desde setembro de 1995 e atuou em funções administrativas e acadêmicas, na vice-chefia e chefia do Departamento de Jornalismo, na Coordenação de Graduação, na Coordenação de Pós-Graduação e na Diretoria de Apoio à Pós-Graduação do Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação. Atualmente, é diretora da FAC (Gestão 2019-2023). Também na UnB atuou e atua em conselhos e câmaras, como o Conselho Universitário (Consuni), o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), dentre outros. No que diz respeito ao tema central deste livro, foi eleita pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (Cepe) da UnB como relatora do processo de implantação da política de cotas e ingresso de indígenas na UnB, quando da aprovação do Plano de Metas para a Integração Social Étnica e Racial da UnB pelo Cepe em 6 de junho de 2003; e, além disso, desenvolve pesquisas e orienta projetos de pesquisa relacionados a jornalistas negras e igualdade racial.

Deborah Silva Santos (organizadora)

Doutora em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia (ULHT) – Lisboa/Portugal. Mestra em História Social pela PUC/SP. Especialista em Museologia Avançada pelo Instituto de Museologia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Historiadora pela PUC/SP. Atualmente é professora na Universidade de Brasília (UnB), atuando no curso de Bacharelado em Museologia. Ex-aluna do Workshop de Dissertação Mark Claster Mamolen (2018) do Afro-Latin American Research Institute/Harvard University. Pesquisadora do grupo de pesquisa Museologia, Memória e Patrimônio do PPGCInF da FCI/UnB. Pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa

em Políticas Públicas, História, Educação das Relações Raciais e Gênero (GEPPHERG). Membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro (NEAB/CEAM/UnB). Áreas de pesquisa: museu e Museologia, estudos das relações raciais, mulheres negras, memória e patrimônio afro-brasileiro e museus afro-brasileiros.

Aida Feitosa

Atua profissionalmente como jornalista, analista ambiental, professora e pesquisadora. Como ativista do movimento negro brasileiro, participou da criação do EnegreSer (Coletivo de Estudantes Negros da UnB), fundado em 2001; integra a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira); e integra o Coletivo Beatriz Nascimento (que reúne estudantes negros e indígenas da Pós-Graduação em Comunicação da UFRJ). Graduada e mestra em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). Doutoranda em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Aline Pereira da Costa

Graduada em 2008 pela UnB. Mestra em Relações Étnico-Raciais pelo Cefet/RJ em 2019. Também se especializou em Adolescência e Juventude pela Universidade Católica de Brasília em 2012. Foi bolsista (2005-2008) e vice-coordenadora do Programa Afroatitude UnB entre os anos de 2009 e 2010, quando ingressou na carreira pública de assistência social do Governo do Distrito Federal. Chefiou o Núcleo de Afroempreendedorismo da Secretaria de Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (2015) do GDF e compôs o Comitê de Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal (2020). Atualmente, trabalha como educadora social na Secretaria de Desenvolvimento Social do GDF e integra o Núcleo de Pesquisa e Estudo em História, Territorialidades e Movimentos Sociais da Universidade Estadual do Piauí.

Andressa Marques da Silva

Graduada em Letras pela UnB, mestra e doutora em Literatura pela UnB. Atua na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal na elaboração de documentos norteadores e acompanhando as políticas públicas da instituição voltadas para os/as estudantes negros/negras e também em um projeto de formação de leitores a partir da experiência literária, especialmente com autoras negras.

Anna Caroline Costa Silva

Bacharela em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (FAC-UnB); moradora de Brazlândia-DF e bolsista de extensão do Projeto Comunicação Comunitária (ComCom) da FAC-UnB.

Camila Cecilina do Nascimento Martins

Mestranda em Direito na UnB. Leonina, piauiense, afro-indígena, advogada popular. Associada do Coletivo Antônia Flor – Assessoria Técnica em Direitos Humanos do Piauí. Especialista em Direitos Humanos e Cidadania pela Faculdade Adelman (FAR).

Dalila Noleto Torres

Doutoranda em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECsA) do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora visitante (em estágio-sanduiche) na Universidad Centroamericana en Managua, Nicarágua. Mestre em Estudos Latino-Americanos pelo Teresa Lozano Long Institute of Latin American Studies (LLILAS) da University of Texas at Austin (UT Austin). Graduada em Ciência Política pela Universidade de Brasília. É membro do Grupo de Estudos sobre México, América Central e Caribe (MeCACB/ELA) e do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Gênero (GREIG/ELA).

Deborah Carolina Silva Duarte

Graduada em Biotecnologia na UnB. Membro da Genesys Biotecnologia (Empresa Júnior) de 2017 a 2020, onde foi assessora dos setores administrativo e financeiro de agosto de 2017 a dezembro de 2018; diretora dos setores administrativo e financeiro de janeiro de 2019 a junho de 2019; diretora de operações de julho de 2019 a dezembro de 2019; e vice-presidente de janeiro de 2020 a dezembro de 2020. Estagiou no Laboratório de Fisiologia Vegetal da UnB do segundo semestre de 2019 ao primeiro semestre de 2020 e no Laboratório de Biologia Forense da Polícia Civil do DF de junho de 2021 a agosto de 2021.

Elen Cristina Ramos dos Santos

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS). Licenciada em Ciências Sociais e Bacharela em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB).

Flora Egécia

Designer e cineasta, graduada em Desenho Industrial pela UnB e mestranda em Design no PPGDesign IdA/UnB. Em sua trajetória realiza diversos projetos sobre raça, gênero, saúde mental e política. É sócia do Estúdio Cajuína e recebeu, em 2017, o Prêmio do Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal no eixo Culturas Afro-brasileiras. Diretora do documentário *Das Raízes às Pontas* (2015), dentre outras produções.

Hallana Moreira Ramalho da Costa

Bacharela em Jornalismo pela Universidade de Brasília (2020). Jornalista profissional, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília.

Iara de Jesus dos Santos

Jornalista, graduada em Jornalismo pela Faculdade de Comunicação (FAC) da Universidade de Brasília (UnB). Ingressou na UnB em 2015; defendeu, em 2021, o TCC *Ir à luta e garantir nossos espaços: Marcha das Mulheres Negras, memórias e novas vivências*. Participou da empresa júnior Pupila Audiovisual como membro de produção, direção de arte e como diretora de capacitação entre 2016 e 2018. Atualmente é produtora no “Canal Empreender”, na TV fechada, parceria entre o grupo Bandeirantes e o Sebrae.

Juciele Fonseca

Técnica de som direto de Brasília, graduada em Audiovisual pela Universidade de Brasília. Dentre os trabalhos realizados profissionalmente como técnica de som, destacam-se os documentários em longa-metragem *Mundo Pequeno* (Gustavo Amora, 2018), *Sementes – Mulheres pretas no poder* (Júlia Mariano) e *Confluências* (Dacia Ibiapina), além dos curtas-metragens *Mens who Talk* (Cristin Noelle, 2020), *Filhas de Lavadeira* (Edileuza Penha, 2018), dentre outros.

Julian Esttefane da Silva Reis

Graduada em Pedagogia pela UnB. Estuda Sociologia da Educação com foco no acesso e permanência no ensino superior. Professora temporária da Secretaria da Educação do Distrito Federal (SEEDF).

Kátia Silene Souza de Brito

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPG-CINF) da UnB e graduada em Museologia pela Faculdade de Ciências da Informação da mesma Universidade (FCI/UnB). Foi bolsista de iniciação científica (Pibic), com pesquisas nos temas Museologia, memória e patrimônio, Museologia virtual e cibermuseologia: estudos conceituais, mapeamentos e análise de manifestações virtuais museais e patrimoniais. Atualmente integra o grupo de pesquisa MUSEOLOGIA LAB: Laboratório de Pesquisa em Cultura digital e Museologia Virtual.

Keila Meireles dos Santos

Mestra em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (PPGS/UFF), especialista em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana pela Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), graduada em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília. Tem interesse em estudos sociológicos, Ciência da Informação com foco em produção e disseminação de culturas voltadas para jovens, atuando especificamente nos seguintes temas: juventude, gênero, raça/etnia, ação afirmativa e movimento *hip hop*. De 2017 a 2019 trabalhou como servidora analista de gestão governamental da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Servidora bibliotecária-documentalista da Universidade Federal de Uberlândia (UFO).

Letícia Bispo

Bacharela em Comunicação Social/Audiovisual pela Universidade de Brasília, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Trabalha como curadora, pesquisadora e crítica nas áreas de cinema e audiovisual. É técnica-administrativa em educação, na área de audiovisual, na Faculdade de Comunicação (FAC) da Universidade de Brasília.

Maria Antônia Perdigão

Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação (PPG/FAC) da Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora no eixo temático racial, atua há mais de uma década no mercado como jornalista, assessora de imprensa e *social media*. Tem vasta experiência em áreas como política, Poder Legislativo e projetos de iniciativas socioambientais. Ao longo de sua trajetória, trabalhou na Câmara dos Deputados e na Executiva Nacional de partidos políticos. Atualmente é gestora das atividades de Comunicação Social de organizações não governamentais e entidades filantrópicas.

Maria Lúcia Martins Gudinho

Graduada em Licenciatura em Educação do Campo, com habilitação na área de Línguas (Língua Portuguesa, Espanhol, Artes, Teatro e Literatura), na Universidade de Brasília. Membro da Coordenação Pedagógica do Projeto Residência Jovem. Monitora do Núcleo Territorial Kalunga. Fez graduação-sanduíche na Universidade Anton de Kom (Suriname). Especialista em Língua Portuguesa Aplicada ao Ensino Básico – Faculdade UnB Planaltina-DF. Atualmente é assessora de comunicação da Prefeitura de Cavalcante-GO.

Mariana Paiva Soares

Formanda em Comunicação Organizacional pela Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Trabalha como *social media* do projeto Jovem de Expressão e tem experiência com assessoria de comunicação e imprensa, produção audiovisual, assistência de produção, elaboração de projetos, roteiro e fotografia. Foi roteirista do documentário *Poeira que ainda respiramos*, que fala das memórias da ditadura militar na UnB. Como fotógrafa, participou da exposição *Lembretes do Existir*, na galeria Risofloras.

Michele Duarte da Silva

Licenciada em Ciências Naturais pela UnB, ingressou no ano de 2015 na Universidade. Hoje, atua no sistema socioeducativo da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF).

Renísia Cristina Garcia Filice

Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB). Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas, História, Educação das Relações Raciais e de Gênero, da Faculdade de Educação da UnB (Geppherg-FE/UnB). Membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab-CeamUnB) e da Comissão de Acompanhamento de Políticas de Ações Afirmativas na Pós-Graduação da Universidade de Brasília (Capaa/UnB).

Vitória Carolina Silva Duarte

Mestra e doutoranda em Engenharia Mecânica na Universidade de Brasília (UnB). Graduada em Engenharia Mecânica pela Universidade de Brasília (UnB), tem especialização em Engenharia em Segurança no Trabalho pelas Faculdades Cruzeiro do Sul.

Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.

Vá no seu tempo e vá até o final:

mulheres negras cotistas no marco dos 60 anos da UnB

Esta obra vem coroar os 60 anos da Universidade de Brasília, uma Universidade à frente de seu tempo, que tem pontos a serem superados, mas que não estagna.

A cada ano a UnB avança e desponta no cenário nacional como uma das maiores referências do Brasil e da América Latina. Ano a ano, pouco a pouco, a sociedade diversa se faz presente no interior da UnB, e esta se espalha Brasil a fora formando pessoas tecnicamente competentes, humanamente sensíveis e socialmente comprometidas com um outro mundo possível, antirracista, antissexista e tecnicamente qualificado.

Existem ainda grandes desafios a serem superados, inclusive no monitoramento da política, em particular na permanência, mas já colhemos resultados que revelam quão potentes são as políticas afirmativas para mudar o mundo – sim, sonhamos alto.

Nesta obra, os relatos e pesquisas das mulheres negras não deixam dúvidas do quanto podemos sonhar e realizar. Ademais, timidamente, as novas epistemologias estão em curso, os novos currículos, as novas formas de ser e estar no mundo se articulam de forma inter, multi e transdisciplinar.

Renísia Filice